

São João Del-Rei

Diagnóstico Urbano e parâmetros propositivos para intervenções no centro histórico
Tomo I





SUMÁRIO

3	1. PREFÁCIO
7	2. INTRODUÇÃO
11	3. SÃO JOÃO DEL REI E A FORMAÇÃO DAS CIDADES MINEIRAS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX
17	4. DISPOSITIVOS, REQUISITOS E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E ESTÉTICAS PARA PLANEJAR MOBILIÁRIO URBANO – AS CONTRIBUIÇÕES DAS CARTAS PATRIMONIAIS E DAS TIPOLOGIAS PROJETUAIS
27	4.1. Como adequar o desenho do mobiliário às características urbanas, arquitetônicas e ambientais
30	4.2. Principais tipos de mobiliário e suas condicionantes técnicas e materiais, ao se considerar a elaboração dos respectivos projetos
35	4.3. Contextualização e análise de locais históricos internacionais com inserção de mobiliário urbano
53	5. DIAGNÓSTICO E DELIMITAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE SÃO JOÃO DEL REI E ENTORNO
54	5.1. Apresentação e Metodologia
63	5.2. A leitura da paisagem
77	5.3. Proposta de delimitação da área de intervenção
79	5.4. Interpretação turística: conjuntos arquitetônicos/ edifícios/ monumentos
95	5.5. Diagnóstico da situação atual da área de intervenção
112	5.6. Recomendações de intervenção para a melhor qualificação turística da área delimitada do Centro Histórico de São João del Rei
117	7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NORMATIVAS

PREFÁCIO

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

Aqui é d’El-Rey. E há que andar por estas ruas e descobrir belezas insuspeitadas. Há que se surpreender em cada esquina entre o colonial e o eclético, entre o barroco e o neoclássico. Há que se ver mais do que com olhos, enxergar com o coração, ampla retina que açambarca séculos e transborda espanto e susto.

Aqui é d’El-Rey, com apóstrofe e hipsilo, de d. João e Thomé Portes, do garimpeiro João Barcelos faiscando ouro no Arraial Novo e da crônica pioneira de José Mattol, escrita nas primeiras décadas dos setecentos.

Aqui é d’El-Rey, Comarca do Rio das Mortes, nascido no Vale do Linheiro, entre as betas auríferas do alto das Mercês e o Morro da Forca, ironicamente chamado do Bonfim. Entre o contraforte rochoso, de um lado, e os morrotes, do outro, d’El-Rey espraia-se às margens do córrego que a atravessa, tímido regato que se avoluma revoltoso e irado nas cheias e preenche o vão de cais a cais. Os antigos sabiam os mistérios deste riacho surpreendente, por isso as pontes monumentais que o transpõem, do Rosário e da Cadeia, com arcarias esporões de pedra, pronto a resistirem à impetuosidade das águas.

E porque é vale é montanha, os arredores da cidade estimulam passeios ecológicos e o encanto das cachoeiras compensa a aspereza das caminhadas. Vale a pena explorar a cercania para encontrar a natureza em festa. Pois tudo é festa para quem nasceu em meio a rituais barrocos.

Aqui é d’El-Rey. Tudo é convite aos olhos e à emoção, como quem chega de longe e a água quente o espera para o banho reconfortante, a mesa posta, a palavra amiga.

Não basta se encantar com os templos, portadas magníficas como as do Carmo e São Francisco, simplicidade retilínea do Rosário, Catedral do Pilar e Mercês.

Não basta louvar entalhadores e mestres do pincel que fizeram das naves e capelas-mor o umbral de um paraíso imaginário. Nem admirar-se da douração profusa dos altares ou das volutas e concheados nas quais se retorce a madeira bruta de púlpitos ornados com dosséis.

É preciso também ouvir a sintonia de bronze destes sinos, o dobre festivo ou fúnebre, único no país, que desperta, avisa, alerta, anuncia, dialoga com a população em sons, repiques e “terentenas”.

Aqui é d’El-Rey, ritualística e musical. Por esta razão, é preciso ouvir os acordes de orquestras bicentenárias, como a Ribeiro Bastos e a Lira Sanjoanense, em Te Deum, novenas, motetos e matinas.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.

O Largo da Cruz, em Vila Rica.



2

INTRODUÇÃO

A elaboração dos Projetos para Mobiliário Urbano para o sítio histórico de São João del Rei representa uma iniciativa do Instituto Estrada Real e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Tanto estes como os poderes públicos estadual e municipal têm como meta principal recuperar, requalificar e revalorizar os espaços públicos do seu centro histórico. O projeto configura-se como mais uma relevante iniciativa em torno da dinamização turística, social e cultural das regiões e municípios inseridos no circuito da Estrada Real. Como descreve do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves

“Como uma caprichosa linha, a Estrada Real, hoje redimensionada no seu papel histórico — quer ligado à economia, quer ligado às artes — restabelece a majestade do período colonial mineiro, que a extração do ouro permitiu, como o erguimento, sobretudo, de edifícios religiosos, que marcaram a genialidade dos artistas nos mais importantes núcleos urbanos da época.

Mas não é somente a arte barroca das igrejas seculares que comporá o acervo setecentista. Os pequenos povoados, os lugarejos adjacentes à Estrada Real, formados por populações de parques recursos, também participaram desse momento de criação com uma arte despojada, mas rica em símbolos, porque, ausente das fontes européias, se inspira na fusão de crenças e na simplicidade da rotina doméstica (SEBRAE, 2006).”

O programa da Estrada Real que incorpora o município de São João del Rei, representado através do seu Instituto objetiva operacionalizar o sonho de transformar os legados do passado histórico, cultural e paisagístico das regiões vinculadas aos seus caminhos em iniciativas de desenvolvimento sustentável. Assim, o programa tem se destacado em âmbito nacional e mundial pelo seu empreendedorismo cultural, social e econômico sintetizado principalmente na inserção do segmento turístico de todos os locais envolvidos nos caminhos denominados “Estrada Real”. O termo é portanto sinônimo de um riquíssimo acervo do patrimônio de bens tangíveis e imateriais que está salvaguardado ao longo dos antigos caminhos que ligam as áreas de mineração ao litoral fluminense.

Nessa acepção, o conjunto das minas de ouro se transforma em ‘Estrada Real’, que hoje representa mais de um caminho específico: o Caminho Velho de Parati, o Caminho Novo do Rio de Janeiro e o chamado Caminho dos Diamantes que se entrelaçam em Ouro Preto (RENGER, 2007:136).

Desde a sua fundação pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais o Instituto vem registrando nas suas iniciativas a ênfase na responsabilidade social para viabilizar um turismo sustentável legítimo. Neste contexto, o Instituto prioriza nos seus empreendimentos uma via de mão dupla — potencializar, valorizar e respeitar o patrimônio e as ambiências naturais, a cultura material e imaterial e costumes locais integrando-os a uma dinâmica de desenvolvimento moderno, inovador, coanudado com a contemporaneidade.



Com mais de trezentos anos, o município de São João del Rei, antigo Arraial Novo do Rio das Mortes, funcionava como uma importante área de mineração do ouro da capitania e se inseria no circuito dos entrepostos do Caminho Velho da Estrada Real. O arraial foi declarado vila com a denominação de São João del Rei em 1713 e desde então “mesmo depois de passados os promissores anos da aventura do ouro, a cidade foi reconhecida como próspero núcleo urbano e centro econômico preponderante da região” (TRINDADE, 2006: 131). Desde então, após o período de intensa exploração mineratória, o município tem registrado a manutenção de parte de suas tradicionais atividades econômicas e comerciais, que já predominavam durante o século XIX. Ao lado desta tradição, a cidade tem no seu sítio histórico a marca significativa do seu legado social, cultural e histórico. Este, de geração em geração, permeia os interstícios citadino como os becos, suas tortuosas ladeiras e o sóbrio e diversificado conjunto arquitetônico recortado por sobrados perfilados, casas térreas e os templos religiosos.

O conjunto harmonioso de bens simbólicos é delimitado predominantemente pela dimensão sagrada dos templos de Nosa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Rosário erguidos em pontos opostos que são mediados pela Matriz do Pilar e mais acima na encosta pela das Mercês.

Ao longe, do outro lado do Córrego Lenheiros, em cuja margem esquerda se alinham imponentes construções, avistam-se as torres de São Francisco, de perfil circular, contornada por balaústre de pedra, antecedidas pelas emblemáticas palmeiras imperiais (TRINDADE, 2007:131, 132).

Posteriormente, ao longo da segunda metade do século XIX, a paisagem sanjoanense foi modernizada com novas intervenções urbanísticas, construções como o Teatro Municipal, a Estação Ferroviária e inúmeros sobrados caracterizados pelo ecletismo. Esta modernidade paisagística foi complementada no século XX com o modernismo que se adequou de maneira harmoniosa com o passado colonial. Para além das referências materiais da paisagem, São João é referência regional e nacional de práticas artísticas, culturais e sociais intangíveis. Essas são representadas nas encenações da Semana Santa, no repicar dos sinos, nas festas religiosas, na música, nas apresentações da Ribeiro de Bastos, na Lira Sanjoanense, entre outras manifestações. Vale ainda destacar os hábitos e costumes que conformam o estilo de viver no qual se inscrevem o vivido e o vivenciado do dia-a-dia.

O Projeto de Mobiliário Urbano para o sítio histórico sanjoanense representa a síntese entre iniciação e abertura para a inovação, a qualificação em um centro dotado de ambiências tradicionais permeadas pelas camadas do passado. Estas propostas projetuais seguem as orientações do Guia do Mobiliário Urbano das Cidades Históricas de Minas Gerais, editado pelo SEBRAE/MG e a Associação das Cidades Históricas Mineiras, o qual contempla as políticas vinculadas à constância e à preservação e busca garantir o direito à continuidade e à atualização dos sítios condensados de memórias sociais. Neste contexto, os projetos a serem apresentados refletem conceitos, conteúdos normativos, técnicos, estéticos e culturais considerados no Guia. Estes norteiam as concepções e os projetos de mobiliário para o Sítio Histórico de São João del

Rei e objetivam assegurar os detalhes e aspectos dos patrimônios material e imaterial a serem preservados mediante as necessidades de inovação inseridas no processo de desenvolvimento socioeconômico e turístico locais.

Ao lado dessa orientação conceitual e técnica, os conteúdos propositivos e projetuais de mobiliário para São João tem como referência fundamental as reflexões e atuações do Instituto Estrada Real. Estas têm sido delineadas no sentido de preservar os patrimônios dessas regiões e simultaneamente criam políticas e estimulam empreendimentos modernizadores, que assegurem desenvolvimento econômico e turístico com sustentabilidade social. Portanto, os projetos de mobiliário corporificando uma harmonia dinâmica entre o antigo e o novo. Contemplam, assim, a valorização e o bem estar das históricas ambiências citadinas, respeitando o cotidiano dos seus moradores ao mesmo tempo que cria uma permeabilidade entre os mesmos e os visitantes. Considera-se neste aspecto que ambiências agradáveis de se viver são também lugares atrativos para o turismo são naturalmente lugares agradáveis de se viver.

A primeira parte do projeto está organizada de acordo com os aspectos relacionados aos conceitos e modalidades de mobiliário urbano, seguido de orientações, dispositivos, normatizações e ferramentas, que norteiam a sua planificação projetual no município de São João del Rei. Ressaltam-se os aspectos conceituais e seus vínculos com os princípios do patrimônio natural, artístico e cultural daquele município. Nesses tomos, a salvaguarda, bem como o papel histórico dos sítios, são analisados, tendo como parâmetro as renovações enunciadas na implementação estratégica do conjunto de mobiliários destinados às áreas livres de cada local. Há também uma contextualização no âmbito internacional das reflexões sobre o patrimônio e sua relevância no contexto de uma conjuntura de inovação e renovação, que vise o desenvolvimento social e urbano. Nestes locais as principais modalidades de mobiliário urbano podem ser observadas e relacionadas com as cidades históricas mineiras.

Em seguida é apresentado um diagnóstico de análise da área do Centro Histórico de São João del Rei, baseado em três níveis de leitura e análise do espaço: ambientação do sítio; leitura da paisagem e diagnóstico da situação atual do sítio em relação à infra-estrutura para o turismo. O estudo pretende ainda definir um perímetro de intervenção para a implantação de um novo Projeto de sinalização turística interpretativa a ser doado pela FIEMG à cidade. Além disso, conformam relatórios técnicos qualitativos relacionados às diversas recomendações, que possam proporcionar à cidade uma melhor ambientação como pólo turístico, histórico e cultural da região do Campo das Vertentes.

Mileto Engenharia e Equipe

Belo Horizonte, junho de 2009.

3

SÃO JOÃO DEL REI E A FORMAÇÃO DAS CIDADES MINEIRAS ENTRE OS SÉCULOS XVII E XIX

As cidades e suas formações na experiência ocidental se traduzem como espaços de linguagem, de evocação e sonhos, e são constituídas de imagens que “abrigam” várias escrituras (SILVA, 2001). Como registros da imagem do mundo, ao longo das suas histórias, os espaços citadinos vão se compondo de maneira lenta e coletivamente. Assim, vão se constituindo e voltam a constituírem-se incessantemente (SILVA, 2001). De acordo com os processos contínuos e descontínuos dos sítios, as histórias são elaboradas, imaginadas, e se constituem em cenários do patrimônio material e imaterial. As cidades se fazem, além dos seus constructos, no espaço e no tempo, por suas expressões, valores, hábitos, e alcançam coletivamente uma mentalidade urbana (SILVA, 2001). Entre seus fragmentos e transformações, nascem os palimpsestos, como registro daquilo que se conquistou; conferem a marcação, a permanência e encontram-se dispersos nos espaços, lugares, que interrompem a noção cronológica. Integrados ao estilo das localidades, os palimpsestos, ou seja, as alegorias do passado, instituem-se como lugares dotados de representação da memória social. Para Judy (1990:49), uma vez que o patrimônio tradicional assegura uma reprodução da ordem simbólica das sociedades, as relações entre o objeto, a imagem e o relato encontram sua harmonia e finalidade na manutenção de uma perenidade de símbolos.

Nos tempos recentes, a introdução de novos patrimônios significa uma revisão das imagens que se edificaram no passado. A elas, são incorporadas novas referências, palimpsestos, vivências, construções, reinaugurando o papel social e cultural da imagem do lugar. De acordo com essas reflexões, o patrimônio das cidades se define e se redefine a partir dos seus próprios cidadãos, vizinhos e visitantes. Assim, as cidades se edificam e se reedificam, do ponto de vista de construções imaginárias. Nelas, estão presentes as condições físicas e naturais, as referências físicas construídas, os costumes sociais; as modalidades de expressão dos seus habitantes conformam um tipo especial de cidadãos com relação aos de outros contextos, e por uma mentalidade urbana que lhe são próprias (SILVA, 2001). As cidades adquirem as características dos seus criadores, e são os cidadãos das localidades que habitam o mundo. Os símbolos que os próprios habitantes constroem ao longo do tempo fazem com que uma cidade seja diferente da outra. Neste passo distintivo e cidadão, de geração em geração, os símbolos mudam, como mudam as fantasias (SILVA, 2001). O objetivo de se criar medidas de identificação e valorização do patrimônio deve ser sempre reinserido nos processos de gestão local e apontam para uma “nova categoria” do urbano, situando-o como sujeito real e imaginário de uma cidade. E a concepção das paisagens e cenários se faz por segmentos e platôs imaginários dos seus habitantes. A dimensão da subjetividade emerge nessas experiências e ´habita` a cidade vivida, interiorizada, projetada e construída. As suas relações de uso e os processos de valorização dos espaços impregnam seus intertiscios, percorrendo-a e interferindo dialogicamente, o que a reconstrói como imagem urbana (SILVA, 2001).

A formação histórica das cidades mineiras se deu de forma peculiar e se configura nos palimpsestos de suas imagens contemporâneas. Para Vasconcellos (2004), a formação das povoações em Minas Gerais a partir do século XVIII foi um fenômeno de grande impacto, devido principalmente à rapidez e à predominância das concentrações de caráter urbano. “Não só as povoações se objetivaram espontaneamente, ao sabor do fundamento econômico, e se desenvolveram igualmente em razão das condições naturais, como no geral prescindiram de sujeições, autogovernando-se” (VASCONCELLOS, 2004:145). Essas formações tinham uma semelhança com as cidades européias do Renascimento, visto que o poder real estava muito longe, da mesma forma que as lideranças das congregações religiosas. Nas Minas Gerais do período colonial, apenas Mariana conquistou título de cidade e atuou como sede do bispado, o que a dotou de prerrogativas e privilégios, como foi ter direito

a uma planificação urbana conveniente (PAULA, 2000). Como registra Mello (1985), na busca pelos recursos minerais, o território mineiro foi constituído por uma rede urbana, que se distribuía ao longo dos caminhos e estradas, nas encruzilhadas ou nas travessias dos cursos d’água, à margem dos locais onde o ouro e o diamante eram encontrados. Além da cidade de Mariana, que recebeu uma planificação especial, Diamantina também foi dotada de desenho em retícula quadriculada de acordo com a “Lei das Índias”. As demais povoações tinham um desenho predominantemente longilíneo, originado das estradas que ligavam o território. Alguns pontos utilizados como paradas para descanso e abastecimento recebiam “a construção de pousos e, a seguir, de instalações comerciais de suprimentos, aos poucos transformadas em núcleo de nascentes povoações, capazes de vida própria” (VASCONCELLOS, 2004:145). Como revela o autor, é o comércio, e não o ouro ou outros minerais e pedras preciosas, o fundamento precípuo e direto dos povoados mineiros. “Ainda que o ouro tenha sido a causa remota e base econômica da criação dos aludidos povoados, é o comércio que os objetiva, os alimenta” (VASCONCELLOS, 2004:146).

A primeira fase da expansão é fomalizada em um modelo de ocupação tradicional, e a partir da criação dos arraiais e vilas, a “população se concentrava e passava a demandar a formação de linhas de abastecimento” (VENÂNCIO, 2001:184). Numa segunda fase de expansão dos núcleos urbanos e da produção de metais e pedras preciosas, a Capitania de Minas Gerais apresentou um desenvolvimento no setor agropecuário, havendo um impulso nos processos de produção e abastecimento. Além das Áreas Centrais da Capitania estarem, em grande parte, ocupadas por núcleos urbanos outras regiões (Norte e Sul, e posteriormente Zona da Mata e Triângulo Mineiro) foram integradas seqüencialmente à rede econômica. Em uma terceira fase de ocupação do território mineiro, os centros de mineração multiplicaram-se ainda mais, formando “novos arraiais abastecedores ou intermediários, criando assim uma malha de trocas comerciais que entrecruzavam” (VENÂNCIO, 2004:187). Minas Gerais, ao longo dos séculos XVIII e XIX, fora a região mais populosa e mais urbanizada do país, sendo que os níveis de urbanização e a dinâmica demográfica se aproximaram aos da Europa e do Novo Mundo.

A formação do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar entre os séculos XVII e XVIII e depois Vila de São João del Rei estrutura-se a partir da exploração do ouro, que situava-se em maior abundância na região das encostas da Serra do Lenheiro. Os espaços de exploração foram delimitados simultaneamente à implantação dos primeiros ranchos distribuídos em sua maioria no entorno das áreas de mineração (MALDOS, 2003). Neste mesmo período os primeiros entrepostos comerciais são implementados e centralizavam as primeiras áreas de ocupação do arraial e depois da vila.

A exploração do ouro estabeleceu uma urbanização específica dentro dos núcleos onde foram lozalizadas as lavras. A proximidade das áreas extrativas era fundamental para o controle e a segurança das mesmas, sendo as casas assim levantadas quase ao pé das catas de ouro. As ruas, tais como as conhecemos, eram originalmente caminhos, rotas de acesso entre o espaço de morar, as áreas de trabalho e os acessos das vias de entrada e saída dos aglomerados urbanos (MALDOS, 2003:18).

As vias mais tradicionais, apesar da configuração irregular da malha urbana, estavam ligadas por um caminho principal denominado Rua Direita. Além de espacializar um maior número de serviços do entreposto, exercia a função distributiva e integradora do arraial com outras regiões.

A espacialização da vila também foi condicionada pela topografia recortada pelo vale do córrego do Lenheiro. A região do Morro da Forca e Matola situada no vetor do território, devido à ausência de reservas auríferas e a sua posição estratégica em relação às minas, foi eleita como uma área propícia à instalação de habitações (MALDOS, 2003). O historiador André João Antonil afirma que os arraiais que tiveram ocupação e adensamento antes da regulamentação das vilas régias eram freguesias móveis e o bom sucesso das lavras era a garantia de permanência e expansão dos mesmos (CUNHA, 2007). Neste contexto, houve uma superposição do chão da produção com o chão da reprodução da vida. Apesar do registro de concentração das áreas de comércio e oferta de serviços no arraial sanjoanense, as atividades de mineração tiveram uma função preponderante “nos ritmos e particularidades da formação urbana” (CUNHA, 2007:23).

Em 1713 o arraial novo de Nossa Senhora do Pilar foi elevado à categoria de vila quando o então governador da Capitania de São Paulo e Minas Gerais Dom Brás Baltazar da Silveira manifestou intenção de mudar a teritorialização do núcleo das proximidades das proximidades das encostas da serra e da margem direita do córrego para a esquerda. O local apresentava melhores condições para a expansão e centralização da vila. No entanto, esta deliberação não surtiu efeito, uma vez que o cotidiano citadino e as identidades elucidadas asseguraram a permanência e a valorização da tradicional área (CUNHA, 2007).

De acordo com as reflexões de Vasconcellos (2004), os núcleos urbanos assumiram simultaneamente um conjunto de atribuições: além do casario, as condições de entreposto, local de suprimento e das trocas comerciais. O autor mostra que, ao contrário das cidades litorâneas, as mineiras tinham seus templos erigidos no centro dos largos, circundados por praças ou ruas, e independentes das quadras urbanas deles vizinhas. Os templos poderiam ser também implantados em outeiros, o que valorizou bastante os edifícios religiosos, acrescentando às povoações um incipiente paisagismo e bons efeitos de perspectiva (VASCONCELLOS, 2004). O processo de ocupação espontâneo e longilíneo definiu uma configuração mais orgânica, onde as condições do terreno eram respeitadas. Distanciadas das formas de ocupação mais racionalizadas, os traçados das cidades mineiras resultaram em arranjos plásticos singulares, gerando uma perfeita harmonia com a paisagem circundante ou natural.

	
O povoado cresce como lhe convém, espicha e encolhe, conforme seu estágio de desenvolvimento; ameniza os aclives com traçados coleantes, absorve os terrenos mais favoráveis e rejeita os impróprios, participando da vida dos seus habitantes, como uma entidade também viva e livre das contenções determinadas por regras fixas ou tentativas de racionalização divorciadas da realidade (VASCONCELLOS, 2004:147).	

Apesar das evidências de autonomia urbanística nos processos de ocupação do território mineiro, observa-se também que parte dessa ação criativa foi exercida por aqueles que chegavam à Capitania. Considerando-se costumes, literatura, música, artes, arquitetura e o próprio urbanismo, a história cultural mineira registra uma abertura às influências de outras capitânicas brasileiras e até mesmo de cidades européias. A contribuição de mestres, artífices, engenheiros militares, entre outros competentes artistas, foi decisiva para conformar a paisagem cultural mineira. Segundo Mello (1985), a paisagem foi também enriquecida pelos equipamentos e mobiliários urbanos, como pontes, fontes, chafarizes, escadarias, marcos, obeliscos e jardins.

	
Nas Minas, [...], sobressaem os exemplos por sua maior liberdade e pelo uso de materiais locais. [...]. Os chafarizes seriam resolvidos com a linguagem formal barroca — de maior familiaridade dos mestres portugueses aqui instalados [...] (MELLO, 1985:205).	

Para a autora, os chafarizes, como as pontes, integravam a vida das vilas e arraiais. Além de atenderem a uma função primordial, eram incorporados pelos habitantes como lugar de encontro e sociabilidade. Eles se dispunham em bancos e se apresentavam como largos ou pequenas praças para a permanência efêmera.

Quando a mineração recuou, enquanto atividade organizadora do espaço de São João del Rei, “a posição de cabeça da comarca e suas funções comerciais articulando-se às rotas do mercado interno das Minas não permitiram a retração do núcleo” (CUNHA, 2007:25). Já no final do século XVIII registra-se um processo significativo de migrações aliado às novas iniciativas empreendedoras do desenvolvimento socioeconômico alternativo à exploração mineratória. Mesmo São João não sendo a centralidade primordial dos fluxos, já polarizava no início do século XIX o crescimento econômico das região sul mineira. Tal conjuntura foi ratificada e dinamizada com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil. Através dos circuitos da Estrada Real, São João também se consolidou como entreposto comercial por sua posição estratégica na função de abastecimeneto da Capital Federal. A vila foi elevada à categoria de cidade em 1838 e teve o seu crescimento populacional e urbano contínuo mas um pouco lento e fragmentado. O seu processo de nucleação já demonstrava nos oitocentos sinais de modernidade pautada pelos disciplinamentos registrados nos termos de cecessão e implantação de imóveis, na própria concepão da arquitetura, bem como em relação à implementação da infra-estrutura urbana.

Como mostra Silva (1993), no fim do período colonial e nos períodos subseqüentes, a sociabilidade pública se sobrepôs à sociabilidade privada. Junto aos chafarizes, pontes, pontilhões, largos, foi criada, na cidade do Rio de Janeiro, a modalidade do “Passeio Público”, que, embora não muito amplo, recebeu acabamento estilo francês e se tornou um dos pontos atrativos da cena pública. Esta atitude, entre outras iniciativas, propiciou uma flexibilização do uso de vias, passeios e áreas públicas, inclusive nas cidades inseridas no território mineiro. Portanto, eles eram enfeitados, e os ornamentos se estendiam para as aberturas dos casarios, dando um sentido festivo ao local anteriormente dotado de pouca sociabilidade. Complementavam os eventos públicos e as diversificadas formas de se ocupar os espaços urbanos, os carros alegóricos, os teatros e apresentações artísticas em áreas abertas.

Observa-se que os sinais de modernidade e estilos de viver criativos e inovadores espalharam-se ambíguos e contraditórios nas Minas dos séculos XVIII e XIX. Mesmo com a decadência da mineração, as grandes obras públicas e privadas das localidades tiveram seu processo de construção continuada (PAULA, 2000). As manifestações artísticas e culturais que envolvem a arquitetura, o urbanismo e os modos de viver em cidades confirmam o estabelecimento de uma sofisticada e singular qualidade de civilização em Minas. Houve, assim, um significativo enriquecimento dos padrões construtivos da engenharia e da arquitetura, da ampliação dos serviços e equipamentos urbanos, que propiciaram o incremento da sociabilidade e das relações simbólicas (PAULA, 2000). Todos esses fatores e aspectos contribuíram na definição de que as cidades são condensações históricas. Essas se fazem pela acumulação extraordinária de patrimônios materiais e imateriais, que vão se conformando no constructo do espaço e do tempo. As referências não constituem apenas uma riqueza patrimonial, mas um título ou um argumento de autoridade política, cultural; ou seja, um dom da humanidade.



4

DISPOSITIVOS, REQUISITOS
E ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E
ESTÉTICAS PARA PLANEJAR
MOBILIÁRIO URBANO

AS CONTRIBUIÇÕES DAS CARTAS PATRIMONIAIS
E DAS TIPOLOGIAS PROJETUAIS

Para a elaboração do Guia do Mobiliário Urbano de São João del Rei, os pressupostos normativos nos âmbitos estadual, federal foram respeitados e incorporados, quando necessário, ao escopo das diretrizes, orientações e definições de ferramentas inseridas no Guia do Mobiliário Urbano a ser publicado que representa uma iniciativa entre o Governo do Estado, o SEBRAE-MG e a Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais.

As cidades históricas são caracterizadas pela interseção das paisagens natural e cultural que edificaram suas características e referências na preservação e na política de conservação dos seus patrimônios urbanos (GUIA..., 2009). Segundo a recomendação da “Conferência Geral da UNESCO de Nairobi”

“Em cada Estado-membro dever-se-ia formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local, a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjutos históricos ou tradicionais e suas ambiências e adaptá-los às exigências da vida contemporânea” (IPHAN..., 2004:221).

No sentido de se fazer cumprir a conservação do patrimônio, medidas de salvaguarda foram definidas por essa conferência, com o objetivo de se assegurar iniciativas locais vinculadas às inovações no planejamento e gestão urbanas. Com base nessas abordagens, os projetos vinculados à renovação dos espaços públicos configuram uma das importantes atribuições dos gestores locais, que estão conscientizados da importância do patrimônio. “Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento” (IPHAN..., 2004:111).

As “Normas de Quito” destacam, entre outros pontos, a importância do patrimônio cultural: “[...] a valorização se realiza em função de um fim transcendente [...], que seria em última instância a contribuição para o desenvolvimento econômico da região” (IPHAN..., 2004:111). Outro ponto no detalhamento dos projetos diz respeito às recomendações definidas na “Conferência da UNESCO em Paris”, quando da execução de obras públicas e privadas. As principais estão listadas abaixo:

[...] as autoridades locais (estaduais, municipais ou outras) deveriam também dispor de serviços encarregados da preservação e do salvamento dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas. Esses serviços deveriam dispor da possibilidade de obter ajuda dos serviços nacionais, ou de outros órgãos apropriados, de acordo com suas atribuições e necessidades; os serviços de salvaguarda dos bens culturais deveriam contar com pessoal qualificado, especialistas competentes em matéria de preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas: arquitetos, urbanistas, arqueólogos, historiadores, inspetores e outros especialistas e técnicos; deveriam ser tomadas medidas administrativas para coordenar as atividades dos diversos serviços responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais e as de outros serviços encarregados de obras públicas ou privadas e as dos demais serviços cujas funções tenham relação com o problema de preservar ou salvar os bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas; deveriam ser tomadas medidas administrativas para designar uma autoridade ou uma comissão encarregada dos programas de desenvolvimento urbano em todas as comunidades que possuam bairros históricos, sítios e monumentos de interesse, protegidos ou não pela lei, que seja preciso defender contra a ameaça de obras públicas ou privadas (IPHAN..., 2004:131).

Destacando a proteção do patrimônio cultural e natural, a “Conferência Geral da UNESCO de Paris” aconselha:

A fim de garantir a adoção de medidas eficazes para a proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural situado em seu território, os Estados-partes na presente convenção procurarão, na medida do possível, e nas condições apropriadas a cada país: adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planejamento geral; instituir em seu território, se ainda não existirem, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal adequado e de meios apropriados a realizar as tarefas a eles confiadas; desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado enfrentar os perigos que ameacem seu patrimônio cultural ou natural; adotar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação desse patrimônio; e favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo (IPHAN..., 2004:179-180).

Com relação ao patrimônio arquitetônico que compõe os sítios históricos como São João del Rei a “Declaração de Amsterdã” ressalta pontos a serem considerados para o desenvolvimento dos projetos. Afirma ser a conservação da arquitetura de importância vital, visto que:

Esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico ou cultural. Essas riquezas são um bem comum a todos os povos da Europa, que têm o dever de protegê-las dos perigos crescentes que as ameaçam: negligência e deterioração, demolição deliberada, novas construções em desarmonia e circulação excessiva. A conservação do patrimônio arquitetônico deve ser considerada não apenas como um problema marginal, mas como objetivo maior do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial. Os poderes locais aos quais compete a maioria das decisões importantes em matéria de planejamento, são todos particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico e devem ajudar-se mutuamente através da troca de idéias e de informações. A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. As medidas legislativas e administrativas necessárias devem ser reforçadas e tornadas mais eficazes em todos os países. [...].

O patrimônio arquitetônico não sobreviverá a não ser que seja apreciado pelo público e especialmente pelas novas gerações. Os programas de educação em todos os níveis devem, portanto, preocupar-se mais intensamente com essa matéria. Devem ser encorajadas as organizações privadas — internacionais, nacionais e locais — que contribuam para despertar o interesse do público. Uma vez que a arquitetura de hoje é o patrimônio de amanhã, tudo deve ser feito para assegurar uma arquitetura contemporânea de alta qualidade (IPHAN..., 2004:200-201).

As recomendações da “Conferência Geral da UNESCO em Nairobi” defendem a salvaguarda dos conjuntos históricos em função das necessidades oriundas da vida contemporânea. Apontam que na elaboração dos planos de salvaguarda e sua execução deve-se considerar outros pontos:

Um cuidado especial deveria ser adotado na regulamentação e no controle das novas construções, para assegurar que sua arquitetura se enquadre harmoniosamente nas estruturas espaciais e na ambiência dos conjuntos históricos. Para isso, uma análise do contexto urbano deveria preceder qualquer construção nova, não só para definir o caráter geral do conjunto, como para analisar suas dominantes: harmonia das alturas, cores, materiais e formas, elementos constitutivos do agenciamento das fachadas e dos telhados, relações dos volumes construídos e dos espaços, assim como suas proporções médias e a implantação dos edifícios. Uma atenção especial deveria ser prestada à dimensão dos lotes, pois qualquer modificação poderia resultar em efeito de massa, prejudicial à harmonia do conjunto. Não se deveria autorizar o isolamento de um monumento através da supressão de seu entorno; do mesmo modo, seu deslocamento só deveria ser decidido excepcionalmente e por razões de força maior. Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los. Os cartazes, a publicidade — luminosa ou não — os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo. [...]

Dado o conflito existente na maior parte dos conjuntos históricos ou tradicionais entre o trânsito automobilístico, por um lado, e a densidade do tecido urbano e as características arquitetônicas, por outro, os Estados-membros deveriam estimular e ajudar as autoridades locais a encontrar soluções para esse problema. Para consegui-lo e para favorecer o trânsito de pedestres, conviria estudar com extremo cuidado a localização e o acesso dos parques de estacionamento, não só dos periféricos como dos centrais, e estabelecer redes de transporte que facilitem ao mesmo tempo a circulação dos pedestres, o acesso aos serviços e o transporte público. Numerosas operações de reabilitação, tais como, entre outras, a instalação subterrânea de redes elétricas e de outros cabos, que seriam demasiadamente onerosas se fossem feitas separadamente, poderia ser, então, coordenadas fácil e economicamente com o desenvolvimento da rede viária. A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. Seria, portanto, essencial manter as funções apropriadas existentes e, em particular, o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano, regional ou nacional em que se inserem. O custo das operações de salvaguarda não deveria ser avaliado apenas em função do valor cultural das construções, mas também do valor derivado da utilização que delas se possa fazer. Os problemas sociais decorrentes da salvaguarda só podem ser colocados corretamente se houver referência a essas duas escalas de valor. Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes (IPHAN..., 2004:227-228).

No encontro do “Conselho Internacional de Monumentos e Sítios” foi definida a “Carta de Burra”. Esta contém as definições que orientam as análises e procedimentos inseridos nas deliberações projetuais de patrimônio. As definições principais são as seguintes:

o termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence; a expressão significado cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras; o termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas; o termo manutenção designará a proteção contínua da

substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundida com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada; preservação será a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada; restauração será o restabelecimento da substância em um estado anterior conhecido; reconstrução será o restabelecimento, com o máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos. A reconstrução não deve ser confundida nem com a criação, nem com a reconstrução hipotética, ambas excluídas do domínio regulamentado pelas presentes orientações; adaptação será o agenciamento de um bem a uma nova destinação, sem a destruição de sua significação cultural; a expressão uso compatível designará uma utilização que não implique mudança na significação cultural da substância, modificações que sejam substancialmente reversíveis ou que requeiram um impacto mínimo (IPHAN..., 2004:247-248).

A “Carta de Florença” aborda a proteção de jardins históricos, também presentes no município sanjoanense. Esta subdivide a definição dos mesmos nas seguintes concepções: a primeira aponta “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado ‘monumento’.” (IPHAN..., 2004:252). Em seguida afirma entre outros aspectos que

o jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perecível e renovável. Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do afinamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado. [...].

A denominação jardim histórico aplica-se tanto aos jardins modestos quanto aos parques ordenados ou paisagísticos. [...].

Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um quadro célebre, etc. A proteção dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas, que são a manutenção, a conservação, a restauração. Pode-se, eventualmente, recomendar a reconstituição. A “autenticidade” diz respeito tanto ao desenho e ao volume de partes quanto do seu decór ou à escolha de vegetais ou de minerais que os constituem (IPHAN..., 2004:254).

Ao considerar os aspectos da manutenção e conservação dos bens imóveis a “Carta de Florença” aconselha:

A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado. A escolha de espécies de árvores, arbustos, de plantas ou de flores a serem substituídas periodicamente deve-se efetuar com observância dos usos estabelecidos e reconhecidos para as diferentes zonas botânicas e culturais, em uma vontade de permanente conservação e pesquisa de espécie de origem. Os elementos de arquitetura, de escultura ou de decoração, fixos ou móveis, que fazem parte integrante do jardim histórico, não devem ser retirados ou deslocados, senão na medida em que uma conservação ou sua restauração o exijam. A substituição ou restauração de elementos em perigo devem ser feitas conforme os princípios da Carta de Veneza e a data de qualquer substituição será indicada. O jardim histórico deve ser conservado em um meio ambiente adequado. Qualquer modificação do meio físico, que coloque em perigo o equilíbrio ecológico, deve ser proibida. Essas medidas referem-se ao conjunto da infra-estrutura, sejam elas internas ou externas: canalizações, sistemas de irrigação, caminhos, estacionamentos, cercas, dispositivos de vigilância, de exploração, etc. (IPHAN..., 2004:255).

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Em casos de restauração e reconstituição orienta, entre outros pontos, os seguintes:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Qualquer restauração e, com mais forte razão, qualquer reconstituição de um jardim histórico só serão empreendidas após um estudo aprofundado, que vá desde as escavações até a coleta de todos os documentos referentes ao respectivo

jardim e aos jardins análogos, suscetível de assegurar o caráter cientffico da intervenção. Antes de qualquer execução, esse estudo deverá resultar em um projeto que será submetido a um exame e uma aprovação colegiados. A intervenção ou restauração deve respeitar a evolução do respectivo jardim. Em princípio, ela não deveria privilegiar uma época à custa de outra, salvo se a degradação ou afinamento de certas partes puderem, excepcionalmente, dar ensejo a uma reconstituição fundada sobre vestígios ou sobre uma documentação irrecusável. Poderão ser, mais particularmente, objeto de uma reconstituição eventual as partes do jardim mais próximas do edifício, a fim de fazer ressaltar sua coerência (IPHAN..., 2004:255:266).

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Visando a proteção legal e administrativa esclarece:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Cabe às autoridades responsáveis adotar, sob a orientação de peritos competentes, as disposições legais e administrativas apropriadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. Essa proteção deve ser integrada aos planos de ocupação dos espaços urbanos e aos documentos do planejamento físico-territorial. Cabe igualmente às autoridades responsáveis assumir, conforme orientação de peritos competentes, a conservação, a restauração e, eventualmente, a reconstituição dos jardins históricos. Os jardins históricos constituem um dos elementos do patrimônio cuja observância, em razão de sua natureza, exige o máximo de cuidados contínuos por parte de pessoas qualificadas. Convém, pois, que uma pedagogia apropriada assegure a formação dessas pessoas, quer se trate de historiadores, de arquitetos, de paisagistas, de jardineiros ou de botânicos (IPHAN..., 2004:257-258).

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Ao abordar a revitalização das pequenas aglomerações a “Declaração de Tlaxcala” adota alguns aspectos importantes:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Reafirmam que as pequenas aglomerações se constituem em reservas de modos de vida que dão testemunho de nossas culturas, conservam uma escala própria e personalizam as relações comunitárias, conferindo, assim, uma identidade a seus habitantes. Lembram que a conservação e reabilitação das pequenas aglomerações são, por um lado, uma obrigação moral e uma responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais; por outro, um direito de as comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação do seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização. [...].

Reafirmam a importância dos planos de ordenação físico-territorial e de desenvolvimento para diminuir o processo de abandono dos pequenos lugares de habitat e a superpopulação das médias e pequenas cidades, fenômeno que ameaça a própria existência dessas localidades. Recomendam que qualquer ação que tenda a preservar o ambiente urbano e os valores arquitetônicos de um lugar deve participar, necessariamente, da melhoria das condições sócio-econômicas dos habitantes e da qualidade de vida dos centros urbanos. Pensam que, para preservar a atmosfera tradicional nas localidades rurais e nas pequenas aglomerações e para permitir a continuidade de manifestações arquitetônicas vernaculares contemporâneas, é necessário dispor não apenas dos materiais, como também da técnica tradicional e, quando isso não for possível, propõem a utilização de elementos de substituição que não ocasionem alterações notáveis na forma resultante e que correspondam às condições psicológicas locais e aos modos de vida dos habitantes da região (IPHAN..., 2004:265-267).

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Além disso, entre outros detalhes, enunciam-se as ponderações seguintes:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Que qualquer ação que vise à conservação e à revitalização das pequenas localidades seja inserida em um programa que leve em conta os aspectos históricos, antropológicos, sociais e econômicos da região e as possibilidades de revitalizá-la, sem o que a referida ação será condenada

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

à superficialidade e à ineficácia. Que seja encorajada a participação interdisciplinar, condição indispensável a qualquer empenho em favor da conservação, restauração e revitalização das pequenas localidades. [...].

Que a utilização de materiais regionais e a conservação de técnicas de construção tradicionais de cada região sejam indispensáveis para as pequenas aglomerações e não estejam em contradição com a teoria geral que estabelece que se deixe em evidência nas intervenções a marca de nosso tempo. O esforço para identificar, encorajar, manter em vigor e reforçar no espírito das comunidades o prestígio e o valor do uso de tais materiais e técnicas, justamente onde eles existem, é urgente. Recomenda-se encorajar a competência artesanal da construção, através de premiações (IPHAN..., 2004:267-268).

A “Carta de Petrópolis” verifica e conceitua as denominações centro e sítio histórico. Aponta que:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de “área crítica”, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico. O sítio histórico urbano —SHU— é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência dos seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação. [...].

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

A preservação do SHU deve ser pressuposto do planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço (IPHAN..., 2004:285-186).

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

A “Recomendação n. R”, adotada pelo Comitê de Ministros, define o emprego de categorias relevantes para projetos de mobiliário urbano e as principais são:

Jardim de uma casa de fazenda em São Paulo, Brasil.

Paisagem – expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.

Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.

Área de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representação em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos.

Conservação – a aplicação dinâmica das medidas apropriadas, dos pontos de vista legal, econômico e operacional, para preservar determinados episódios da destruição ou deterioração e salvarguardar seu futuro.

Política paisagística – todas as estruturas concorrentes definidas pelas autoridades competentes e relativas a diferentes atividades do poder público, de proprietários de terras e de outros interessados na evolução orientada de uma paisagem e em sua valorização, de acordo com os desejos da sociedade como um todo.

Poluição visual – degradação ofensiva à visualidade resultante ou de acúmulo de instalações ou equipamento técnico (torres, cartazes de propaganda, anúncios ou qualquer outro material publicitário) ou da presença de plantação de árvores, zona florestal ou projetos construtivos inadequados ou mal localizados (IPHAN..., 2004:331-332).

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Essa recomendação propõe também:

meios teóricos e operacionais para conservação e evolução controladas das áreas de paisagem cultural em cuja estrutura se incluam as políticas de uso da terra e da paisagem como um todo. [...]

A finalidade do desenvolvimento econômico sustentável implicando uma relação harmoniosa entre as necessidades da propulsão, o uso dos recursos naturais e a organização das atividades humanas em determinada área; a busca de um meio ambiente que contemple tanto a herança cultural quanto a natural e que leve em conta a natureza evolucionária da paisagem como um todo; a necessária adaptação do desenvolvimento econômico às necessidades de uma sociedade que dê a devida consideração à qualidade das

relações humanas e à solidariedade entre setores da população (IPHAN..., 2004:334).

Com relação às medidas de proteção legal e conservação das áreas de paisagem cultural, como parte de políticas de paisagem, aconselha:

Dependendo do valor das áreas de paisagem cultural protegidas, o projeto de proteção deveria estabelecer a supervisão de uma autoridade responsável no território no que diz respeito à concessão de autorização para construções, demolições ou realização de obras (incluídos projetos de silvicultura, agrícolas ou de infra-estrutura) que resultem na transformação das paisagens. Em algumas áreas ou em partes de áreas a proteção pode acarretar a proibição de construir (IPHAN..., 2004:340).

As medidas específicas para conservação e evolução controlada sugerem

As áreas de paisagem cultural consistem em recursos sócio-econômicos que podem ser empregados no desenvolvimento local. Trata-se, contudo, de recursos não renováveis e seu uso deve ser planejado no sentido de preservar sua integridade e seu caráter peculiar. O emprego das áreas de paisagem cultural para estimular o desenvolvimento local é mais eficientemente planejado no interior de uma estratégia regional, para evitar a repetição de tipos de desenvolvimento dentro de uma única área. As autoridades locais deveriam trabalhar conjuntamente, nos termos de programas estabelecidos em acordo. [...].

É importante incentivar o acesso público a áreas de paisagem cultural, embora o fluxo de visitantes e turistas deva ser mantido sob controle. As autoridades deveriam promover uma apresentação clara e apropriada da história e da importância de cada local, através de promoção de projetos de pesquisa e de programas de estudos centrados nos diferentes aspectos do local; cooperação dos departamentos adequados das universidades locais ou dos institutos de pesquisas e das autoridades ligadas à conservação e administração; administração controlada da visitação, que encoraje o acesso a locais situados fora das maiores rotas turísticas e que restrinja o número de visitantes a locais que os estejam recebendo em número muito elevado; viabilidade do fornecimento de informação adequada e de publicações destinadas aos visitantes (IPHAN..., 2004:340-341).

Junto das Cartas Patrimoniais, que orientam e definem os procedimentos voltados para as políticas de preservação, conservação e intervenção do patrimônio, as medidas inseridas nessas ações devem ter como meta o desenvolvimento sustentável. Os setores organizados mundialmente em torno da questão da relação da sociedade civil e o meio natural afirmam que o desenvolvimento é sustentável quando procura fazer justiça e criar oportunidades para que todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, possam se desenvolver sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema (BELLEN, 2007). Algumas orientações podem ser consideradas no planejamento e implantação do mobiliário urbano. As principais são:

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Paisagem cultural em uma cidade.

Sustentabilidade da perspectiva social

Paisagem cultural em uma cidade.

Na sustentabilidade observada da perspectiva social a ênfase é dada à presença do ser humano na ecosfera. A preocupação maior é com o bem estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição. Rutheford (1997) argumenta, utilizando um raciocínio econômico, que se deve preservar o capital social e humano e que o aumento desse montante de capital deve gerar dividendos. Claramente, como já foi amplamente discutido, o conceito de bem-estar não é fácil de construir nem medir. A questão da riqueza é importante, mas é apenas parte do quadro geral da sustentabilidade.

Acesso a serviços básicos, água limpa e tratada, ar puro, serviços médicos, proteção, segurança e educação pode estar ou não relacionado com os rendimentos ou a riqueza da sociedade. Para Sachs (1997), a sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leve a um crescimento estável com distribuição eqüitativa de renda, gerando, com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações (BELLEN, 2007:37).

Sustentabilidade da perspectiva ambiental

Paisagem cultural em uma cidade.

Para Rutheford (1997), na sustentabilidade da perspectiva ambiental a principal preocupação é relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Ela é expressa pelo que os economistas chamam de capital natural. Nessa visão, a produção primária, oferecida pela natureza, é a base fundamental sobre a qual se assenta a espécie humana. Foram os ambientalistas, atores dessa abordagem, que desenvolveram o modelo denominado pressure, state e response (PSR) para indicadores ambientais e que o defendam para as outras esferas.

Sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua

deterioração em um nível mínimo. Deve-se reduzir a utilização de combustíveis fósseis, diminuir a emissão de substâncias poluentes, adotar políticas de conservação de energia e de recursos, substituir recursos não-renováveis por renováveis e aumentar a eficiência em relação aos recursos utilizados (SACHS, 1997 apud BELLEN, 2007:37).

Sustentabilidade da perspectiva geográfica e cultural

Paisagem cultural em uma cidade.

A sustentabilidade geográfica pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Deve-se procurar uma configuração rural-urbana mais adequada para proteger a diversidade biológica, ao mesmo tempo em que se melhora a qualidade de vida das pessoas.

Por último, a sustentabilidade cultural, a mais difícil de ser concretizada segundo Sachs (1997), está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos. Para Sachs (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a uma nova concepção dos limites e ao reconhecimento das fragilidades do planeta, ao mesmo tempo em que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas das populações. [...]

Alcançar o progresso em direção à sustentabilidade é claramente uma escolha da sociedade, das organizações, das comunidades e dos indivíduos. Como envolve diversas escolhas, a mudança só é possível se existir grande envolvimento da sociedade. Em resumo, o desenvolvimento sustentável força a sociedade a pensar em termos de longo prazo e reconhecer o seu lugar dentro da biosfera. O conceito fornece uma nova perspectiva de se observar o mundo e ela tem mostrado que o estado atual da atividade humana é inadequado para preencher as necessidades vigentes. Além disso, está ameaçando seriamente a perspectiva de vida das futuras gerações.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável desafiam as instituições contemporâneas. Elas têm reagido às mudanças globais relutando em reconhecer que esse processo esteja realmente ocorrendo. As diferenças em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável são tão grandes que não existe um consenso sobre o que deve ser sustentado e tampouco sobre o que o termo sustentar significa. Conseqüentemente, não existe consenso sobre como medir a sustentabilidade.

Infelizmente, para a maioria dos autores anteriormente citados, sem uma definição operacional minimamente aceita torna-se impossível traçar estratégias e acompanhar o sentido e a direção do progresso.

Todas as definições e ferramentas relacionadas à sustentabilidade devem considerar o fato de que não se conhece totalmente como o sistema opera. Pode-se apenas descobrir os impactos ambientais decorrentes de atividades e a interação com o bem-estar humano, com a economia e o meio ambiente. Em geral se sabe que o sistema interage entre as diferentes dimensões mas não se conhece especificamente o impacto dessas interações.

Todos os aspectos anteriormente apresentados mostram a diversidade e a complexidade do termo desenvolvimento sustentável. Apesar da dificuldade que essas características conferem ao estudo do desenvolvimento sustentável, a diversidade desse conceito deve servir não como obstáculo na procura de seu melhor entendimento, mas, sim, como fator de motivação e também como criador de novas visões sobre ferramentas para descrever a sustentabilidade (BELLEN, 2007:37-39).

Princípios da Educação Ambiental indicados pela “Conferência de Tbilisi”:

integrativo, envolvendo a comunidade;

participativo, considerando a opinião da comunidade;

transformador, estimulando mudanças de hábito, atitudes e comportamento;

globalizante, considerando o ambiente global em seus múltiplos aspectos;

permanente, promovendo e fortalecendo o senso crítico;

contextualizador, privilegiando a realidade local sem perder a dimensão planetária;

transversal, já que o meio ambiente se enquadra em todas as áreas do conhecimento (MATHEUS, 2005:XXVII).

Princípios de Sustentabilidade Turística:

uso sustentável dos recursos naturais;

manutenção da diversidade biológica e cultural;

integração do turismo no planejamento;

suporte às economias locais;

envolvimento das comunidades locais;

consulta ao público e aos atores envolvidos;

capacitação de mão-de-obra;

marketing turístico responsável;

redução do consumo supérfluo e desperdício;

desenvolvimento de pesquisas (MATHEUS, 2005:3-4).

Dessa forma, o espaço turistificado somente poderá alcançar um desenvolvimento auto-sustentado partindo de suas bases e sendo protagonizado pelas decisões comunitárias sobre seu próprio destino. A adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável como esse exigirá uma reformulação geral, bem como reorganização das atividades turísticas, com base na eficiência econômica, na diminuição das desigualdades sociais e na responsabilidade ambiental, sempre considerando as especificações locais e sua capacidade de carga. O ser humano tem se colocado como um ser à parte da natureza e não se submete a suas leis (MATHEUS, 2005:4-5).

4.1. COMO ADEQUAR O DESENHO DO MOBILIÁRIO ÀS CARACTERÍSTICAS URBANAS, ARQUITETÔNICAS E AMBIENTAIS

Ao atender critérios formais, estéticos, de funcionalidade e respeito a valores ambientais, paisagísticos, culturais e sociais, o mobiliário urbano consegue valorizar e preservar os espaços urbanos, promovendo um melhor ordenamento e qualidade do espaço público, satisfazendo às exigências dos cidadãos. A elaboração dos projetos é condicionada pelo conhecimento das características do seu local de inserção, com a identificação de suas vocações e da intencionalidade dos espaços urbano e arquitetônico que o envolvem, assim como as sensações que ele transmite. O mobiliário sintetiza o sentido do preservar e intensificar as potencialidades do espaço e se constituir em um elemento que auxilie na correção e melhoria de suas deficiências.

É fato que muitos ambientes no sítio histórico sanjoanense se apresentam aprazíveis, com localizações convenientes, que oferecem sombra e/ou uma vista de uma paisagem privilegiada, são propícios a se constituírem espaços de permanência. A inserção de um mobiliário adequado intenciona fortalecer essa vocação do espaço. A utilização de mesas, bancos, abrigos, praças e escadarias, por exemplo, viabiliza a permanência do usuário nesses lugares, conferindo-lhes um caráter mais humano. O mesmo oferece, assim, suporte para locais de reunião e possíveis encontros. O seu design também viabiliza diferentes maneiras de apropriação pelo usuário. Bancos que apresentam desenhos em linhas côncavas e convexas, por exemplo, encerram em sua forma possibilidades de atitudes agregadoras e individuais dos usuários, respectivamente. É preciso ressaltar que o mobiliário destinado a locais de permanência deve ser confortável, possibilitar perspectivas interessantes para o usuário e não obstruir as vistas privilegiadas.

Quanto às visadas, destaca-se que o traçado de vias sinuosas e a própria conformação arquitetônica podem proporcionar perspectivas e enquadramentos de paisagens surpreendentes. Cabe ao objeto ou espaço projetado não interferir na fruição dessas perspectivas. Os marcos verticais são pontos focais, de convergência e referência no espaço, e indicativos de locais de destaque dentro do contexto urbano. Eles podem ser estátuas, obeliscos, colunas, marcos de fundação, entre outros. O mobiliário a ser instalado em regiões onde existem esses marcos não deve diminuir a sua visibilidade nem se destacar a ponto de concorrer em atenção com o marco. A perspectiva em direção a ele deve ser liberada, e o espaço ao seu redor deve ser o mais livre possível, sem elementos que dividam a atenção do espectador. A sobreposição de elementos transforma o conjunto num caos inexpressivo. Daí a importância da clareza, limpeza e discricção do mobiliário urbano para cidades históricas. O design das peças deve ser discreto e limpo, para não tumultuar o ambiente.

A iluminação pública deve se integrar ao tecido urbano e à natureza do seu ambiente de inserção. Além de suas funções triviais de orientação e segurança, a iluminação pública pode ser um elemento utilizado para destacar um ambiente ou uma edificação. Para isso, a localização, o tipo de lâmpada e de luminária (postes, spots, refletores, entre outros) devem ser projetados e escolhidos de acordo com o objetivo da iluminação. Algumas considerações são importantes no que diz respeito à iluminação pública: a sua escala, por exemplo, deve acompanhar a da rua e das edificações do entorno; postes de iluminação com uma altura superior à do ambiente onde irão se inserir podem chamar a atenção para si próprios e tornar o ambiente e as edificações miniaturizadas.

A disposição da iluminação pública deve respeitar também a unidade cinética do ambiente no qual está sendo inserida. Em espaços como adros, largos e praças, de naturezas e conformações de desenho urbano mais estático, a disposição da iluminação na forma de postes que permitem uma leitura linear prejudica a natureza estática desses espaços, já que a linearidade imprime uma sensação de movimento. Já em espaços urbanos, onde o movimento é a unidade cinética dominante (como é o caso das perspectivas monumentais), a disposição dos postes de iluminação de forma linear reforça a unidade cinética do espaço.

A segurança do usuário é outro fator que não pode ser esquecido durante o processo de projeto de mobiliário urbano. Tem-se como orientação a proposição de desenhos projetuais dotados de características formais que preservem a segurança e a integridade física do usuário do espaço público. Arestas vivas, elementos pontiagudos ou cortantes, materiais combustíveis ou corrosivos devem ser evitados.

Algumas recomendações um pouco mais restritas e direcionadas serão observadas quanto à forma de instalação do mobiliário. Essas disposições são encontradas no modelo de Código de Posturas Municipais. Entre as diretrizes básicas presentes no código destaca-se que a instalação do mobiliário deve deixar uma faixa de circulação livre para o pedestre de no mínimo 150 cm de largura; respeitar as áreas de embarque e desembarque de transportes coletivos; evitar danos e conflitos com a arborização; não dificultar o acesso a estabelecimentos ou edifícios em geral; e manter uma distância de no mínimo 5 m da esquina, medidos a partir do alinhamento dos lotes, em casos em que o mobiliário urbano possa prejudicar a visibilidade de pedestres e motoristas.

Além de obedecer aos Códigos de Posturas Municipais e a outras legislações pertinentes, o projeto de mobiliário urbano nas áreas protegidas pelo Patrimônio Nacional, Estadual ou Municipal obedecem as recomendações e passarão pela aprovação dos órgãos de proteção, IPHAN, IEPHA e Prefeituras Municipais.

4.2. PRINCIPAIS TIPOS DE MOBILIÁRIOS SUAS CONDICIONANTES TÉCNICAS E MATERIAIS, AO SE CONSIDERAR A ELABORAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROJETOS

Existem diversas tipologias de mobiliário urbano, cada qual com suas especificidades e finalidades. Entre elas, destacam-se os mobiliários de descanso, iluminação, jardinagem e água, proteção, comunicação, serviço público, comerciais e de limpeza. O projeto de qualquer uma dessas tipologias de mobiliário urbano adota o uso de materiais duráveis e sustentáveis e atende a critérios de conforto e ergonomia. Todo o emprego de materiais na confecção dos mobiliários poderá conter o certificado de sustentabilidade, no sentido de se garantir a manutenção do meio natural brasileiro. Entre os mobiliários de descanso, estão os bancos, as banquetas e as cadeiras. Essa tipologia de mobiliário pode ser disposta tanto em locais de passagem, para servir aos transeuntes que queiram fazer uma leve pausa em sua caminhada, como em locais de permanência, que estimulem o descanso, o prazer contemplativo e a sociabilidade.

O mobiliário de descanso é normalmente construído de materiais como madeira, vidro, metal ou concreto; ou ainda por uma conjugação entre eles: metal e madeira, ou concreto e metal. São materiais duráveis e que apresentam uma grande flexibilidade de formas e aplicações. As medidas usualmente adotadas para o mobiliário de descanso são:

- Os bancos medem em torno de 60 cm de profundidade de assento, 200 cm de comprimento, 80 cm de distância do chão ao final do encosto e 45 cm do chão ao assento.

- As banquetas têm aproximadamente 40 cm de profundidade de assento, 40 cm de comprimento e 45 cm de distância do chão ao assento.

- As cadeiras têm em torno de 55 cm de profundidade de assento, 85 cm de distância do chão ao final do encosto e 45 cm do chão ao assento.

Entre os mobiliários de jardinagem e água estão as jardineiras, os protetores de árvores, os bueiros, protetores e limites arquitetônicos e as fontes e bebedouros. Essa tipologia de mobiliário, que conjuga elementos de vegetação e água, tem a característica de tornar o ambiente mais agradável, oferecendo sombra e prazer estético.

- As jardineiras são normalmente construídas em metal, madeira e concreto, e possuem dimensões e formas variadas de acordo com o tipo de planta que abrigam.

- Os protetores de árvores e os bueiros são usualmente feitos de concreto pré-fabricado, metal ou grelha metálica, e suas dimensões também variam de acordo com a vegetação que protegem. Porém, um diâmetro interno que varia entre 60 a 80 cm pode ser tomado como referência.

- As barreiras arquitetônicas que são usadas para proteção dos jardins têm altura aproximada de 30 cm.

- fontes e bebedouros públicos são construídos normalmente em metal, sendo alguns em metal galvanizado. A durabilidade e a facilidade de limpeza são determinantes na escolha desses materiais. A altura usual do chão à bica varia entre 70 a 120 cm.

O mobiliário de iluminação acumula funções de orientação, segurança e de destaque. A iluminação deve se integrar ao ambiente de forma harmônica, respeitando a escala e a conformação do espaço. Os dispositivos de iluminação são em sua maioria construídos de metal e concreto.

- A altura dos postes varia de 2,10 a 21 m. Essa dimensão deve ser escolhida em função do objetivo da iluminação: postes mais altos para iluminar vias, ou mais baixos para iluminar caminhos de pedestres.

- As arandelas são normalmente utilizadas para iluminar o caminho de pedestre; suas alturas de fixação ficam entre 2,10 e 3,0m.

- Tanto a iluminação de parede - instalada aproximadamente a 30 cm do chão - quanto a iluminação de piso, são usadas como balizadores de caminho e como forma alternativa ao uso de postes e arandelas.

- Os spots são usados para iluminação de destaque de edifícios e monumentos.

O mobiliário de proteção consiste em gradis, pilastras e barreiras arquitetônicas. Ele deve garantir a segurança do usuário e evitar que o pedestre circule em regiões indesejadas.

- Os elementos utilizados para proteção de pedestres contra veículos podem ser implantados em locais onde existe um grande fluxo de pessoas; devem ter altura entre 60 e 90 cm, sendo preferencialmente construídos em aço, mas podendo também ser em concreto. Há possibilidade da barreira ser retrátil, permitindo uma maior variedade de usos.

- Existem barreiras que são apenas delimitadoras de espaços, indicando áreas com usos diferenciados. Podem ser de concreto ou metal.

- As barreiras também são usadas para impedir travessias perigosas de pedestres, tendo alturas próximas a 1,05 m; e para impedir o acesso de pessoas a áreas restritas. Essas barreiras podem ser preferencialmente físicas, e não visuais. Os materiais usados são metal, vidro (vedação) e concreto.

Entre os mobiliários de comunicação, estão os suportes para publicidade, indicadores de hora, temperatura e data. Esses dispositivos devem ser implantados cuidadosamente, de

maneira a não constituírem elementos de poluição visual, nem barreiras físicas e visuais.

- Sugere-se uma altura máxima de 2,5 m para todos os mobiliários inseridos nessa categoria. Os materiais usuais são metal e acrílico, que protegem os cartazes de publicidade.

A tipologia mobiliário de serviço público abrange vários elementos: cabines de informação, telefones públicos, unidades móveis de banheiros públicos, abrigos de pontos de ônibus, bicicletários, entre outros. São equipamentos que podem ser dispostos no espaço urbano em intervalos que garantem o conforto e a acessibilidade dos usuários.

- As cabines de informação devem ter no máximo 2,80 m de altura e são feitas normalmente de metal, fibra de vidro e policarbonato.

- As cabines de telefones públicos devem ter no máximo 2,5 m de altura, sendo construídas em metal, fibra de vidro e vidro.

- As unidades móveis de banheiro público devem ter 1,70 m de profundidade por 1,0 m de largura, com altura de 2,4 m. São construídas em fibra de vidro reforçado e poliuretano.

- Os abrigos de ônibus podem possuir altura máxima de 2,6 m, largura de 1,6 m, e comprimento variável, em função do fluxo de pessoas e ônibus no local. São construídos em metal e usam policarbonato e vidro para vedação.

- Os bicicletários têm altura que variam de 40 a 60 cm; são feitos em sua maioria em metal.

Os mobiliários comerciais, como bancas de flores, revistas e jornais, sorvetes e trailers (lanchonetes, bares, entre outros) devem ser dispostos em locais que não atrapalhem o fluxo de pedestres e que possuam infra-estrutura para suportar o movimento por eles gerados. Esse tipo de mobiliário deve ter altura máxima de 2,50 m, sendo construído normalmente em metal, fibra de vidro, policarbonato e vidro, sendo os dois últimos usados como vedação.

Os mobiliários de limpeza (lixeiras) garantem a higiene do espaço público e podem ser implantados em pequenas distâncias uns dos outros, garantindo conforto ao usuário. Suas alturas variam de 80 a 100 cm e podem ser acopladas a compartimentos de coleta seletiva. São usualmente construídos em metal e chapas de aço inox perfuradas



4.3. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE LOCAIS HISTÓRICOS INTERNACIONAIS COM INSERÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário urbano é concebido e projetado em resposta a um conjunto de condições existentes. De natureza funcional, refletem também a atmosfera social, política e econômica apresentando-as como um diagnóstico criteriosamente elaborado. O cenário recebe propostas de projeto e a riqueza do vocabulário de imagens é essencial para tornar essa experiência mais proveitosa.

Os exemplos que se apresentam a seguir foram colhidos ao longo dos anos mais recentes de estudos e investigações sobre os espaços públicos, o mobiliário urbano, sua conveniência e adaptação ao lugar onde se instalaram. Em sua maioria, são elementos de design contemporâneo inseridos em um contexto de importância histórica e preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico.

Em diversos países, as cidades históricas têm sido alvo de revitalizações e novos projetos que adequem sua riqueza patrimonial ao uso contemporâneo. O desenho do mobiliário urbano é uma das faces mais visíveis desse processo, mas outras alterações e padronizações são elaboradas para que se obtenham a harmonia estética e a coerência entre os elementos da paisagem urbana.

Portugal, Áustria, Noruega, França, Inglaterra, Hungria e Suíça são apenas alguns dos países que oferecem exemplos pelos quais faremos um passeio nas próximas páginas. A proposta de uma nova configuração da paisagem faz uso de idéias inovadoras e tecnologias atualmente disponíveis atendendo as principais preocupações das cidades históricas: preservar o melhor do passado, responder positivamente às necessidades atuais e vislumbrar um futuro adaptado a essas condições.

Os elementos analisados foram classificados em grupos semelhantes ao modo como serão apresentados na proposta final deste trabalho. Abrigos em Pontos de Ônibus, Balizadores de trânsito, Bancos de praças, Bicicletários, Cabines telefônicas, Lixeiras, Passeios, Placas Comerciais e de Sinalização Turística. Nenhum desses grupos se abstém de uma análise combinada de todos os componentes da paisagem. Esse é o objetivo: a primazia dos elementos em prol da harmonia do conjunto.

Londres é conhecida pela simplicidade e naturalidade de seus espaços públicos. O modo como estão integrados ao dia a dia da comunidade é um desafio e objetivo a ser alcançado em outras localidades. Braga recentemente implementou uma nova configuração arquitetônica dos espaços públicos de seu centro histórico. Chartres fez o mesmo e contribuiu com realizações importantes, assim como diversas das cidades visitadas com o propósito de fomentar o vocabulário imagético deste trabalho.

ABRIGOS EM PONTOS DE ÔNIBUS



1.Porto



2.Porto



3.Lisboa



4.Lisboa



5.Lisboa



6.Paris

Na foto 1, pode-se notar a neutralidade do abrigo em relação ao contexto. Essa condição reforça o caráter do conjunto e favorece a fruição da paisagem.

A neutralidade do abrigo da foto 3 não compromete a paisagem. As juntas de dilatação e a disposição dos balizadores nos passeios harmonizam-se com o ritmo das janelas.

A transparência do vidro favorece a neutralidade do elemento diante de seu contexto na cidade como mostrado na foto 4.

Elementos de presença indispensável no para o espaço urbano, os desenhos de abrigos de ônibus não apresentam grande variação. São essencialmente neutros e interferem o mínimo possível na paisagem que deve ser o destaque como visto na foto 5.

Os anúncios são um desafio para a paisagem urbana; por isso devem ter tamanhos definidos e ocupar espaços designados para esse fim. Na foto 6, pode-se perceber o impacto do anúncio para o alcance de visão do observador.

BALIZADORES



7.Lisboa



8.Paris



9.Braga

Na foto 7, os abrigos de ônibus unem-se aos postes, às janelas e aos vasos para conferir ritmo ao conjunto. Individualmente discretos, cada elemento contribui de maneira favorável à harmonia da paisagem.

Os anúncios são um desafio para a paisagem urbana; por isso devem ter tamanhos definidos e ocupar espaços designados para esse fim. Na foto 8, pode-se perceber o impacto do anúncio no observador que está perto.

Na foto 9, os abrigos de ônibus não desviam a atenção da arquitetura. Os bancos e a lixeira destoam desse objetivo. O anúncio está desproporcional ao conjunto.



10.Porto



11.Vianna do Castelo



12.Braga



13.Vianna do Castelo

Ao comando do cartão ou controle remoto, balizadores eletrônicos são recolhidos ou içados, flexibilizando o uso dos espaços públicos e semi-privados.

Balizadores fixos impedem o estacionamento de veículos em passeios estreitos e organizam a área dos pedestres. De certa forma, indicam o caminho a seguir.

Os passeios são livres de detalhes, o que realça os elementos arquitetônicos.

BANCOS



14.Coimbra



15.Coimbra



16.Coimbra



17.Coimbra
40

A convivência do novo com o antigo é evidenciada pela arquitetura e favorece o encontro. Eis a praça cívica.

Elementos construídos e simbólicos inspiram a aglomeração de pessoas. Harmonizados com a distribuição das janelas, balizadores delimitam e imprimem ritmo à paisagem. A paginação do piso pode potencializar essa marcação (foto 14) ou fazer-se neutra para realçar os volumes.



18.Porto



19.Porto



20.Lisboa



21.Viena

Os bancos marcam a cadência da praça e aproveitam a forma e os materiais para se neutralizarem no conjunto. O desenho limpo, reto e contemporâneo abre espaço para a percepção dos estilos arquitetônicos de outrora. Os anúncios em escala e localização adequados denotam respeito pelo conjunto e dinamizam a paisagem.

As pessoas só ficam onde houver lugar para sentar. Escolhem-no ou são escolhidas por ele. O que importa é um lugar ao sol.

BICICLETÁRIO



22.Chartres



23.Chartres



24.Chartres



25.Chartres



26.Óbidos



27.Óbidos

Desenho limpo e seqüencial estabelece forma, ritmo e unidade ao conjunto.

O design harmônico de banco e lixeira convivem tão bem com a arquitetura de época quanto com a escultura contemporânea.

A qualidade do assento classifica o espaço público e viabiliza seu uso. A posição determina a frequência em que estará ocupado. Um banco deve garantir conforto, privacidade, segurança e um bom microclima. Não se pode esquecer a beleza, que é fundamental.

Algumas soluções tiram proveito da topografia e usam os muros de arrimo para erguerem bancos contínuos e de iluminação embutida.

A paginação do piso favorece a compreensão do espaço. Bancos, luminárias e jatos d'água marcam o ritmo.



28.Chartres



29.Oslo



30.Oslo



31.Oslo



32.Londres

O meio de transporte mais sustentável de todos os tempos.

CABINES TELEFÔNICAS



33.Chartres



34.Chartres



35.Ponte de Lima



36.Praga

A exemplo dos abrigos em pontos de ônibus, as cabines telefônicas precisam fazer-se notar com a máxima discrição. Vidro e aço inox são materiais que, contemporâneos, servem a esse objetivo.

LIXEIRAS



37.Oslo



38.Oslo



39.Londres

São indispensáveis e precisam ser indestrutíveis.

PASSEIOS



40.Porto



41.Porto



42.Porto



43.Porto

Foto 40. Passeio-pontilhão: permite cruzar as margens com deleite e segurança.

Foto 41. Passeio-ornamentação: define seu espaço por meio da paginação. Atribui beleza e cuidado à paisagem.

Foto 42. Passeio-vegetação: tira partido do microclima e torna o caminhar um prazer.

Foto 43. Passeio-observação: possibilita ver a cidade de pontos de vista inusitados.



45.Porto



46.Porto



44.Porto

Travessias de pedestres são facilitadas pelas mudanças de nível e materiais, que remetem à velocidade praticada no trecho em questão.

Juntas de dilatação devem existir entre materiais vizinhos e servir de gabarito onde começa e termina quaisquer reparos eventualmente necessários.

Passeios homogêneos em superfície e materiais regularizam a base sobre a qual a arquitetura se apresenta na paisagem.



47.Porto

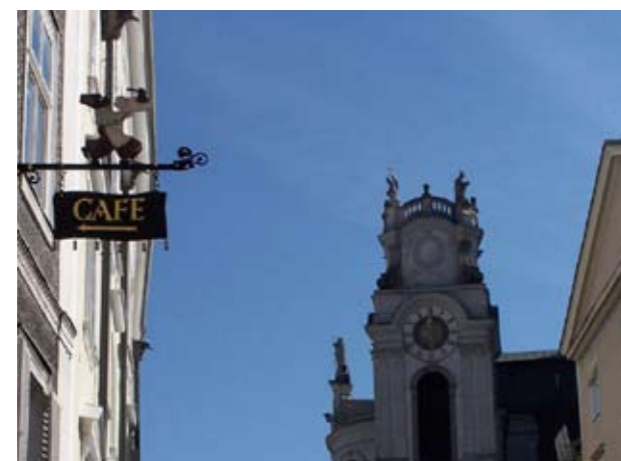
PLACAS COMERCIAIS



48.Chartres



49.Óbidos



50.Óbidos

48

A posição de inserção mais favorável à paisagem urbana é perpendicular à fachada do edifício. O tamanho e a forma de fixação têm limites padronizados. Em Salzburg os suportes são rebuscados, mas opções mais simples cumprem plenamente sua função (Viena).

SINALIZAÇÃO TURÍSTICA



51.Évora



52.Arouca



53.Londres



54.Londres



55.Londres



56.Londres

49

Discreta, a sinalização turística não prejudica as visadas e é claramente percebida pelos transeuntes. Placas de sinalização que não só indicam o caminho como informam o tempo de caminhada até o local.

Imóveis já demolidos são lembrados no edifício que os sucede.



57.Braga (Designer Philippe Starck)



58.Óbidos



59.Chartres
50

As placas de Óbidos combinam dois tipos de aço: inox e corten.

A sinalização turística em Braga é discreta o suficiente para preservar a paisagem urbana e ainda apresenta altura ergonómica para leitura. Merece destaque a harmonia entre a placa projetada por Philippe Starck, em ferro fundido, e o poste de iluminação.



60.Chartres



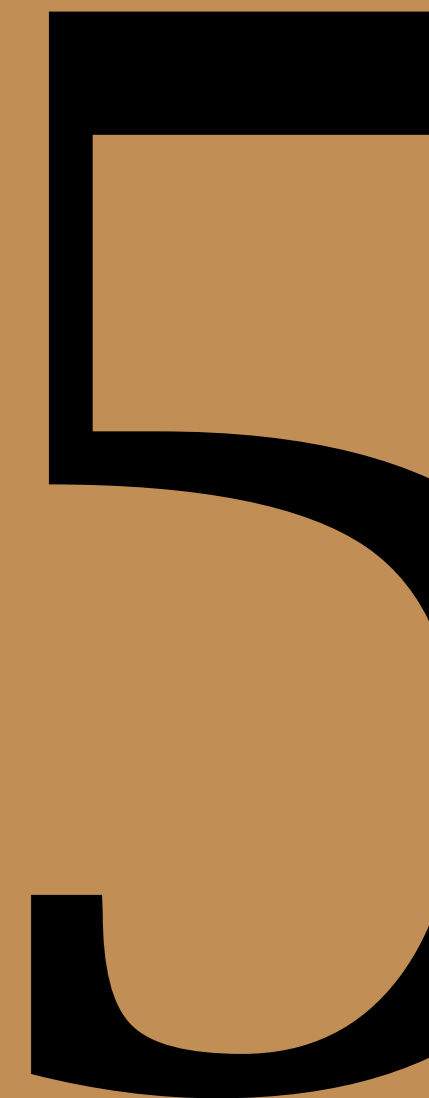
61.Braga (Designer Philippe Starck)
51



62.Braga



DIAGNÓSTICO E DELIMITAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE SÃO JOÃO DEL REI E ENTORNO



5.1. APRESENTAÇÃO E METODOLOGIA

Este relatório apresenta um diagnóstico do Centro Histórico da Cidade de São João del Rei, baseado em três níveis de leitura e análise do espaço: ambientação do sítio, leitura da paisagem e diagnóstico da situação atual do Centro Histórico da cidade em relação à infra-estrutura para o turismo. O estudo pretende ainda definir um perímetro de intervenção para a implantação de um novo Projeto de sinalização turística interpretativa -oferecido ao município pelo Instituto Estrada Real, em uma iniciativa da FIEMG - além de constituir-se em um relatório técnico com diversas recomendações que possam proporcionar à cidade uma melhor ambientação como pólo turístico, histórico e cultural da região do Campo das Vertentes

A área de estudo em questão foi delimitada considerando o perímetro de entorno definido pelo tombamento municipal (Figura 1). Domínio de análise deste estudo, constitui o marco legal que incorpora maior amplitude da paisagem, estando minimamente fundamentado em leituras geomorfológicas. A este contexto foram associados dados do tombamento federal, por razões naturais à destinação deste estudo. Também foram considerados os trajetos das procissões (Figura 2) que, por si só, definem um rico circuito de exploração das potencialidades ambientais de percepção do Centro Histórico e dentro desse enfoque, também levou-se em conta a iniciativa de privilegiar os mirantes tradicionais, que se constituem nos pontos de vista fundamentais para a fruição do ambiente construído da paisagem da cidade.

Para a elaboração da leitura ambiental, o suporte metodológico utilizado partiu do reconhecimento da diversidade das características dos conjuntos urbanos já delineados em nossos estudos anteriores sobre o Sítio. Assim sendo, partindo da descrição da ambientação urbana em cada um dos diversos setores mapeados através da leitura ambiental, marcados por monumentos e espaços públicos, e da tipologia arquitetônica predominante - que considera a volumetria e a altimetria geral, os materiais construtivos, as cores e os planos de cobertura - foi possível organizar a área de estudo em 27 conjuntos urbanos distintos (Figura 3) que puderam ser agrupados em 11 áreas de setorização turística em função das suas similaridades históricas, morfológicas e arquitetônicas que compuseram juntos uma estratégia de interpretação do sítio histórico (Figura 4), marco teórico também já estabelecido e comprovado em trabalhos anteriores .

Para descrever os conjuntos, procuramos estabelecer inicialmente uma visão global da área de estudo, levando em consideração uma série de condicionantes ligados a parâmetros de

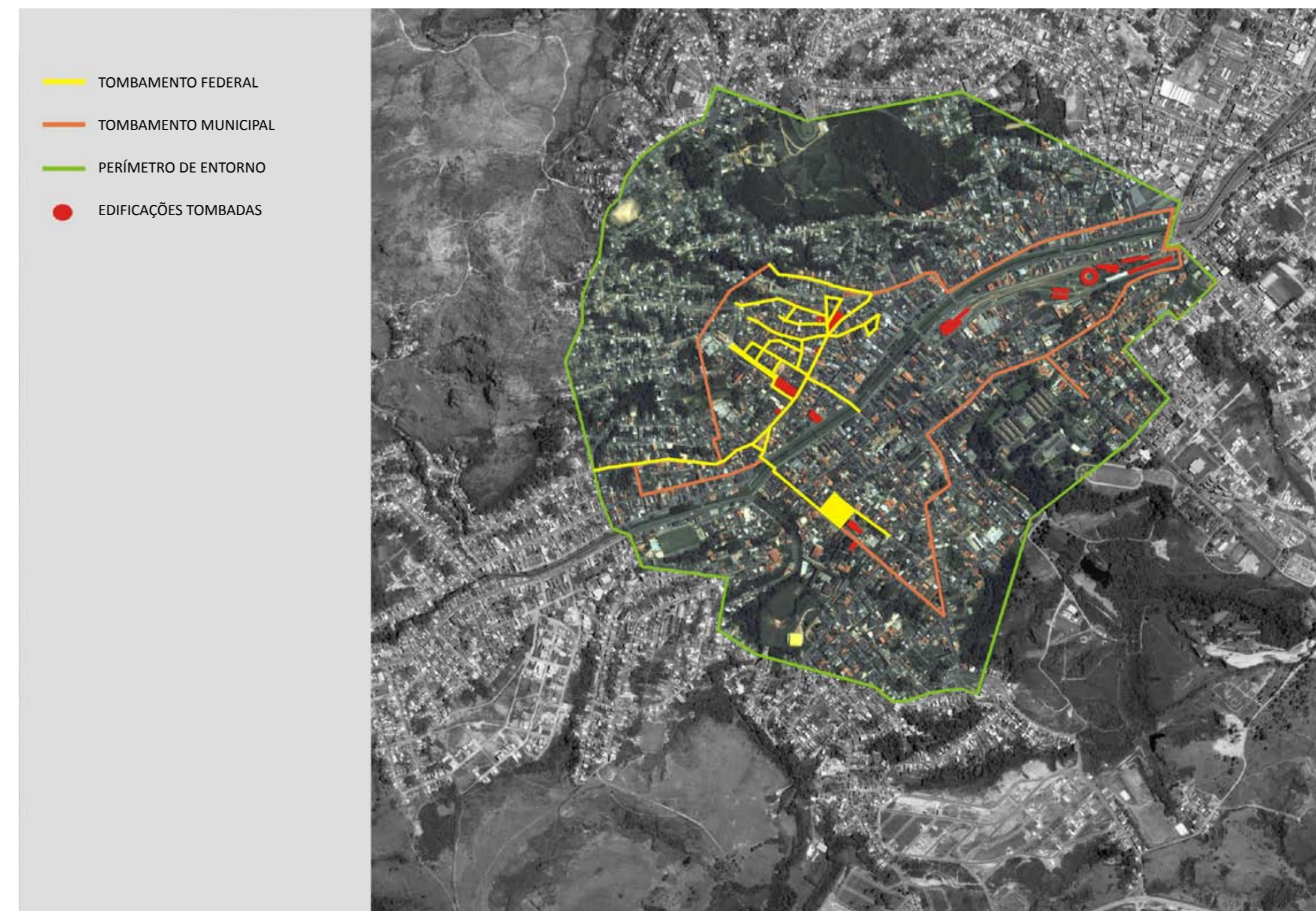
análise de preservação do centro histórico.

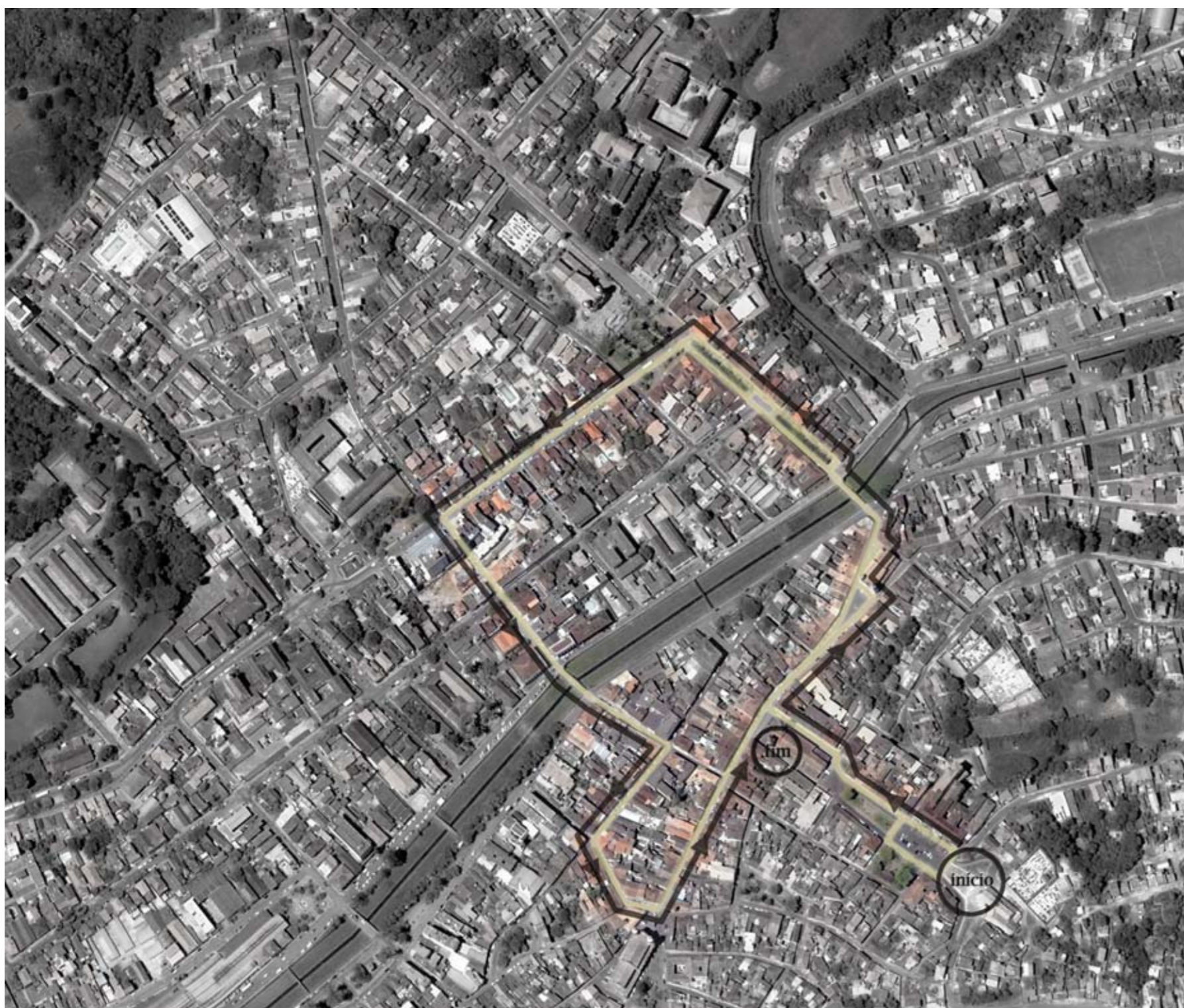
O primeiro refere-se à análise dos vários estilos arquitetônicos existentes na área em estudo e objetiva a compreensão global da evolução urbana da cidade. As edificações foram classificadas de forma genérica, segundo critérios de “estilo”: colonial, correspondente ao século XVIII e à primeira metade do século XIX; eclético-neoclássico, típico do período que compreende o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX; eclético proto-modernista, assim denominado posto que engloba tanto as manifestações futuristas e art déco dos anos 30 quanto a arquitetura eclética dos anos 40; modernista, que se estende pelas décadas de 50 e 60; e contemporâneo, que corresponde à diversidade de estilos que constituiu a arquitetura a partir dos anos 70, não significando, porém, construções bem caracterizadas e proporcionadas. Dada a inexpressividade das edificações nesse último período, inserimos ainda o critério “integrado”, para os casos em que o edifício em questão demonstra inserção correta em seu conjunto, quaisquer que sejam as características do mesmo. Optamos por tal solução ainda que estejamos correndo o risco de valorização dos pastiches.

O segundo parâmetro refere-se à análise da volumetria do Conjunto, onde os pisos térreos contribuíram para a contagem do número de pavimentos, mesmo nos casos em que há pilotis. As igrejas não foram classificadas quanto ao número de pavimentos; um critério mais razoável teria sido a especificação da altimetria - o que não foi realizado uma vez que o controle da volumetria das demais edificações objetiva a manutenção das visadas dessas mesmas igrejas.

O terceiro parâmetro levou em consideração os usos predominantes, que foram mapeados segundo a atividade predominante, especialmente nos casos em que ocorre o uso misto. Também foi adotada a metodologia utilizada por Lynch em “A Imagem da Cidade” que foi de extrema importância, uma vez que permitiu estabelecer a conexão entre a realidade existente (levantada nos três mapas anteriores) e a compreensão mental da estrutura urbana da cidade.

As figuras de 1 a 4 serão referenciadas mais de uma vez ao longo do texto. Isso ocorre porque a análise aqui elaborada expõe abordagens diversas na leitura dos elementos ilustrados nesses mapas.





SENTIDO DO TRAJETO

INÍCIO: Escadaria da Igreja Nossa Senhora das Mercês

LOCAIS PERCORRIDOS: Largo das mercês, Lago da Câmara, Praça Francisco Neves, Rua Monsenhor Gustavo, Igreja da matriz de N.S. do Pilar, Rua Getúlio Vargas, Largo do Rosário, Rua General Osório, Ponte do Rosário, Rua P. J. Maria Xavier, Largo São Francisco, Rua Balbino da Cunha, Rua Ministro Gabriel Passos, Ponte da Cadeia, Rua Arthur Bernardes, Rua Mal Deodoro, Rua Sebastião Sete, Largo do Carmo, Rua Getúlio Vargas.

FIM: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário



Centro Histórico de São João Del-Rei



- | | |
|--|---|
| 01 Centro (D1) | 43 Solar dos Veigas (B2) |
| 02 Hotel Brasil (D1) | 44 Quatro Cantos (C2) |
| 03 Rua da Cachaça (C1) | 45 Rua do Comércio (C2) |
| 04 Solar da Baronesa de Itaverava (C2) | 46 Museu Regional (C2) |
| 05 Passo da Via Sacra (C2) | 47 Sobrado Colonial (C2) |
| 07 Cafariz (C1) | 48 Ponte da Cadeia (C2) |
| 08 Mina de Ouro (C1) | 49 Teatro Municipal (C2) |
| 09 Capela do Senhor dos Montes (B1) | 50 Museu da FEB (D2) |
| 10 Cristo Redentor/Mirante (B1) | 51 Prefeitura Municipal (C2) |
| 11 Sociedade de Concertos Sinfônicos (C1) | 52 Câmara Municipal (C3) |
| 12 Cemitério de N. Sra. do Carmo (C1) | 53 Escola Estadual João dos Santos (C3) |
| 13 Rua Santa Tereza (C2) | 54 Ponte do Rosário (B3) |
| 14 Casa mais Antiga (B1) | 55 Ponte do Rosário (B3) |
| 15 Rua Santo Elias (B1) | 56 Solar Guadalupe/Mosteiro (C3) |
| 16 Passo da Via Sacra (C2) | 57 Passo da Via Sacra (C4) |
| 17 Cruzeiro (C2) | 58 Casa do Barão de São João del-Reis (C3) |
| 18 Pelourinho (B2) | 59 Biblioteca Municipal (C3) |
| 19 Casa do Barão de Itembé (B2) | 60 Casa de Bárbara Heliadora/Museu Municipal (C3) |
| 20 Passo da Via Sacra (B2) | 61 Palácio Epscopal (C4) |
| 21 Fortim dos Emboabas (B1) | 62 Igreja de N. Sra de Loutes (C4) |
| 22 Betas (B2) | 63 Ginásio Santo Antônio/FUNREI (C4) |
| 23 Igreja de N. Sra. das Mercês (B2) | 64 Casa Venâncio do Espírito Santo (C4) |
| 24 Cruzeiro (B2) | 65 Capela do Senhor do Bomfim (D4) |
| 25 Hospital N.Sra. das Mercês (B2) | 66 Igreja São Francisco de Assis (C4) |
| 26 Muxinga (B2) | 67 Rua Balbino da Cunha (C3) |
| 27 Cemitérios do Rosário e da Matriz do Pilar (B2) | 68 Chafariz da Legalidade (D3) |
| 28 Rua das Flores (B3) | 69 Intendência do Ouro/Escola Estadual Maria Tereza |
| 29 Casa de Dom Lucas Moeira Neves (A3) | 70 Igreja São Gonçalo Garcia (D3) |
| 30 Banda Teodoro de Faria (B3) | 71 Monumento aos Expedicionários (D3) |
| 31 Casa do Padre Gustavo (B3) | 72 Colégio N. Sra. das Dores (D2) |
| 32 Capela de Santo Antônio (B3) | 73 Santa Casa/Capela de N. Sra. das Dores (D2) |
| 33 Casa do Padre José Maria Xavier (B3) | 74 11° Batalhão de Infantaria de Montanha (E3) |
| 34 Orquestra Ribeiro Bastos (B3) | 75 Antigo Asilo São Francisco (D2) |
| 35 Lira Sanjoanense (B3) | 76 Complexo Ferroviário (D1) |
| 36 Igreja de N. Sra. do Rosário (B3) | 77 Museu do Estanho (E1) |
| 37 Solar dos Neves (B3) | |
| 38 Solar Lustosa (B2) | |
| 39 Passo da Via Sacra (B2) | |
| 40 Museu de Arte Sacra (B2) | |
| 41 Capela de N. Sra da Piedade (C2) | |
| 42 Matriz de N. Sra. do Pilar (C2) | |



5.2. A LEITURA DA PAISAGEM

O SÍTIO NATURAL

O termo topografia designa “descrição do lugar”, para denotar a configuração física.

Em toda a região dos Campos das Vertentes o sítio natural é pitoresco e variado: morros suavemente ondulados, serras escarpadas, rios caudalosos, cascatas. O encantamento nos Campos das Vertentes provém da surpresa do viajante que, após caminhadas por serras íngremes – como fez Saint-Hilaire – se depara com a planície verde e extensa. “Vertentes porque esta região, alcandorada nos contrafortes da Mantiqueira, representa o divisor de águas que dela partem formando as quatro bacias hidrográficas constituídas pelos rios: Doce, São Francisco, Paraná e Paraíba do Sul.” (SOBRINHO, p.14).

Ao aproximarmo-nos do Vale do Rio das Mortes, os elementos naturais ganham maior expressividade, e podemos ler claramente, em São João del Rei, a conformação do espaço natural.

A posição geográfica de São João del Rei no Vale do Rio das Mortes contribuiu, como vimos, para a formação de um entreposto comercial – parada obrigatória do “Caminho Velho” que unia Parati e Taubaté às Minas. Sua paisagem natural, composta por vales, cachoeiras, serras, matas e campos constituiu verdadeiro elemento-base para a formação da urbe, sob seu aspecto morfológico.

A estrutura do relevo estabelece caminhos, elementos que direcionam o espaço, formados pelo conjunto montanha-vale, bem como um padrão espacial extenso e uniforme que se contrapõe aos primeiros e conforma domínio – a como a Várzea do Marçal.

Era meio-dia quando avistamos, num frêmito de prazer, lá muito abaixo, o vale do Rio das Mortes. À nossa direita, elevavam-se a cerca de seis milhas, as linhas da Serra de São José. À esquerda, estava São João del Rei, ostentando uma dúzia de igrejas e estendendo-se, como se fora um lenço branco, sobre uma encosta irregular e severa. A nossos pés, na pequena planície ribeirinha estava o Arraial de Matosinhos, um lindo subúrbio. (BURTON, p.56).

A leste, corre o Rio das Mortes, testemunha de tantos fatos históricos. A seu lado se ergue, imponente, a Serra de São José, limite preciso entre os municípios de Tiradentes e São João, os arraiais Velho e Novo de outrora. Ao norte, a Serra do Lenheiro rivaliza com aquela primeira sob o aspecto geomorfológico, mas surge como cenário para assentamento de São João del Rei, pois foi ao sopé da mesma que as primeiras veias auríferas foram encontradas, fixando o homem à terra. Uma pequena elevação ao sul, o Morro do Bonfim, determina juntamente com a serra e um vale, e com ele o afluente esquerdo do Rio das Mortes, que por ter suas nascentes na serra ficou denominado Córrego do Lenheiro. Ainda hoje, os habitantes da cidade param para admirar o pôr-do-sol sob a serra, “lá para os lados do Lenheiro”...



ASSENTAMENTO

A situação topográfica determinou, no caso de São João del Rei, um tipo de assentamento caracterizado pela longitudinalidade, em virtude do acompanhamento do curso natural do Lenheiro – este situado, como já dissemos entre a serra de mesmo nome e o morro do Bonfim. Deste modo, é fácil percebermos como os arruamentos originais seguem paralelos ao leito do rio: rua Santo Antônio, rua Direita (corruptela de “Direta”), rua do Barro Vermelho, até alcançar o ponto de travessia do Rio das Mortes, já no bairro de Matosinhos.

A existência do córrego do Lenheiro determina a necessidade de pontes sobre seu leito e percebemos que, a cada momento histórico-econômico vivido, a cidade se encarregou de estabelecer tais ligações. Somente na área de estudo contamos com cinco pontes e pontilhões, em diversos materiais. Ao descrever São João del Rei em seu livro “Em Minas”, Carlos de Laet dividiu a cidade em dois bairros: São Francisco e Matriz, comunicados por três pontes; elogiou a inteligência dos construtores, que deixaram um grande leito para o córrego, ainda que lhe tenha parecido uma desproporção. Sem pretender, o jornalista descreveu uma das mais fortes imagens da cidade.

Também devemos fazer referência à linearidade da rua da Prata que se prolonga da Ponte do Rosário até o morro do Bonfim – desta vez perpendicularmente ao rio, demonstrando a ligação entre as primitivas capelas.

CONJUNTOS URBANOS

O centro histórico pode ser compreendido como a expressão de um processo dinâmico. Ao contrário das demais cidades mineiras do período colonial, a estagnação comercial não se deu como consequência imediata do declínio da produção aurífera. Desta forma, encontramos no centro histórico diversos estilos arquitetônicos (como vimos anteriormente), representantes das fases vividas na cidade; o colonial se refere, então, ao Ciclo do Ouro; o ecletismo está presente tanto no princípio do século, em função da estrada de ferro, da produção cafeeira do sul do Estado e das tecelagens, quanto nos anos 40 – quando também surge o modernismo – relativos ao último surto industrial na região: o da extração de cassiterita.

Tendo em vista estas características, a metodologia de análise deve adotar uma perspectiva também dinâmica e ampla, contrariando a antiga visão do IPHAN de Rodrigo de Melo Franco que considerava somente os monumentos barrocos, onde o perímetro de tombamento se confunde com as áreas com predominância de edificações do séculos XVII e XVIII. Uma importância especial deverá, portanto, ser dada a toda construção ou espaço de qualidade, representativos dos demais períodos (Figura3).

A determinação de cada conjunto dar-se-á a partir da percepção das características específicas de cada espaço. Tomando o conteúdo teórico estudado, estabelecem-se áreas de caráter próprio – nossos conjuntos urbanos constituem, então, lugares. O caráter exige uma maior articulação formal para ser expresso do que uma simples organização espacial porque pressupõe um estilo – linguagem de formas simbólicas, constituída por elementos básicos combinados de diferentes modos. “O caráter é determinado pela constituição material e formal do lugar” (NORBERG-SCHULZ, p.14). Um grupo de edifícios com características semelhantes, ou seja, que apresentam os mesmos motivos arquitetônicos é propenso a constituir um caráter.

A delimitação de um núcleo histórico a partir de um tombamento federal realizado nos anos 40 não significa abandono do patrimônio existente no restante da cidade. Fica clara a necessidade de estabelecer um parâmetro geral na cidade que inclua estas áreas.

1 CONJUNTO RUA SANTO ANTÔNIO

A rua Santo Antônio foi um dos núcleos iniciais de desenvolvimento da cidade, constituindo-se em um caminho-tronco que unia as freguesias do Rosário, Pilar e Carmo a um povoado separado do núcleo principal. Seu traçado é espontâneo, característico do período colonial; estreita e sinuosa nas proximidades da igreja do Rosário, a caixa da rua logo se amplia. A pavimentação ainda é em “pé-de-moleque”, tendo sido asfaltada em 1988 a partir do cruzamento com a rua Alfonsina Alvarenga, fora dos limites de tombamento; ainda assim, gerou uma ação judicial da União contra o então Prefeito Municipal, por danos ao patrimônio histórico nacional.

Com relação ao uso, predomina o residencial, com a presença de alguns ateliês junto às residências. A presença da capela de Santo Antônio, construída no século XIX, e das sedes da Orquestra Ribeiro Bastos e da Banda Teodoro de Faria instauram o uso institucional, perfeitamente integrado no caráter predominante da rua, conferindo-lhe ainda uma atmosfera especial de religiosidade e musicalidade. O sobrado do Padre Gustavo, adjacente à capela, foi um centro de medicina natural na cidade, com propaganda nos anuários; o pomar e a horta permanecem inalterados, embora não cumpram mais a função social de outrora.

A particularidade de seu conjunto lindeiro corresponde a uma significativa preservação das características iniciais das construções (salvo algumas exceções destoantes) e à tentativa de inserção coerente das novas edificações (ação também isolada, fruto da iniciativa de um proprietário de diversos imóveis no local). O casario remanescente, em geral, é térreo, com poucos sobrados, construídos em pau-a-pique e estruturados em madeira, telhados em duas águas e beirais em cachorro ou beira-seveira. A homogeneidade permanece até o cruzamento com a rua Alfonsina Alvarenga, a partir de onde se mantém a volumetria, mas se alteram as características originais das edificações – o que estabelece uma coerência com a iniciativa de pavimentação do Poder Municipal. Neste trabalho, optamos por não incluir tal área, uma vez que o processo de descaracterização é, no nosso entender, irreversível. Além disso, a área se encontra em uma situação geo-topológica tal que não interfere nas visadas da rua Santo Antônio, se tomadas a partir da outra margem do córrego do Lenheiro – prejudicada pela rua General Osório, que será discutida adiante.



2 CONJUNTO RUA DIREITA

Juntamente com a rua Santo Antônio, a rua Direita, atual rua Getúlio Vargas, compreende um dos núcleos iniciais da cidade. É constituída por um conjunto harmonioso, representativo da arquitetura colonial, de trama viária espontânea e edificações no alinhamento. Une as igrejas do Rosário e do Carmo, passando pela Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Seu traçado é amplo nas proximidades da igreja do Rosário, formando um largo, e vai se tornando estreito na medida em que nos aproximamos da igreja do Carmo, quando um dos três Passos da Paixão (oratórios de proporção urbana) existentes na rua confunde a visada da mesma igreja, para em seguida abrir-se em um amplo largo. Apesar das diferenças ambientais existentes entre os dois trechos da rua, a unidade não é rompida, ao contrário, é reforçada pelos elementos de ligação que são as torres-sineiras das três igrejas, pontos referenciais marcantes em todo o núcleo histórico.

O casario é bem conservado, e a partir da Matriz do Pilar é predominantemente constituído por sobrados de uso misto, enquanto próximo ao largo do Rosário é formado, em sua maioria, por casas térreas de uso residencial em transformação ao misto (serviço e comércio de função turística), à exceção dos solares das famílias Neves e Lustosa. Apresenta poucos elementos descaracterizantes, com algumas edificações que fogem ao alinhamento e/ou gabarito; as alterações mais frequentes se dão nas fachadas, com a substituição de materiais originais e a inclusão de platibandas, com a conseqüente supressão dos beirais.

3 CONJUNTO PRAÇA FRANCISCO NEVES

Esta área é compreendida pela praça de mesmo nome, pela praça do Barão de Itambé e pelo conjunto das Mercês (igreja, adro e escadaria). Caracteriza-se pela diferenciação na ambiência do espaço, que se torna amplo e substitui a espontaneidade do traçado colonial por uma certa ortogoneidade que nos remete aos traçados do barroco europeu – direcionados a um determinado monumento.

A Praça Francisco Neves conecta os fundos da Matriz e a igreja das Mercês, “(...) templo de elegante frontispício, que se assenta em ponto elevado da cidade, de onde toda esta se descortina (...)” [VIEGAS, p.169], e tem adjacente a ela o Hospital das Mercês e a praça do Barão de Itambé, onde se erguem o solar de mesmo nome com um Passo da Paixão anexo, e o Pelourinho.

O casario é predominantemente térreo e de uso exclusivamente residencial (à exceção do hospital, da igreja e passo), bem conservado em suas características originais. As cores são luminosas e alegres, diferentemente do casario da rua Direita, mais sóbrio.

4 CONJUNTO LARGO DA CRUZ

O largo da Cruz corresponde a um exemplo característico da urbanidade do período colonial. Uma praça, denominada Paulo Teixeira e caracterizada pela presença de um Passo da Paixão e de um cruzeiro – daí seu nome popular –, corresponde a um espaço amplo que é acessado através de diversas vielas e ruas estreitas e sinuosas, tal como o beco do Cotovelo, que a conecta à praça do Barão de Itambé. O casario, de uso residencial, é térreo, embora existam alguns sobrados. Algumas edificações começam a apresentar o uso residencial misto.

5 CONJUNTO DO CARMO

Este conjunto apresenta estilos arquitetônicos e ambiências diversas, reunidos em torno da forte presença da igreja do Carmo. Sua inserção na malha com relação à rua Direita já havia sido descrita; seu entorno propriamente dito é formado por ruas de casario homogêneo, quer sejam representativos do período colonial – como é o caso do beco da Escadinha e da rua da Cachaça, atual rua Marechal Bittencourt, antiga zona boêmia e de prostituição da cidade, descrita por Richard Burton como “rua da Alegria” – quer sejam característicos do ecletismo do princípio do século XIX, nas ruas Resende Costa, Santa Teresa e Santo Elias.

Em termos de traçado urbano, destaca-se o largo do Carmo, anteriormente formado por um adro com diferença de nível e hoje de tráfego indiscriminado de veículos, e a praça Carlos Gomes, lindeira ao conjunto eclético, onde se localiza um chafariz em ferro fundido do século XIX e o cemitério do Carmo, do mesmo período e tombado pelo IPHAN pela sua singularidade – fechado com altos muros e constituído por um pátio. O solar da Baronesa de Itaverava é uma construção imponente, do século XIX, que se destaca neste mesmo largo; sua aquisição pela Universidade Federal de São João del Rei em 1996 indica o desejo desta instituição no sentido de preencher a lacuna cultural, fomentando atividades desta natureza na área.

6 CONJUNTO RUA SANTO ELIAS

Assim como a rua Santa Teresa, a rua Santo Elias desemboca no largo do Carmo. A denominação de ambas demonstra a religiosidade da população, que transpôs para o plano urbano os nomes dos dois santos de devoção carmelita.

O conjunto da rua Santo Elias caracteriza-se por seu papel de conexão entre os conjuntos do Carmo, do largo da Cruz e da praça Francisco Neves. Embora esteja inserido no perímetro de tombamento, a descaracterização é um dado constante, assim como a presença de tipologias características tanto do século XVIII (embora não se possa afirmar serem originais) quanto do século XIX e princípio do século XX; daí a conexão à qual nos referimos.

O casario é predominantemente térreo e de uso quase que exclusivamente residencial. O casario, de uso residencial, é térreo, embora existam alguns sobrados, dentre eles a casa mais antiga de São João del Rei. Sua tipologia recorda os “sobrados de varanda paulista”, com a projeção do segundo pavimento avarandado sobre a calçada, e evidencia o processo de formação da cidade – bandeirantes paulistas a caminho das Minas. Destaca-se, ainda, a chácara conhecida como Fortim dos Emboabas, edificação tombada isoladamente.



7 CONJUNTO QUATRO CANTOS/RUA MUNICIPAL

A área denominada Quatro Cantos corresponde ao centro comercial mais antigo da cidade e se refere, originalmente, ao cruzamento das ruas Marechal Deodoro e Arthur Bernardes. A volumetria predominante é assobradada, e o uso rende-se, hoje, ao comercial e ao serviço, com poucas edificações de uso misto e quase nenhuma estritamente residencial.

A homogeneidade do conjunto, em sua maioria construções do princípio do século ou pré-modernistas dos anos 30, é rompida pela profusão de letreiros e pela constante violação às orientações dos técnicos do IPHAN pelos proprietários de imóveis comerciais quanto às cores das fachadas. Percebe-se, ainda, um rompimento sutil da volumetria através de andares escalonados e recuados do alinhamento; isto ocorre em virtude do tombamento se referir ao logradouro e à volumetria existente nas fachadas; deste modo, acrescenta-se, indiscriminadamente e sob o aval do órgão de preservação, pavimentos à situação original sem critérios de visada.

8 CONJUNTO RUA DA PRATA

As características do conjunto da rua da Prata, atual rua Padre José Maria Xavier, assemelham-se àquelas das duas primeiras áreas descritas; entretanto, o espaço urbano foi estruturado nos séculos XIX e XX – em virtude de uma proibição do século XVIII de instauração de um núcleo no lado do Bonfim, preferencial dos moradores, pelo então Governador Brás Balthazar da Silveira – o que lhe confere um caráter diferenciado. A área conecta-se com o centro histórico através da ponte do Rosário, uma das muitas que hoje transpõem o Córrego do Lenheiro, toda em pedra e estruturada em arcos, contendo, ainda, um cruzeiro, como ditava o costume.

A força paisagística da área é determinada pela igreja de São Francisco de Assis e pela praça fronteira, um conjunto de espetacular preciosismo urbano e absolutamente diferenciado, quanto à inserção das demais igrejas na outra margem do córrego.

Predomina o casario térreo, embora de grande altimetria (correspondente a pé-direito alteado), quer sejam as edificações remanescentes das características coloniais, quer sejam típicas do ecletismo neoclássico ou francês do princípio deste século, advindos com a ferrovia. Destaca-se a recuperação de uma das construções para adaptação do Memorial Tancredo Neves, e de um sobrado em água-furtada para transformação em consultórios médicos.

Evidencia-se, aqui, a mudança no uso das edificações, consolidado há algum tempo. Predominam os serviços odontológicos e médicos, mas o uso institucional também está presente no Memorial, na Biblioteca Municipal, na Secretaria Municipal de Cultura/Museu Municipal

(estes instalados na casa de Bárbara Heliodora) e no Mosteiro São José. A predominância do uso institucional se reforça pela presença da Universidade Federal de São João del Rei (ainda conhecida como FUNREI), a ser descrita posteriormente. Também encontra-se na rua da Prata uma capela de Passo.

9 CONJUNTO DA MUXINGA/RUA DAS FLORES

Palavra de origem africana, utilizada nos quilombos, muxinga significa açoite. Na cidade de São João del Rei, é um lugar que corresponde a uma depressão seguida de uma elevação, situado nas proximidades da Matriz. Sua topografia favorece as visadas de grande parte do núcleo histórico.

Isolada socialmente do centro histórico, a Muxinga caracteriza-se pela conservação das edificações originais, muito simples se comparadas com o elitismo dos sobrados da rua Direita e com o preciosismo das casas de pequenas dimensões da rua Santo Antônio, mas bem proporcionadas em seus elementos. A especulação imobiliária existente nos conjuntos do entorno parece não ter ainda alcançado a área em questão, o que favorece a manutenção das residências térreas inseridas em um parcelamento de grandes lotes. Em contrapartida, muitas das edificações vêm sendo alteradas em suas características.

A Muxinga é dominada, em seu ponto de cota mais alta, pela presença dos cemitérios da Matriz e do Rosário, construídos em meados do século XIX; o segundo pertence à irmandade de mesmo nome, tradicionalmente constituída pela população de baixa renda, em geral da raça negra – o que a remete às suas origens no tempo da escravatura.

10 CONJUNTO ESTAÇÃO FERROVIÁRIA

O conjunto definido pela Estação Ferroviária é datado, provavelmente, da época da implementação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que ocorreu no ano de 1881, por iniciativa dos próprios habitantes da cidade, dando a ela novo alento em termos econômicos. Tal afirmativa fundamenta-se nas características estilísticas e tipológicas das construções existentes nas quadras do entorno da estação que se estendem para a outra margem do córrego do Lenheiro, como é o caso das imediações do Hotel Brasil: casas térreas ou sobradadas, com platibandas e varandas laterais, preenchidas de uma rica decoração eclética. Compõe-se, ainda, de conservado conjunto da chamada “arquitetura ferroviária”, situado à rua Antônio Rocha, formado por casas de um ecletismo simplificado, construídas para os funcionários da ferrovia.

Com o fim do transporte por trilhos, alteraram-se não os usos originais – residencial para os funcionários da ferrovia, ou de serviços, constituindo uma “São João del Rei Ferroviária” – mas o público destinatário. No momento, as residências não são mais exclusivas da Rede Mineira de Viação ou da RFFSA, atingindo todo o público da cidade e inserindo a área no contexto da especulação imobiliária; do mesmo modo, armazéns e restaurantes que subsistiam em função do movimento original, hoje destinam-se à população local que trabalha no centro ou, quando muito, aos turistas que nos finais de semana desfrutam da pitoresca viagem de Maria-Fumaça de São João del- Rei a Tiradentes.

11 CONJUNTO RUA BALBINO DA CUNHA

Inserida em uma região onde predominam construções relativamente recentes, a rua Balbino da Cunha se destaca pela presença do conjunto que agora descrevemos, constituído por sobrados erguidos na década de 40, representantes do último surto de desenvolvimento econômico da cidade, ligado as fábricas de tecido.

Em termos estilísticos, os casarões caracterizam-se pelo ecletismo fantasioso que envolveu o período, com reproduções dos palacetes hollywoodianos exibidos nos filmes da Metro. Somente um destes exemplares apresenta as características do modernismo de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer que começava, naquele momento, a ganhar a expressão nacional. Mesmo com as diferenciações estilísticas, a volumetria e o partido são similares, em virtude das condições topográficas. Todos têm em comum, ainda, o fato de terem sido construídos no parcelamento de uma mesma chácara, remanescente do período colonial e cuja sede se localiza na mesma quadra (à rua Dr. José Bastos), o que determinou lotes de grande extensão, segundo os conceitos urbanísticos da época.

Contudo, como remanescentes da antiga forma de ocupação do conjunto, ainda existem duas edificações: o sobrado da família Costa e uma edificação que comporta atividade de serviços, esta última profundamente descaracterizada, embora ainda passível de reversão.

12 CONJUNTO RUA RIBEIRO BASTOS

A rua da Prata, à qual tínhamos nos referido como de uso institucional marcante, segue até a Praça Frei Orlando, diante da igreja de São Francisco de Assis. A partir deste ponto, a topografia começa a se elevar em direção à Capela do Bonfim, e a rua passa a se denominar rua Ribeiro Bastos.

O limite do tombamento definido pelo IPHAN atinge somente um trecho da rua Ribeiro Bastos, justamente aquele que margeia o conjunto da igreja e do cemitério de São Francisco de Assis, não protegendo, pois, o restante da rua, onde se localizam diversas edificações de interesse de preservação que formam o conjunto que iremos agora descrever.

Em ambos os lados da rua Ribeiro Bastos, erguem-se casas predominantemente térreas e de uso residencial, cujos estilos variam do colonial genuíno do século XVIII ao contemporâneo integrado a este primeiro, embora possamos encontrar diversas intervenções negativas.

13 CONJUNTO AVENIDA HERMÍLIO ALVES

Seguindo a fluidez na mudança do colonial para o eclético, temos o conjunto que margeia o lado direito do córrego do Lenheiro, na avenida Hermílio Alves, da rua da Prata à Estação Ferroviária.

A relativa harmonia com que os estilos têm convivido vem sendo rompida pela inserção indiscriminada, a despeito do tombamento estadual realizado na década de 80, de novas edificações (a rigor, o processo se deu no âmbito municipal, mas com cláusula de que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, IEPHA/MG, deveria se ouvido em caso de destombamento). Isto faz com que o perfil da avenida se torne desigual em seus diversos pontos: da rua da Prata até a avenida Andrade Reis, permanece a variação de um a três pavimentos, destacando-se o Memorial Tancredo Neves, a Vila Mariquinhas, o Grupo Escolar João dos Santos, a Câmara Municipal e a Prefeitura; daí em diante, principiam as agressões, em especial na edificação da esquina da avenida Andrade Reis – onde havia uma casa geminada de estilo eclético, que foi demolida pela metade, tendo sido alegado instabilidade estrutural e risco de desabamento (curiosamente a outra metade permanece intacta...), para dar lugar a um edifício de consultórios de três pavimentos – e no edifício-sede do Banco do Brasil, que compromete profundamente a coerência do conjunto com seus seis pavimentos.

O Teatro Municipal e o Banco Bradesco (adaptado nos galpões em estrutura metálica da antiga leiteria) constituem-se exceções. Destacam-se, ainda, a ponte da Cadeia, que conecta os Quatro Cantos à Prefeitura, e a do Teatro, em ferro fundido e que instaura uma bela visada do monumento Percebe-se a inexistência de um uso predominante na área, sendo que o residencial, embora minoria, convive com o institucional (talvez em maior número), o serviço e o comércio. Entretanto, podemos considerar que este seja um processo em desenvolvimento, haja visto as modificações descritas anteriormente.

14 CONJUNTO VALE DO LENHEIRO

Esta área (não podemos considerá-la um conjunto) se caracteriza por uma diversidade tal que não permite a integração de seus edifícios componentes em nenhum dos conjuntos descritos. Compreende as edificações situadas à margem esquerda do córrego do Lenheiro. A diversidade se estende à volumetria e aos estilos arquitetônicos, sendo que uma maior unidade somente é obtida no uso comercial e de serviços – a saber bancos e hotéis que se concentram nesta área – com uma ou outra inserção de uso institucional.

O Plano de Diretrizes para o Desenvolvimento da Estrutura Urbana e Preservação do Centro Histórico de São João del Rei, elaborado em 1982 pela Fundação João Pinheiro, confere especial destaque a esta área, considerando-a como representativa do processo histórico vivido pela cidade em virtude do registro arquitetônico dos séculos XVIII ao XX. Mesmo que aquele trabalho considere as duas margens do Rio Lenheiro – aqui nós o subdividimos em margem Direita, denominado o conjunto da avenida Hermílio Alves, e esquerda, que descrevemos agora – não podemos concordar com a afirmação de que é área mais importante da cidade. Talvez, em termos de movimentação de pessoas, mercadorias e moedas, sim; entretanto, quando se propõe valorizar as principais características da cidade, promovendo o desenvolvimento econômico via atividade turística, o grau de descaracterização e poluição visual desta área (mais do que na margem direita) não abona a opinião dos técnicos da Fundação João Pinheiro.

15 CONJUNTO DO KIBON

O Kibon compreende uma área de uso predominantemente misto, quer seja residencial/comercial ou residencial/serviço, onde se concentra a maior parte dos bares e restaurantes da cidade e que se caracteriza pela frequência do público jovem nos finais de semana. Sua denominação tem origem na sorveteria que, atraindo diversas pessoas para o local, acabou por dar-lhe o nome. As edificações são de tipologia comum em área de uso misto, com uso comercial e de serviços no pavimento térreo e residencial nos dois ou três pavimentos superiores, e geralmente datados da década de 40.

Uma outra iniciativa da construção nos anos 40 é o Edifício São João. Sua volumetria compromete as visadas da cidade, pois interfere substancialmente nas linhas visuais. Felizmente, outras iniciativas desta natureza não foram promovidas, e o edifício fica como marco de interferência que deve ser evitado. Ainda assim, devemos ter em mente o risco futuro a que a cidade está sujeita em virtude da inexistência de legislação Municipal quanto ao uso do solo.



16 CONJUNTO AVENIDA TIRADENTES

A avenida Tiradentes se caracteriza pela diversidade de usos e de usuários. Estes usos oscilam, ao longo de seu traçado, do residencial ao misto, sem que haja a predominância de um ou outro. Seus usuários fazem parte tanto das classes mais baixas, concentrando-se no atendimento conveniado do Sistema Único de Saúde/SUS da Santa Casa, quanto das classes média e alta, frequentadores da Sede Social do Athletic Clube.

Em termos estilísticos e volumétricos, somente na última década o perfil da avenida vem sofrendo alterações, já que a maioria de suas edificações foi construída nos anos 50 – data aproximada da sua abertura – e apresenta bom estado de conservação e condições suficientes de uso. Dentre as edificações de uso coletivo existentes na avenida, destaca-se o Cine Glória, o único da cidade, construído provavelmente na década de 30, em virtude de suas características arquitetônicas.

As ambiências da avenida e de seu entorno assumem as características dos demais conjuntos vizinhos. Deste modo, a Avenida Tiradentes próxima à rua da Prata apresenta algumas características que a diferencia da avenida Tiradentes próxima à Kibon, à Santa Casa ou à Estação. Ainda assim, a unidade se mantém. Contudo, para efeito de distinção dos conjuntos envolventes, consideraremos dois grupos nominados como avenida Tiradentes: um primeiro trecho entre a rua da Prata e o Kibon, e um segundo trecho entre as avenidas Andrade Reis e Oito de Dezembro, com construções residenciais típicas das décadas de 40 e 50.

17 CONJUNTO SANTA CASA

A Santa Casa de Misericórdia, complexo que remonta ao final do século XVIII, marca a ambiência deste conjunto, que incorpora, ainda, o Grupo Escolar Maria Tereza, a igreja de São Gonçalo e o Colégio Nossa Senhora das Dores. Sua unidade é marcada não apenas pela existência destes grandes monumentos, de ordem religiosa ou social, mas pelo espraio das características ecléticas por entre o casario.

Exceção a esta regra é o casarão do antigo Asilo São Francisco, atual Casa das Artes, que compõe-se de linguagem representativa do período colonial. Outro elemento típico deste período que integra o conjunto é o Chafariz da Legalidade, em praça fronteira ao Grupo Maria Tereza, para onde foi deslocado na década de 50. Destaca-se, ainda, a igreja de São Gonçalo Garcia, que tem diante de seu adro um monumento militar instalado nos anos 60, de gosto duvidoso e que contrasta com a arborização da praça vizinha, onde se encontra o Chafariz da Legalidade.

O traçado urbano neste trecho da cidade também é significativo, pois a malha amplia-se para caracterizar alamedas. Recentemente, foi descoberta ponte em pedra, semelhante àquelas presentes no vale do Lenheiro, soterrada após a canalização do córrego do Segredo.

18 CONJUNTO AVENIDA OITO DE DEZEMBRO

Tal como os demais conjuntos que foram descritos, o da avenida Oito de Dezembro também representa um momento histórico-econômico da cidade, talvez de amplitude e importância mais significativa, pois corresponde a uma iniciativa dos cidadãos de São João del Rei para implantarem uma estrada de ferro até a cidade.

Este conjunto assemelha-se, então, ao que foi descrito como Estação Ferroviária. Casas, de uso predominantemente residencial, típicas do período eclético que compreendeu o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, ricamente decoradas em estuque, térreas mas com porões habitáveis, de varandas laterais e platibandas que ocultam os telhados em duas águas cobertos por telhas cerâmicas importadas da França.

Sua inserção como conjunto de interesse se deve ao fato de que o tombamento estadual realizado na década de 80 incorpora somente o conjunto lindeiro à estação, localizado à rua Quintino Bocaiúva, relegando a segundo plano as edificações existentes na rua Comendador Costa e na avenida Oito de Dezembro. Outro fato que conduziu a esta alternativa foi o de que os bairros no entorno desta avenida estão em ampla expansão, o que poderia acarretar uma descaracterização ou mesmo o desaparecimento do conjunto.

19 CONJUNTO RUA GENERAL OSÓRIO

Situada paralelamente, embora uma cota inferior, à rua Santo Antônio, a área da rua General Osório caracteriza-se pela substituição de grande parte das construções originais e pelo estado de degradação das remanescentes.

Em termos volumétricos, a substituição não ultrapassa três pavimentos, concentrados no princípio da rua, próximo ao edifício do antigo Clube Teatral Arthur Azevedo, que hoje abriga um supermercado. A predominância é de sobrados de uso misto, embora grande parte das edificações se constitua em galpões ou construções adaptadas para abrigar depósitos de materiais de construção.

20 CONJUNTO DA FUNREI

Havíamos nos referido à rua da Prata como um local de uso institucional marcante, reforçado pela presença da Universidade Federal de São João del Rei. Esta presença, porém, data de um período anterior à federalização da Universidade, e corresponde ao papel fundamental de uma das principais instituições de ensino do Estado: o Colégio Santo Antônio.

A área do Colégio, hoje campus universitário, é abrangente, alcançando o córrego do Rio Acima, um dos afluentes do córrego do Lenheiro. Em função do seu caráter institucional, consegue-se estabelecer uma zona de vegetação no centro da cidade, permitindo, assim, uma linha de visada até a igreja de São Francisco a partir do morro do Guarda-Mor, situado na margem esquerda do córrego do Rio Acima. Algumas edificações particulares de uso residencial, à exceção de uma casa eclética da Cúria, compõem o conjunto sem, contudo, interferir em sua amplitude.



21 CONJUNTO DO BONFIM

Em seqüência à rua da Intendência e no entorno da praça Dr. Guilherme Milward, temos o conjunto do Bonfim.

Caracteriza-se pela neutralidade das construções, com a sucessiva eliminação das construções originais – grande parte delas representativas do período colonial – sendo substituídas por exemplares ascéticos e sem caráter. Podemos citar como exemplo as residências na rua sem nome que conecta as ruas Ribeiro Bastos e Dr. José Bastos, onde aos dois pavimentos inferiores é acrescido um terraço estruturado em perfis metálicos e cobertos por telhas de alumínio ou amianto, ou mesmo um outro pavimento – evidentemente sem quaisquer relações tipológicas ou materiais com a edificação que o sustenta.

A inserção da área no conjunto a ser trabalhado justifica-se na proposição de um modelo que pretende facilitar a permanência das edificações de valor ainda existentes e estabelecer novos modelos que sejam compatíveis com estas.

Os usos residencial e serviço convivem neste conjunto. A quadra da praça Dr. Guilherme Milward, entretanto, destaca-se, uma vez que seu uso é exclusivamente público, na área ajardinada e no terreno da escola. A praça se presta, dentre o lazer corriqueiro das crianças de soltar pipa ou jogar “pelada” com bola-de-meia, a outras atividades, como os ensaios da bateria da Escola de Samba do bairro nas semanas que antecedem o Carnaval e a visitação ao cruzeiro ali existente, recentemente restaurado pela comunidade.

22 CONJUNTO RUA DA INTENDÊNCIA

A rua da Intendência parte da rua da Cadeia, diante da Prefeitura Municipal (antiga Intendência), e se dirige ao morro do Bonfim. A cada trecho sua denominação foi alterada – rua Ministro Gabriel Passos, das margens do Lenheiro à rua Balbino da Cunha; rua Luís Baccarini até a rua G. Coelho; rua Dr. João Salustiano até a praça Dr. Guilherme Milward; e rua Tenente C. Lopes – embora a significação do nome original seja ainda presente.

O trecho que será analisado compreende os quarteirões limitrofes à rua, desde a sua confluência com a rua Balbino da Cunha até a rua G. Coelho. Em seu princípio, diversos equipamentos de uso institucional e de serviço definem a característica de uso da área, como a praça que abriga o Chafariz da Legalidade – que compreende uma área verde de grande significação – o Grupo Escolar Maria Tereza e a Escola Técnica de Comércio Tiradentes. Entretanto, é o uso residencial que a caracteriza, inclusive com a presença de uma pequena “vila”.

Os usos característicos definem tanto a volumetria quanto estilo arquitetônico. Deste modo, ao uso residencial estão associadas construções térreas e sobradadas, datadas predominantemente das décadas de 50 a 70; um único exemplar do período colonial é remanescente. Aos usos institucional e de serviço, embora não possamos descrever uma tipologia, relacionamos o Grupo Escolar citado anteriormente, que é constituído por dois pavimentos, em estilo eclético, de proporções bem definidas pelas grandes aberturas, e que se destaca na paisagem por estar situado em posição topográfica elevada. Ao seu lado, contrasta a outra instituição de ensino (hoje uma escola de 1º e 2º Graus), sem qualquer relevância arquitetônica.

23 CONJUNTO DO SEGREDO

O Segredo foi incluído como uma das áreas a serem descritas, em virtude de sua proximidade com a região da rua da Intendência, uma vez que suas características estilísticas e tipológicas, além de seu posicionamento topográfico (em um vale oculto por um morro e edifícios), permitiram a sua exclusão. Uma outra justificativa se fundamenta na recente

ocupação do bairro – a partir dos anos 50 – e na existência de diversos vazios que permitiram um aumento na volumetria, já que nenhum tipo de legislação restritiva engloba esta área. A análise poderia ter se estendido aos demais quarteirões vizinhos à avenida Nossa Senhora do Pilar, o que não foi efetuado em virtude da uniformidade da área, bastando assim descrever um de seus trechos.

A característica é de uma região puramente residencial, com alguns usos mistos de serviços acoplados às próprias habitações, como escritórios de advocacia, consultórios médico-odontológicos ou bares. A tipologia básica é de casas térreas, datadas dos anos 50, com alpendre, telhados em duas águas e empena fronteira. Na avenida Nossa Senhora do Pilar, a tipologia se altera para construções mais novas, inclusive edifícios de até quatro pavimentos, demonstrando que o arruamento tem origem nos anos 70.

24 CONJUNTO DO MATOLA

O conjunto, embora profundamente renovado por edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares de classe média e alta, caracteriza-se por compor uma transição entre os conjuntos da Estação Ferroviária e da avenida Oito de Dezembro, constituindo importante quadro de entorno.

Apresenta, junto a este último conjunto, pequeno número de exemplares ecléticos, de amplos porões, alteados em razão da adaptação à topografia em aclive. A renovação urbana para tipologias “pilotis-três pavimentos” impõe risco à preservação da paisagem, dada a proximidade com conjuntos significativos como o da Estação Ferroviária.

25 CONJUNTO DO SENHOR DOS MONTES/CRISTO REDENTOR

Constitui, como o conjunto anterior, importante marco paisagístico, especialmente se considerarmos a proximidade com o centro histórico tombado e a densificação da região por habitações de baixa renda. Isto significa que a preservação das encostas e dos quintais encontra-se ameaçada, exigindo a inserção deste conjunto como entorno imediato.

Há que se lembrar, ainda, a existência da capela de Nosso Senhor dos Montes, típica construção oitocentista, que pontua, juntamente com o monumento do Cristo Redentor e a capela do Bonfim, na outra margem do vale do Lenheiro, os limites da antiga urbis. O Cristo Redentor, por si só, exige uma discussão paisagística, não em virtude do adensamento populacional, mas da instalação de equipamentos de telefonia celular e transmissão de rádio e televisão, que impuseram o esmagamento de sua escala frente ao contexto urbano.

26 CONJUNTO DO GUARDA-MOR

O último dos conjuntos que compõem a paisagem do entorno do centro histórico é o conjunto do morro do Guarda-Mor. Vizinho imediato da igreja de São Francisco de Assis, foi deste ponto que André Bello, em 1905, registro a paisagem sanjoanense, imagem-síntese que vem sendo resgatada pelos moradores para compor um quadro sobre o patrimônio ambiental e edificado da cidade.

Em si, o conjunto em nada oferece, visto que as construções não remontam senão à década de 60 do século XX. Porém, como mirante é privilegiado em relação aos demais, em virtude do fácil acesso e do descortinamento que propicia de todos os pontos anteriormente descritos.

5.3. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Centro Histórico de São João Del Rei pode ser compreendido como o resultado de um processo dinâmico da evolução econômica, cultural e urbana da cidade. Ao contrário do ocorrido em outras localidades mineiras do período colonial, a estagnação de seu desenvolvimento não aconteceu como consequência imediata do declínio da sua produção aurífera. Dessa forma, a área em questão foi urbanizada ao longo dos anos e, atualmente, abrange edificações de diversos estilos arquitetônicos, representantes dos vários períodos históricos vividos pela cidade. Entre eles: o colonial, que se refere ao período da exploração do ouro; o ecletismo, presente tanto no princípio do século XX, em função da implantação da estrada de ferro, da intensificação da produção cafeeira do sul de Minas Gerais e da instalação das tecelagens, quanto nos anos de 1940, quando também surge o proto-modernismo e modernismo, relativo ao último surto industrial na região: o da extração de cassiterita.

É importante ressaltar que o Centro Histórico de São João Del Rei é tombado em nível federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e em nível municipal. O tombamento federal, definido pelo Processo nº. 68-T-38, identifica vinte e três logradouros, especificados a seguir: Rua Duque de Caxias (atual Rua Getúlio Vargas), Rua Santo Antônio, Rua Resende Costa, Rua Marechal Bittencourt, Rua do Carmo, Rua Santo Elias, Rua Santa Tereza, Rua João Mourão, Rua José Mourão, Rua Vigário Amâncio, Rua Monsenhor Gustavo, Rua Padre José Maria Xavier, Rua José Bastos (até a Rua Mourão Filho), Rua Arthur Bernardes, Praça Barão do Rio Branco (atual Praça Doutor Salatiel), Praça Carlos Gomes, Praça Francisco Neves, Praça Embaixador Gastão da Cunha, Praça Paulo Teixeira, Praça Frei Orlando, Largo do Carmo, Beco do Cotovelo e Beco do Salto. Especifica também vinte e nove imóveis, entre monumentos e edificações particulares, além de três outros edifícios, demolidos, sem autorização do IPHAN. O tombamento municipal, estabelecido pela lei municipal nº. 3531, de 06 de junho de 2000, delimita áreas de proteção e de entorno que excedem ao perímetro federal.(Figura 1)

Do ponto de vista de uma metodologia que delimite com grande propriedade a área de intervenção de um projeto que vise a estruturação turística do Centro Histórico de São João Del-Rei, optamos por utilizar como uma condicionante fundamental o estudo do percurso das procissões centenárias da cidade que praticamente definem os limites dos trechos nobres do Centro Histórico e que coincidentemente perpassam por quase todos os conjuntos Urbanos definidos pela leitura ambiental do Conjunto arquitetônico e Urbanístico. (Figura 2), definindo assim uma baliza bastante segura sobre as áreas de intervenção, e buscando assim definir com clareza a aglomeração dos subconjuntos surgidos da leitura ambiental em conjuntos mais coesos que reforçam e auxiliam o Turista a ter uma percepção interpretativa mais fácil do Centro Histórico da cidade. Seguindo essa metodologia os 26 conjuntos originais puderam ser re-agrupados em número de 11, seguindo uma metodologia já adotada e debatida por nós por ocasião da formulação do Plano Diretor Turístico da Cidade de São João Del-Rei. Dentro dos Conjuntos também selecionamos individualmente para marcar com informações próprias através de selos de interpretação turística, os edifícios civis mais representativos, quer pelas suas características arquitetônicas excepcionais dentro da história da arquitetura são-joanense, quer por terem sido moradas de importantes personalidades ligadas a história da cidade. O mesmo critério também foi utilizado em relação a arquitetura monumental e marcos simbólicos da urbes colonial como Cruzeiros e Passos que geraram um mapa geral de sinalização e um guia turístico interpretativo da cidade que ajude os cidadão e os turistas a desfrutarem melhor de imperdível passeio na história de Minas que é conhecer São João del-Rei. (Figura 3)

5.4. INTERPRETAÇÃO TURÍSTICA: CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS/ EDIFÍCIOS/MONUMENTOS

1 CONJUNTO LARGO DO CARMO

A imagem urbana e arquitetônica, a atmosfera e o contexto peculiar em que vivia a sociedade mineradora ainda podem ser percebidos ao se percorrer estas ruas e becos. Neste espaço a seqüência do casario e a evolução dos caminhos são definidos pela presença solene da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Iniciada no século XVIII, sua construção estendeu-se até os princípios do século XX, percorrendo diferentes fases da arquitetura religiosa mineira. Em 1894, a torre do sino foi parcialmente destruída por uma faísca elétrica e sua rápida reconstrução é um exemplo da participação de uma comunidade na defesa de seu patrimônio.

O Cemitério da Ordem Terceira do Carmo está protegido por portão de ferro com as iniciais de seu autor Jesuíno José Ferreira. Sua pequena capela mortuária e seus claustros lembraram ao viajante inglês Richard Burton, no século XIX, o Campo Santo da cidade italiana de Pisa. Este é um dos locais onde se realiza a Encomendação das Almas, cerimônia de origem portuguesa, muito comum na Minas colonial, que se mantém viva em São João del-Rei. Durante a Quaresma, nas noites de Sexta-feira, um cortejo de fiéis e músicos da Lira Sanjoanense percorre a cidade, parando junto às portas dos cemitérios, igrejas, cruzeiros e encruzilhadas, para cantar e rezar pelos mortos, sob a marcação das matracas.

A praça, com seu chafariz de ferro importado da Europa, conduz ao colorido casario eclético da Rua Santo Elias. A antiga Rua do Tanque leva a uma mina de ouro ainda em atividade. Pelo Beco da Escadinha chega-se à Rua da Cachaça que, no século XIX, foi denominada da Alegria, com muitas tavernas e local de vida boêmia.

O Solar da Baronesa, onde funcionou a Hospedaria do Imigrante em 1888, distingue-se pelo mirante e por um longo balcão em ferro rendilhado. Ao lado uma oficina latoeira ainda preserva, com suas forjas e bigornas, as origens seculares deste ofício.

2 CONJUNTO LARGO DA CRUZ

Este largo é um exemplo das mudanças ocorridas no centro histórico da cidade no século XX. Resultado da demolição de uma quadra, em 1914, manteve as características urbanísticas da vila colonial. Em uma área densamente ocupada, através de becos sinuosos e ruas estreitas surge um espaço amplo, mas aconchegante. O uso das cores e os relevos em estuque das fachadas, dão às casas uma fisionomia alegre e vaidosa, criando um ambiente bucólico.

Integrada à parede externa de uma residência a cruz antiga dá nome ao largo. Em torno do cruzeiro, na praça enfeitada com arcos de bambu e bandeirinhas de papel, realizava-se, a festa da Santa Cruz, no dia 3 de maio, tradição que perdeu até meados do século XX. Nas três primeiras sextas-feiras da Quaresma, o Passo da Via Sacra é aberto para que os fiéis cantem motetos ancestrais, orações com acompanhamento de orquestra.



Conjunto Largo do Carmo



Conjunto Largo do Carmo



Conjunto Largo do Cruz



Conjunto Largo das Mercês



Conjunto Largo das Mercês



Conjunto Largo das Mercês

Na Rua Santa Teresa localiza-se a casa mais antiga da cidade. Do início do século XVIII, sua arquitetura recorda os sobrados de varanda paulista, com o segundo pavimento projetando-se sobre a calçada. No beco ao lado um aroma muito especial emana dos tachos de cobre. São os confeitos de amêndoa que, produzidos de forma artesanal, deliciam crianças e adultos.

Por ter sido uma das principais vias de acesso às áreas de mineração, a antiga Rua de São Miguel era um lugar de intenso movimento, com suas vendas e oficinas, hoje transformadas em residências. No alto desta rua, em ponto estratégico, existem vestígios de uma fortificação construída durante o conflito entre paulistas e emboabas, ocorrido entre 1707 e 1709, na disputa pelo ouro na região. Próximo a ela podem ser vistas as betas, escavações profundas na rocha, de onde se extraía o ouro.

O Largo da Cruz abre-se à hospitalidade e ao descanso. Protegendo a tranqüilidade do lugar, as igrejas vizinhas compõem a moldura colonial.

3 CONJUNTO LARGO DAS MERCÊS

Nos fins do século XVII, aventureiros em busca do ouro, desciam o Rio das Mortes e subiam a Serra do Lenheiro. Homens livres ou escravos, reunidos em Irmandades, ergueram capelas agradecendo a Deus e aos santos de devoção a dádiva recebida.

No outeiro próximo às primeiras minas de ouro a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, formada por negros libertos e crioulos, inicia em 1751 a construção de sua igreja, que se estende até 1853. Sua fachada elegante é marcada por uma única torre afastada do alinhamento. Ao lado da igreja, suspenso na paisagem, o cruzeiro expressa a fé popular na dor e paixão de Cristo. Do alto da escadaria tem-se uma vista panorâmica da cidade e, ao longe, a Capela do Senhor do Bonfim.

No Passo da Via Sacra, acoplado ao casarão colonial do Barão de Itambé, é encenado um dos dramas da paixão de Cristo, o encontro das imagens de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos. O andor do Cristo é coberto de hortênsias e orquídeas, cultivadas especialmente para esta procissão.

O Hospital da Arquiconfraria de Nossa Senhora das Mercês é uma construção mais recente. Pertenceu anteriormente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, o que demonstra a preocupação dessas associações religiosas em dar apoio tanto espiritual quanto assistencial aos seus membros.

No século XVIII, esta área abrigou a Casa da Câmara, sede da administração da Vila, onde a elite local deliberava sobre questões de ordem pública. Nesta praça, ainda hoje conhecida como Largo da Câmara, os moradores interrompiam sua rotina diária para assistir aos pregões e participar de comemorações e festejos.

No centro do Largo, o Pelourinho evoca a autonomia administrativa da Vila e o local onde a justiça era exercida sobre os escravos, na base de castigos e açoites.

4 CONJUNTO LARGO DO ROSÁRIO

Embora a cidade tenha vivido, ao longo dos anos, muitas transformações urbanas, o passado está sempre presente em seus largos, ruas, becos e praças.

No Largo do Rosário destacam-se as casas geminadas apoiadas umas às outras sob telhado comum, as portas altas, as guilhotinas nas janelas, com vergas retas ou arqueadas. Algumas delas têm beiral simples, outras beirais duplos, as “beiras-seveiras”. Segundo o ditado popular de origem portuguesa, aquele que não possuísse em sua casa pelo menos uma beira, demonstrava não ter posses, era, pois, um indivíduo “sem eira nem beira”.

No século XIX as fachadas dos sobrados recebem novos materiais, vidraças substituem rótulas e sacadas ganham balcões de ferro trabalhado. A iluminação dos lampiões criava um ambiente mágico, cheio de sombras e mistérios. O solar dos Neves e o dos Lustosa são belos exemplares da arquitetura requintada que expressava a opulência da sociedade são-joanense.

A casa térrea, com cinco janelas entre duas portas, onde hoje funciona o Museu de Arte Sacra, foi também cadeia da Vila. Do outro lado está a Capela de Nossa Senhora da Piedade e do Bom Despacho, construída em 1743, para proporcionar consolo e sustento aos presos que, postados nas grades, assistiam à missa de domingo. Próximo a ela um Passo da Via Sacra confunde-se entre as casas.

A Igreja do Rosário, com sua primeira capela construída em 1719, é a mais antiga da cidade. Apesar das diversas reformas que, ao longo de três séculos alteraram significativamente sua arquitetura, ela ainda mantém a simplicidade das linhas originais e a beleza de suas imagens barrocas. Através da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos os escravos fortaleciam sua fé, veneravam seus santos e afirmavam-se como criaturas humanas.

No centro do Largo a igreja interrompe a seqüência do casario e abre outros caminhos.

5 CONJUNTO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Situada no entroncamento dos principais caminhos da antiga Vila, esta área dava acesso ao Porto Real da Passagem, lugar onde se instalou Thomé Portes d’el Rey, primeiro a se fixar na região, nos fins do século XVII.

A Casa de Fundação e a Intendência do Ouro funcionaram neste local, de 1735 a 1833, onde era recolhido o quinto devido à Coroa Portuguesa. Com sua extinção, os prédios sofreram



Conjunto Largo do Rosário



Conjunto da Santa Casa de Misericórdia



Conjunto da Santa Casa de Misericórdia



Conjunto Ponte da Cadeia



Conjunto Ponte da Cadeia

reformas e passaram a abrigar, ao longo dos anos, instituições públicas e de ensino. Hoje ali funciona a Escola Municipal Maria Teresa.

Entre abril e maio de 1833, São João del-Rei foi a capital legal e provisória da Província de Minas Gerais, em função da sedição militar de Ouro Preto. Para registrar esse fato a Câmara Municipal construiu, no ano seguinte, o Chafariz da Legalidade. Após ser colocado em diferentes locais da cidade foi instalado, em 1943, nesta praça.

A Igreja de São Gonçalo Garcia, construída por sua Irmandade no local onde já existia uma capela desde 1772, é a de maior devoção dos militares, pois nela se venera sua patrona Santa Joana D’Arc. Em frente ao adro foi erguido, em 1969, o Monumento aos Expedicionários, em homenagem aos combatentes da Segunda Guerra Mundial.

Em 1783 o ermitão Manoel de Jesus Fortes fundou a Casa da Caridade, atual Santa Casa da Misericórdia, que possui construções novas e antigas, harmoniosamente mescladas. A Capela de Nossa Senhora das Dores foi inaugurada em 1918, em estilo neo-gótico, com vitrais semelhantes aos da Catedral de Antuérpia, na Bélgica.

Mais a frente vê-se um casarão colonial, remanescente do século XIX, onde funcionou o Asilo São Francisco até 1969.

6 CONJUNTO PONTE DA CADEIA

Testemunhas seculares do cotidiano da cidade, em pedra ou em ferro, as pontes unem o velho e o novo, dando um toque especial à paisagem.

A Ponte da Cadeia, que até meados do século XIX chamava-se da Intendência, teve sua construção iniciada em 1798, substituindo a de madeira que desabou, quando por ela passava um cortejo levando o sacramento da comunhão à casa de um doente. Embora a maioria das pessoas tenha se ferido gravemente, foi considerado um milagre nada ter acontecido ao Vigário que conduzia o Santo Viático. Feita em pedra lavrada e estruturada em arcos abatidos, ainda hoje resiste à força das águas, na época das cheias do Córrego do Lenheiro.

Nas extremidades da ponte, edificações imponentes registram o dinamismo político e econômico da cidade no século XIX. A Casa de Câmara e Cadeia, atual Prefeitura Municipal, foi construída em 1849, graças à iniciativa da população local. O prédio onde hoje está a Câmara Municipal foi sede da primeira instituição bancária de Minas Gerais, o Banco Almeida Magalhães, que financiava a lavoura, a pecuária e a indústria da região. No lado oposto, o elegante sobrado de três andares, em estilo colonial, funcionou por mais de cem anos como um dos hotéis da cidade.

Ao lado da música, o gosto pelas artes cênicas sempre esteve presente na sociedade sãojoanense. O Teatro Municipal, inaugurado em 1893, tem em sua fachada esculturas de

Apolo, o deus das artes, das musas da poesia e da música e três máscaras que simbolizam a comédia, o drama e a tragédia. Também são homenageados músicos, poetas e dramaturgos mineiros. Mantendo vivas as lembranças da Segunda Guerra Mundial, o Museu da FEB guarda fotos, equipamentos e armas de variados tipos.

Na amplitude deste espaço, as torres das igrejas coloniais emolduram fachadas de construções neoclássicas e ecléticas. Essa diversidade expressa a principal característica da cidade, a convivência entre diferentes estilos arquitetônicos.

7 CONJUNTO PRAÇA DA ESTAÇÃO

Nos fins do século XIX, uma nova era se abria para a cidade. Em 1881, o Imperador D. Pedro II inaugurava o trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas que possibilitou a ligação de São João del-Rei ao Rio de Janeiro. Como em outros momentos de sua história, os são-joanenses participavam da realização de um projeto de interesse público, contribuindo com o capital necessário para sua implantação.

O progresso chegava pelos trilhos, modificando a paisagem e o cotidiano dos moradores. As estruturas de ferro da imponente estação, em estilo eclético, proporcionavam um certo ar europeu. A chegada do trem, o movimento de passageiros e mercadorias agitavam este novo ponto de encontro da cidade. Era comum a presença dos donos de hotéis e pensões, oferecendo seus estabelecimentos e suas charretes para os prováveis hóspedes. Em 1898, do outro lado do Lenheiro, era inaugurado o Hotel Brasil.

A ferrovia abriu caminho para a implantação de novos armazéns, depósitos e fábricas, como a Companhia Têxtil Sanjoanense, inaugurada em 1891. Também chegaram os imigrantes, sobretudo italianos, inovando hábitos e costumes e dinamizando a economia da região. Hoje resta apenas o percurso que liga São João del-Rei a Tiradentes. A Maria Fumaça encanta turistas de todas as idades, percorrendo o sopé da Serra de São José, serpenteando o Rio das Mortes.

O Museu Ferroviário, inaugurado em 1981, conta a história da ferrovia, através de seus diversos objetos. A rotunda abriga locomotivas do século passado e, entre outros, um vagão fúnebre. O complexo ferroviário funciona como espaço para realização de espetáculos e eventos culturais. O Museu do Estanho exhibe peças variadas e mostra como uma técnica de fundição e desenho importada da Inglaterra passou a ser reinterpretada pelas mãos habilidosas dos artesãos de São João del-Rei.

8 CONJUNTO RUA DIREITA

Considerada a via pública principal da antiga São João del-Rei, foi o primeiro caminho dos mineradores que desciam da Serra do Lenheiro. Sua denominação, comum às cidades coloniais, repete a tradição das vilas cristãs de chamarem “direita” a principal rua de acesso



Conjunto Praça da Estação



Conjunto Rua Direita



Conjunto Rua Direita



Conjunto Rua da Prata



Conjunto Rua da Prata



Conjunto Rua da Prata

à Igreja Matriz.

Ao longo da história da cidade a importância deste espaço é reforçada, não só por dele irradiarem outras ruas e becos, como pela presença de casas comerciais, primeiramente térreas, depois sobrados, que até hoje abrigam lojas e, no segundo andar, residências.

Se, de um lado, ruas estreitas e casas coladas umas às outras guardam o antigo traçado da Vila, por outro, fachadas ecléticas, introduzidas pelo efervescente comércio do final do século XIX, expressam o dinamismo econômico da cidade. O incenso, ainda hoje queimado pelos comerciantes às três da tarde de sexta-feira, impregna as ruas de perfume e pede a proteção divina.

No século XIX, o largo em frente ao Museu Regional funcionava como mercado público. Era ponto de encontro de tropeiros, viajantes, escravos carregadores, negras de tabuleiro, biscateiros e mendigos. Na estreiteza da rua, um Passo da Via Sacra tem representada, no seu interior, uma das cenas finais da vida de Cristo a caminho do Calvário.

As tradições religiosas são-joanenses se perpetuam através da atuação das Irmandades e Ordens Terceiras e têm, por principal palco, o esplendor barroco do interior da Catedral Basílica de São João del-Rei, a antiga Matriz do Pilar. Nela abrigam-se as Irmandades do Santíssimo Sacramento, do Senhor Bom Jesus dos Passos, de São Miguel e Almas e a Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte. Cada uma tem seu altar, seu sino, suas imagens, seu dia de celebração, sua cor e vestes próprias. Fechando a Rua Direita as Igrejas do Carmo e do Rosário, face a face, emolduram a Catedral.

9 CONJUNTO RUA DA PRATA

Na Rua da Prata, o traço preciso da linha reta se impõe sobre a sinuosidade e as asperezas do solo. O espaço amplo permite canteiros que a dividem, como se fossem duas ruas em uma só. O casario térreo, com pés-direitos altos, preserva o alinhamento original. Sem pausa, fachadas de casas em estilo colonial se mesclam a outras típicas do ecletismo neoclássico do início do século XX.

Nos primeiros anos da Vila era um dos principais caminhos para o Morro da Forca. Atravessar a ponte de madeira sobre o Córrego do Lenheiro fazia parte do cotidiano dos moradores. Em 1800 foi construída a atual ponte do Rosário, com sólidos arcos plenos de cantaria de pedra. Executada por Francisco de Lima Cerqueira recebeu uma cruz de pedra lavrada, como ditava a tradição. Composto esta obra foi construído um cais e uma pequena escada, por onde as lavadeiras chegavam ao Córrego.

O solar que pertenceu à família Guadalupe, hoje Mosteiro São José, destaca-se pela elegância de sua fachada ornamentada com relevos em estuque. A arquitetura religiosa está presente no

Passo da Via Sacra que abre suas portas para as cerimônias da Quaresma e para a procissão do Setenário das Dores de Nossa Senhora, quando o andor é enfeitado com ervas aromáticas da Serra do Lenheiro.

No Memorial Tancredo Neves, a história recente do Brasil é narrada através da trajetória política desse estadista. No século XIX funcionou neste local uma firma de crédito conhecida pela população como casa de alugar dinheiro.

O nome oficial da rua homenageia o compositor sacro Padre José Maria Xavier, que nela residiu até sua morte, em 1887. Percorrê-la é atravessar tempos diversos no mesmo espaço, ou espaços diversos ao mesmo tempo.

10 CONJUNTO RUA SANTO ANTÔNIO

Esta rua preserva o espírito da cidade colonial, com seu calçamento em pé-de-moleque e suas casas fora de prumo, construídas em pau-a-pique. Seu desenho é sinuoso, traçado pelas tropas que aqui chegavam. Ora se alarga, ora se estreita, contornando o morro.

É a rua que melhor expressa a tradição musical de São João del Rei. Nela nasceu o compositor sacro Padre José Maria Xavier, em 1819. Da sede da Orquestra Lira Sanjoanense, da Orquestra Ribeiro Bastos e da Banda de Música Teodoro de Faria soam acordes que atravessam o tempo e dão um brilho especial às festas religiosas ou profanas.

No interior da Capela de Santo Antônio, construída nos meados do século XVIII, destacam-se o púlpito dourado e a grade de jacarandá trabalhada. Em 1997, seus elementos artísticos foram totalmente restaurados e recebeu no forro da nave pintura do artista são-joanense Carlos Magno de Araújo. Ao lado da capela, viveu Padre Gustavo que atendia os moradores com seus conhecimentos de medicina natural, utilizando-se das ervas cultivadas em seu quintal, que ainda hoje se encontra junto à casa.

A Rua das Flores proporciona uma bela vista da Igreja de São Francisco. Os cemitérios da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário foram construídos no século XIX. Por razões de higiene pública, a partir de 1830, foi proibido o antigo costume de enterrar os membros das Irmandades dentro dos templos.

Seguindo à direita surge a Muxinga, palavra que significa ‘surra’, ‘açoite’ ou ‘sujeira’. Durante



Conjunto
Rua Santo Antônio



Conjunto
Rua Santo Antônio



Conjunto
Largo de São Francisco



Conjunto
Largo de São Francisco

muito tempo, essa área foi considerada de má fama, por estar localizada atrás da antiga cadeia onde, conta-se, os presos recebiam castigos cruéis. Cortando caminho pelos becos, chega-se ao Largo das Mercês e à Matriz do Pilar.

11 CONJUNTO LARGO DE SÃO FRANCISCO

No início do século XVIII esta área foi definida, pela administração colonial, como o local para instalação do centro da Vila, próximo à forca e ao pelourinho. Era uma tentativa de desocupar as encostas da Serra do Lenheiro, de onde se extraía o ouro. Tal processo, no entanto, não se efetivou e a região foi ocupada por chácaras e residências dos moradores mais abastados.

A casa onde nasceu, em 1759, Bárbara Eliodora, conserva características da construção original e nela funciona o Museu Municipal Thomé Portes d’el Rey. A Biblioteca Pública, famosa pela coleção de obras raras, foi criada em 1827 por Baptista Caetano de Almeida, fundador do primeiro jornal de São João del Rei, “O Astro de Minas”. Desde então, inúmeros periódicos circulam na cidade, inclusive no formato de mural, o primeiro deles chamado de “Jornal do Poste”.

No imponente Solar do Barão de São João del Rei hospedaram-se D. Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina, em 1881, na inauguração da Estação Ferroviária. O Ginásio Santo Antônio, famoso educandário de frades franciscanos, funcionou de 1909 a 1972 onde hoje está um dos espaços universitários da FUNREL. Na Rua Dr. Balbino da Cunha tudo é conjunto, justaposição. Um forte contraste espelha-se nas construções de estilos diversos, que retratam uma importante etapa da expansão industrial da cidade.

Envolvida por centenárias palmeiras, a Igreja de São Francisco de Assis se impõe na paisagem, exaltando o espírito do barroco. Construída pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis, a partir de 1774, é um dos monumentos mais importantes da arquitetura religiosa brasileira.

Localizada numa das antigas entradas da Vila, a Capela do Senhor do Bonfim data de 1769. Do alto do morro a cidade revela-se, no recorte das torres e telhados, no desalinho das ruas e becos, no desenho ordenado das pontes.

SELOS ATUAIS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

1 - Sobrado em estilo colonial onde viveu Padre Gustavo famoso por sua botica de ervas medicinais . 1853 - 1924

2 - Nesta casa nasceu em 1819 Padre José Maria Xavier professor e compositor sacro.

3 - Sede da Orquestra Lira Sanjoanense considerada a mais antiga em atividade nas Américas fundada em 1776.

4 - SOLAR DOS HANNAS - Construção do século XIX notável pelo uso de elementos em ferro.

5 - SOLAR DO JARDIM - Construção do século XIX de características ecléticas onde se destaca o jardim fronteiroço.

6 - SOLAR DO BARÃO DE ITAMBÉ - Construção do início do século XIX onde residiu o Barão de Itambé, grande benfeitor da cidade.

7 - Sede da Orquestra Ribeiro Bastos fundada no século XVIII.

8 - Construção do início do século XVIII onde se destaca a varanda paulista.

9 - Sobrado do início do século XIX construído por João Pereira Pimentel último capitão-mor de São João del Rei

10 - SOLAR DO BARÃO DE SÃO JOÃO DEL-REI - Construção do século XIX que hospedou D. Pedro II e a Imperatriz na inauguração da Estação Ferroviária em 1881.

11 - SOLAR DOS LUSTOSA - Construção do século XIX onde viveu Dr. Paulo Lustosa inventor da famosa cera para dor de dentes 1887 - 1986

12 - SOLAR DOS NEVES - Construção do século XIX onde residiu o Presidente da República Tancredo de Almeida Neves entre 1957 - 1985

13 - Nesta casa funcionou a primeira cadeia pública construída na cidade 1743 - 1853

14 - Construção colonial remanescente de uma fortificação da Guerra dos Emboabas 1707 - 1709

15 - Sede da Banda de Música Teodoro de Faria fundada em 1902

16 - Edificação eclética inaugurada pelo Imperador D. Pedro II em 1881

17 - Nesta casa nasceu em 1759 Bárbara Eliodora personagem ilustre da Inconfidência Mineira

18 - SOLAR DA BARONESA DE ITAVERAVA - Construção em estilo colonial onde funcionou a Hospedaria do Imigrante em 1888

19 - Sobrado construído em 1859 pelo comendador João Mourão para comércio e residência

20 - Nesta casa viveu o pintor Venâncio do Espírito Santo autor do teto da Matriz do Pilar falecido em 1878

21 - Construção do século XIX onde funcionou o Asilo de Órfãos da Ordem Terceira de São Francisco de 1888 a 1969

PLACAS TEMÁTICAS ATUALMENTE EXISTENTES EM MONUMENTOS E MARCOS URBANOS

1 IGREJA DO CARMO

Iniciada em 1733, o edifício atual remonta a data de 1787. Seu estilo arquitetônico está ligado a fase do rococó mineiro. Suas torres octogonais, sem precedentes em Minas, são uma contribuição pessoal de autoria do arquiteto e construtor português Francisco de Lima Cerqueira. A portada monumental, atribuída pela crítica especializada em grande parte a fatura de Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), está entre a mais belas do país, com os alegres querubins e as imagens do Padre Eterno e de Nossa Senhora do Carmo.

No seu interior, com magnífica iluminação natural acentuada pela altura da nave, a exuberância dos ornatos dourados é substituída pela suavidade de altares brancos, simples e sóbrios, que convidam à meditação.

Dentre obras de inegável beleza destacam-se duas telas do pintor George Grimm, os altares laterais e do coro esculpidos pelo artista são-joanense Joaquim de Assis Pereira, os anjinhos da capela-mor e o mobiliário D. João V, reservado aos membros da Ordem Terceira. A imagem inacabada do Senhor Morto, de autor desconhecido, foi esculpida em tamanho natural, toda em cedro, e serviu de modelo para o Cristo Redentor da cidade.

No mês de julho, os sinos repicam festivamente convidando para a novena em louvor a Nossa Senhora do Carmo, enriquecida pela música da Orquestra Ribeiro Bastos.

2 IGREJA MATRIZ DO PILAR

Em 1721 começou a ser erguida esta igreja dedicada a Nossa Senhora do Pilar. Sua Capela-mor é uma das obras mais expressivas do chamado “Barroco Joanino” em Minas Gerais. A atual fachada inaugura o chegada do neoclassicismo em São João Del-Rei e foi construída entre 1820-1844 pelo Mestre-pedreiro Cândido José da Silva.

O adro cercado de grades de ferro e colunas de granito ressalta a severa fachada neoclássica. Do alto de suas torres, sinos de bronze anunciam missas, comunicam mortes, festejam nascimentos. Com dobres e repiques diferentes, numa linguagem peculiar, estabelecem um diálogo com os sinos das outras igrejas. O sino da irmandade do Santíssimo Sacramento, fundido por volta de 1770 é o mais antigo da cidade e ressoa ao comando do relógio holandês inaugurado em 1905, que marca as horas e os quartos de hora, orientando o cotidiano dos moradores.

Em seu interior o delírio do barroco explode em ouro e cores vibrantes, ofuscando o olhar. Nos forros pintados pelos artistas locais Venâncio do Espírito do Santo, Joaquim José da Natividade e Manuel Victor de Jesus, na talha dourada, nos altares e púlpitos anjos e santos em clima festivo glorificam Nossa Senhora do Pilar, a padroeira da Diocese.

A paixão da fé exige o espetáculo. Durante a Semana Santa a Catedral é o cenário principal das cerimônias e procissões que dramatizam, ao ruído das matracas e ao som das orquestras, a vida, morte e ressurreição de Cristo com toda pompa dos tempos coloniais.

3 IGREJA DAS MERCÊS

Consagrada ao culto de Nossa Senhora das Mercês, redentora dos cristãos cativos dos infiéis, esta igreja se impõe na paisagem por sua localização e singular fachada, com uma única torre lateral recuada. A monumental escadaria serve de cenário para a cerimônia do Descendimento da Cruz, realizada na noite de Sexta-feira Santa, seguida pela solene Procissão do Enterro, que percorre o centro histórico da cidade.

A igreja original, que era em forma de elipse, remonta a data de 1751. O edifício e o frontispício atual, são resultado de várias ampliações ocorridas durante o século XIX. Seu fronstispicio e empena, obra de 1877, é nitidamente inspirada nos templos rococós da cidade e o estuque utilizado em larga escala como elemento ornamental é um marca típica da introdução do ecletismo na arquitetura da cidade. O teto, em três planos, tem no centro uma representação da Padroeira, traçada em tintas suaves. Pinturas murais de Angelo Biggi decoram as paredes laterais da nave, com cenas que representam o Natal, a Fuga para o Egito, a Anunciação e a Apresentação do Menino Jesus ao Velho Simeão.

No altar da capela-mor, destaca-se a imagem de Nossa Senhora das Mercês. No interior a talha e altares do século XIX foram executados em estilo neoclássico e neogótico. Seus altares laterais estão consagrados ao Senhor Bom Jesus dos Perdões, a Nossa Senhora das Dores e a Nossa Senhora do Parto.

No mês de setembro é realizada a festa em louvor a Nossa Senhora das Mercês. Novena, missas e procissões, com muitos fogos e música, expressam a devoção de seus fiéis.

No mês de setembro é realizada a festa em louvor a Nossa Senhora das Mercês. Novena, missas e procissões, com muitos fogos e música, expressam a devoção de seus fiéis.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro, há procissão e novena, além de jogos populares e shows.

Reunidos pela fé, negros e mulatos, cativos e libertos fundaram, em 1708, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Para louvar e agradecer a seus padroeiros, esmeraram-se na edificação desta igreja e, em torno dela, desenvolveram suas atividades sociais e artísticas.

Ao longo dos anos, a capela do século XVIII foi ampliada e remodelada até adquirir seu aspecto atual, de discretas linhas arquitetônicas, com dois campanários construídos em 1936. Elegância e sobriedade marcam tanto seu exterior de harmoniosa proporção, quanto seu interior ornado por talha em estilo rococó tardio.

Na entrada do templo, à esquerda, vê-se a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída em fins do século XIX. O altar-mor, de grande valor artístico, é de autoria de Luís Pinheiro de Souza, o mesmo mestre do retábulo da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis. Esculpida em dois blocos de cedro, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é admirada pela perfeição de seus traços. O lavabo da sacristia, obra de Antônio Francisco Sarzedo, foi construído em 1753.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, no último domingo de outubro e as novenas de Natal revivem as tradições religiosas da Minas colonial.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro, há procissão e novena, além de jogos populares e shows.

A conformação urbana da sociedade mineradora e sua organização em irmandades religiosas estimularam a construção de numerosas capelas, que direcionavam o povoamento das vilas e arraiais. A Confraria de São Gonçalo Garcia, ao receber

4 IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Construída em 1753, a Igreja de São Francisco de Assis é considerada uma das obras-primas da arquitetura barroca mineira. Seu projeto arquitetônico foi desenvolvido por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que também realizou a escultura da fachada e do interior. A igreja é caracterizada por sua fachada única, com uma torre sineira decorada com elementos escultóricos. O interior apresenta um altar-mor elaborado e uma capela-mor com uma bela pintura mural.

terras para seu patrimônio na segunda metade do século XVIII, ergueu uma capela na margem direita do Córrego do Lenheiro, o que motivou a ocupação da área.

Era uma igreja simples e sem torres que, em meados do século XIX, passou por uma série de reformas que alteraram seu aspecto original. A atual edificação foi concluída em 1903. Em seu interior, obras de talha e um conjunto de imagens conferem significado artístico ao templo. O padroeiro São Gonçalo Garcia foi professor leigo da Ordem Franciscana, martirizado em 1597 em Nagazaki, no Japão. Está representado por uma imagem de linhas elegantes e sua devoção é rara no Brasil.

No altar-mor destacam-se o Cristo do Monte Alverne e São Francisco de Assis, esculpidos por Joaquim Francisco de Assis Pereira, no século XIX. Na sacristia encontra-se a imagem de Santa Luzia, uma notável composição barroca dos fins do século XVIII.

Sua fachada tem influência eclética marcada tanto pelo uso pelas platibandas como nos arcos ogivais utilizados na base da torre e nas sineiras. Seus sinos, de timbre superior, têm o emblema do Império Brasileiro e foram fundidos em 1862 pela acreditada fundição carioca C.G.C e Filhos, localizada na rua de São Lourenço n. 44.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro, há procissão e novena, além de jogos populares e shows.

Reunidos pela fé, negros e mulatos, cativos e libertos fundaram, em 1708, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Para louvar e agradecer a seus padroeiros, esmeraram-se na edificação desta igreja e, em torno dela, desenvolveram suas atividades sociais e artísticas.

Ao longo dos anos, a capela do século XVIII foi ampliada e remodelada até adquirir seu aspecto atual, de discretas linhas arquitetônicas, com dois campanários construídos em 1936. Elegância e sobriedade marcam tanto seu exterior de harmoniosa proporção, quanto seu interior ornado por talha em estilo rococó tardio.

Na entrada do templo, à esquerda, vê-se a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída em fins do século XIX. O altar-mor, de grande valor artístico, é de autoria de Luís Pinheiro de Souza, o mesmo mestre do retábulo da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis. Esculpida em dois blocos de cedro, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é admirada pela perfeição de seus traços. O lavabo da sacristia, obra de Antônio Francisco Sarzedo, foi construído em 1753.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, no último domingo de outubro e as novenas de Natal revivem as tradições religiosas da Minas colonial.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro, há procissão e novena, além de jogos populares e shows.

A conformação urbana da sociedade mineradora e sua organização em irmandades religiosas estimularam a construção de numerosas capelas, que direcionavam o povoamento das vilas e arraiais. A Confraria de São Gonçalo Garcia, ao receber

5 IGREJA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Construída em 1753, a Igreja de São Francisco de Assis é considerada uma das obras-primas da arquitetura barroca mineira. Seu projeto arquitetônico foi desenvolvido por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, que também realizou a escultura da fachada e do interior. A igreja é caracterizada por sua fachada única, com uma torre sineira decorada com elementos escultóricos. O interior apresenta um altar-mor elaborado e uma capela-mor com uma bela pintura mural.

terras para seu patrimônio na segunda metade do século XVIII, ergueu uma capela na margem direita do Córrego do Lenheiro, o que motivou a ocupação da área.

Era uma igreja simples e sem torres que, em meados do século XIX, passou por uma série de reformas que alteraram seu aspecto original. A atual edificação foi concluída em 1903. Em seu interior, obras de talha e um conjunto de imagens conferem significado artístico ao templo. O padroeiro São Gonçalo Garcia foi professor leigo da Ordem Franciscana, martirizado em 1597 em Nagazaki, no Japão. Está representado por uma imagem de linhas elegantes e sua devoção é rara no Brasil.

No altar-mor destacam-se o Cristo do Monte Alverne e São Francisco de Assis, esculpidos por Joaquim Francisco de Assis Pereira, no século XIX. Na sacristia encontra-se a imagem de Santa Luzia, uma notável composição barroca dos fins do século XVIII.

Sua fachada tem influência eclética marcada tanto pelo uso pelas platibandas como nos arcos ogivais utilizados na base da torre e nas sineiras. Seus sinos, de timbre superior, têm o emblema do Império Brasileiro e foram fundidos em 1862 pela acreditada fundição carioca C.G.C e Filhos, localizada na rua de São Lourenço n. 44.

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada em setembro, há procissão e novena, além de jogos populares e shows.

Reunidos pela fé, negros e mulatos, cativos e libertos fundaram, em 1708, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Para louvar e agradecer a seus padroeiros, esmeraram-se na edificação desta igreja e, em torno dela, desenvolveram suas atividades sociais e artísticas.

Ao longo dos anos, a capela do século XVIII foi ampliada e remodelada até adquirir seu aspecto atual, de discretas linhas arquitetônicas, com dois campanários construídos em 1936. Elegância e sobriedade marcam tanto seu exterior de harmoniosa proporção, quanto seu interior ornado por talha em estilo rococó tardio.

Na entrada do templo, à esquerda, vê-se a gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída em fins do século XIX. O altar-mor, de grande valor artístico, é de autoria de Luís Pinheiro de Souza, o mesmo mestre do retábulo da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis. Esculpida em dois blocos de cedro, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é admirada pela perfeição de seus traços. O lavabo da sacristia, obra de Antônio Francisco Sarzedo, foi construído em 1753.

A nave central de inspiração barroca e rococó abriga o elegante conjunto da talha rococó sem policromia que caracteriza a singularidade desta igreja. O lustre de cristais da Boêmia que colore a capela-mor é uma jóia única dessa igreja.

Na manhã do quarto domingo da Quaresma, é realizada uma curiosa procissão chamada Rasoura. Levando a imagem de Nosso Senhor dos Passos, os fiéis circundam a igreja e retornam ao seu interior.

Pelas alamedas laterais, chega-se ao cemitério da Ordem Terceira, onde foi sepultado, em 1985, um de seus irmãos mais ilustres, o Presidente Tancredo Neves.



7 PANORÂMICA DA CIDADE EM 1913, A PARTIR DO MORRO DO GUARDA-MOR

Foto de André Bello (1878 – 1941)

“(...) São João del Rei é notavelmente pitoresca. Os edifícios muito brancos da parte norte da cidade espalham-se, triangulares, ao longo do cais; dali, abundante em casas altas, templos maciços e grupos de maravilhosas verduras e lindas flores, a cidade espalha-se, tendo ao fundo a selvagem e notável paisagem da Serra, outrora El Dorado, o foco do depósito aurífero. Para a esquerda, também estendendo seus pés para a cidade neles descansar, fica a Serra do Lenheiro, que, segundo se diz, chega a uns 1.000 metros acima do nível do mar (...).”

Impressões do viajante inglês Richard Burton, em 1868.

“(...) As muitas montanhas que rodeiam a pequena cidade, as numerosas casas de um branco deslumbrante e o pequeno Rio Tijuco, muitas vezes quase a seco, que a corta pelo meio, dão-lhe aspecto de beleza romântica. Passando por muitas casas de campo, espalhadas na encosta, chega-se à sólida ponte de pedra, que está construída sobre o pequeno rio acima mencionado e liga a parte da cidadezinha, edificada na ladeira com a outra maior, na planície. O estrangeiro vê-se, com prazer, em uma pequena cidade comercial, sobretudo depois de tão longas privações da viagem no interior. Ruas calçadas, belas igrejas guarnecidas com pinturas de artistas nacionais, lojas fornecidas de todos os artigos de luxo e do comércio europeu, muitas oficinas, etc., indicam a riqueza do lugar que, por suas transações com o sertão, é considerado entre os mais animados do Brasil (...).”

Impressões dos viajantes alemães Spix e Martius, em 1817.

8 PONTE DA CADEIA

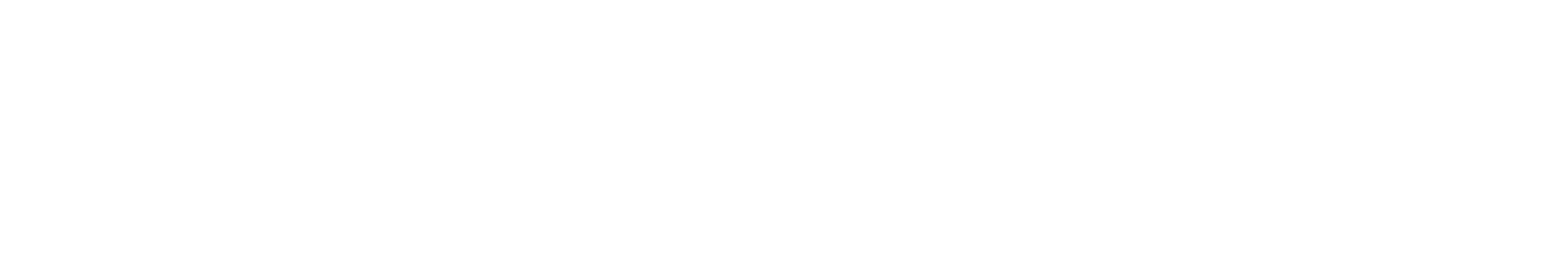
Conta-se que foi construída em 1798 quando a ponte de madeira que existia neste local desabou na passagem de uma procissão. Construída em estilo romano, apresenta arcos plenos de pedras rejuntadas com óleo de baleia. Inicialmente, era chamada de Ponte Nova ou Ponte da Intendência, já que a Casa de Fundição e Pesagem do quinto do ouro ficava próxima do local, onde hoje funciona a Escola Municipal Maria Teresa. Recebeu o nome atual depois da construção da Casa de Câmara e Cadeia em 1849.

9 PONTE DO ROSÁRIO

Construída, em 1800, sob a direção do Mestre de obras Francisco de Lima Cerqueira, utilizando os mesmos materiais e técnicas construtivas adotadas na Ponte da Cadeia. A diferença é demarcada pelos arcos abatidos. Esta ponte une as margens do Córrego do Lenheiro, onde ocorreram os primeiros achados de ouro na região. A ponte tem este nome pela proximidade com o Largo do Rosário, onde se encontra a Igreja Nossa Senhora do Rosário, considerada a mais antiga da cidade.

10 CAPELA DA PIEDADE

Capela construída, por volta de 1745, pela Irmandade de São Miguel e Almas, defronte à Cadeia Pública, para que os presos pudessem assistir à missa através das janelas gradeadas aos domingos e nos dias santos. Com a construção da Casa de Câmara e Cadeia em 1849, a Irmandade do Senhor dos Passos passou a cuidar da capela, usada, sobretudo, na Procissão da Soledade durante o Setenário de Nossa Senhora das Dores, na sexta-feira antes do Domingo de Ramos. No interior,



existem pinturas relacionadas ao episódio das Sete Dores de Maria.

11 CRUZEIRO DO LARGO DA CRUZ

Instalado na sua localização atual no início do século XIX, este particular cruzeiro é conhecido como o mais antigo e curioso dentre os cinco cruzeiros ainda existentes na cidade. Destaca-se por estar afixado na parede de uma antiga edificação colonial e apresentar o maior número de símbolos da Paixão de Cristo, como o galo sobre o telhado. Sua presença marcante na identidade do lugar deu nome à primitiva Rua da Cruz, transformada em Largo da Cruz com o arrasamento do quarteirão que ali existia em 1918. Os cruzeiros remontam à ordem dos franciscanos para reverenciar as dores da Paixão de Cristo, e tornaram-se comuns em pontos elevados e extremos das vilas coloniais, cuja população colonial também os enxergava no seu imaginário, como um símbolo de proteção contra as forças do mal.

12 CRUZEIRO DO LARGO DAS MERCÊS

Informações contidas em um jornal local de 1877 revela que este cruzeiro teria sido erguido muito anos antes pelo padre francês Miguel Sípolis, reitor do Seminário de Mariana. Situava-se originalmente no centro do largo das Mercês, tendo como companhia ,em cada lado, uma palmeira imperial. Posteriormente, por volta de 1913, foi transferido para um local próximo ao Passo da Paixão, onde já aparece circundado pela grade atual. Sua localização presente, próxima a entrada da igreja das Mercês data da década de 1940, quando o novo calçamento a paralelepípedo e as duas praças foram incorporadas a paisagem local dentro das estratégias municipais de melhoramentos urbanos da parte antiga da cidade.

13 CRUZEIRO DO BONFIM

Segundo uma série de inventários do século XIX, a atual praça Guilherme Millard, aparece designada sobre o nome de “paragem do cruzeiro da Ordem de São Francisco” o que nos faz pensar que o atual cruzeiro demarcava o limite final da sesmaria de terra concedida a Ordem de São Francisco de Assis em 1742 que iria “ correndo pelo campo acima até entestar com a antiga igreja de Nossa Senhora do Pilar” que esteve ali situada antes de ser transferida para o centro da Vila. Este sítio, também foi chamado de “Morro da Forca” e muitas vezes foi armado o cadafalso dos condenados a sentença de “ Morte natural para sempre”. Segundos documentos existentes nos arquivos na Santa Casa de Misericórdia, só no mês de dezembro de 1833, ouve 12 enforcamentos assistidos pela irmandade da Santa Casa neste local.

14 PELOURINHO

O primeiro Pelourinho de madeira deve ter sido erguido no Matola, em local próximo ao Solar do Sargento-Mor Ambrósio Caldeira Brant e da residência de José Matol, membros da primeira Câmara no início do século XVIII. Somente a partir de 1719 a Câmara passou a situar-se no atual largo da Mercês, no local atualmente ocupado pelo edifício do Hospital das Mercês. O atual pelourinho em pedra foi elevado em 1813 em comemoração ao centenário da Vila e confeccionado pelo mestre- pedreiro Aniceto de Souza Lopes. Em 1859, José Antônio Rodrigues assim o descrevia; “É um poste de pedra, com 30 palmos de altura, tendo no corochêu a deusa Astreia mirando o oriente e empunhando na mão direita uma espada e na esquerda uma balança, na qual pesando o ar nunca se equilibra”

15 PASSO DA RUA DA PRATA

Esse passo na verdade é o segundo da série da Via Sacra de São João Del-REI e representa Jesus sendo preso no monte das Oliveiras e sentenciado a morte pela crucificação. O primeiro encontra-se dentro da Capela-mor da igreja de São Francisco e está representado pela pintura de Jesus, no Jardim das Oliveiras. Segundo a documentação existente, ele começou a ser edificado em 1781, data em que existe um recibo de compras de madeira para sua construção. As pinturas que datam do ano de 1809 são atribuídas ao pintor Gervásio José de Souza. De origem medieval, os Passos da Paixão de Cristo são pequenos capelas construídas pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos no século XVIII, simbolizando os episódios do caminho de Jesus Cristo ao Calvário. São abertos ao público somente nas celebrações realizadas na Quaresma e na Semana Santa, quando fiéis e sacerdotes rezam e cantam em procissão.

16 PASSO DO LARGO DO ROSÁRIO

Esse passo representa o encontro de Jesus com sua mãe, a Virgem Maria e as mulheres de Jerusalém. De origem medieval, os Passos da Paixão de Cristo são pequenos capelas construídas pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos no século XVIII, simbolizando os episódios do caminho de Jesus Cristo ao Calvário. São abertos ao público somente nas celebrações realizadas na Quaresma e na Semana Santa, quando fiéis e sacerdotes rezam e cantam em procissão.

17 PASSO DO LARGO DAS MERCÊS

Esse passo representa o encontro de Jesus com sua mãe, a Virgem Maria. De origem medieval, os Passos da Paixão de Cristo são pequenos capelas construídas pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos no século XVIII, simbolizando os episódios do caminho de Jesus Cristo ao Calvário. São abertos ao público somente nas celebrações realizadas na Quaresma e na Semana Santa, quando fiéis e sacerdotes rezam e cantam em procissão.

18 PASSO DO LARGO DA CRUZ

Esse passo representa o gesto caridoso de Verônica ao enxugar o rosto de Jesus. De origem medieval, os Passos da Paixão de Cristo são pequenos capelas construídas pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos no século XVIII, simbolizando os episódios do caminho de Jesus Cristo ao Calvário. São abertos ao público somente nas celebrações realizadas na Quaresma e na Semana Santa, quando fiéis e sacerdotes rezam e cantam em procissão.

19 PASSO DA RUA DIREITA

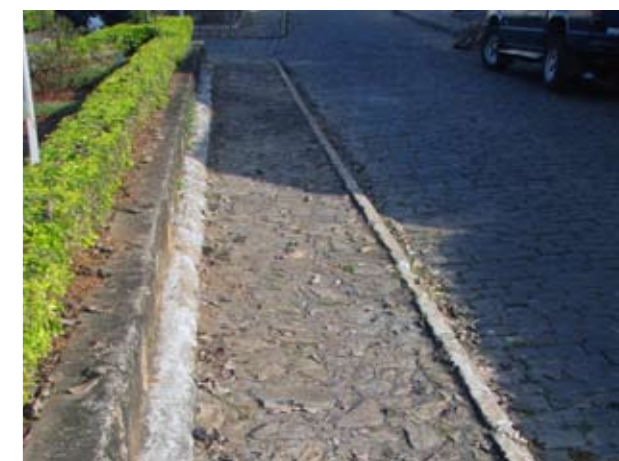
Esse passo representa a ajuda que Simão Cirineu deu a Jesus para carregar a Cruz. Em prospecções recentes foram descobertas pinturas originais atribuídas ao pintos Manuel Victor de Jesus. A imagem do Senhor do Passos desse Passo, pertenceu ao oratório particular de Dona Antonina de Almeida Neves, mãe do Presidente Tancredo Neves. De origem medieval, os Passos da Paixão de Cristo são pequenos capelas construídas pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos no século XVIII, simbolizando os episódios do caminho de Jesus Cristo ao Calvário. São abertos ao público somente nas celebrações realizadas na Quaresma e na Semana Santa, quando fiéis e sacerdotes rezam e cantam em procissão. Finalizando a Via-Sacra, o ultimo passo que representa a sétima estação, fica no interior da Matriz do Pilar e representa Jesus, entre os dois ladrões, crucificado.

5.5. CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DE LOCAIS HISTÓRICOS INTERNACIONAIS COM INSERÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO

1



Fragmentação da percepção da unidade urbana em função da falta de padronização, correlação, ambiência e cuidados de detalhamento com a transição dos materiais utilizados na pavimentação de passeios e vias. E ainda notório a falta de manutenção dos mesmos que dificulta a permanência e a circulação de pedestres.

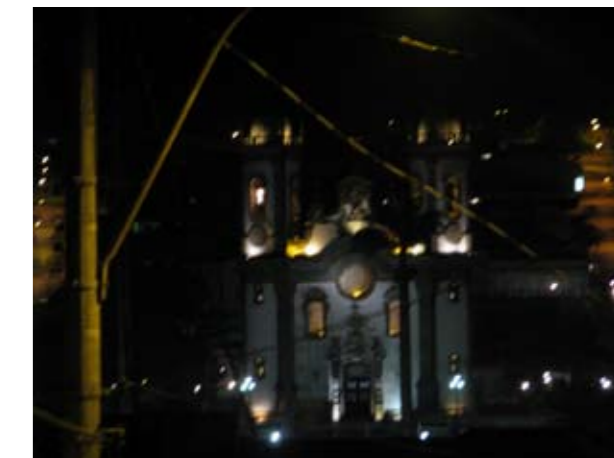
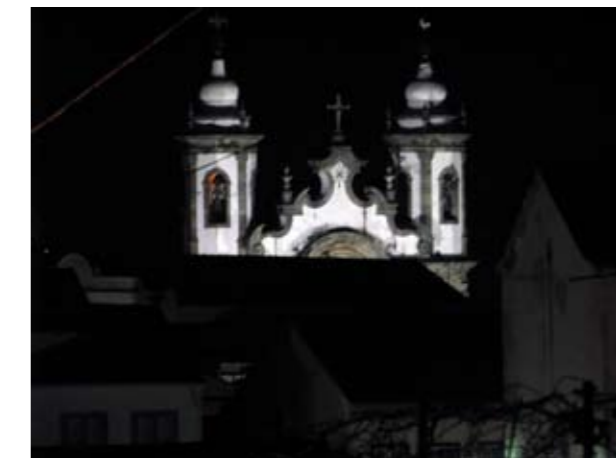


2



Mobiliário Urbano sem unidade, de design inapropriado ao conceito de intervenção em áreas de patrimônio cultural

3



Iluminação de monumentos sem conceituação de unidade do conjunto urbano, gerando fragmentação na percepção da hierarquia dos mesmos sobre o conjunto. Esta utiliza algumas soluções que embora tenham uma performance esteticamente bonita próxima ao monumento (como é o caso de São Francisco e das Mercês), geram sombra e escuridão na média e longa distancia. Na outra direção, temos o projeto do Carmo e da Matriz que tem menos efeito pictórico, mas funciona bem melhor em relação à percepção do conjunto.



Cobertura, materiais, tipologias e cores incompatíveis com a preservação e a harmonia estética que deve existir nas áreas de entorno do Conjunto arquitetônico o que impacta visivelmente a preservação dos mirantes de percepção do Centro Histórico. Neste sentido, justifica-se que a percepção do Centro histórico à noite, permite uma fruição bem mais completa dos bens simbólicos, por excluir as áreas inadequadas e degradadas dos entornos.





Sinalização interpretativa sem unidade, mal conservada e com padrão de design e literatura fragmentados e desarticulados, comprometendo a comunicação dos detalhes históricos dos bens contemplados.



Implementação de tipologias arquitetônicas, altimetrias, materiais, texturas, parcelamentos, incompatíveis com a preservação das características dominantes dos diversos conjuntos arquitetônicos existentes no Centro Histórico, poluindo a percepção do ambiente dentro do circuito turístico.

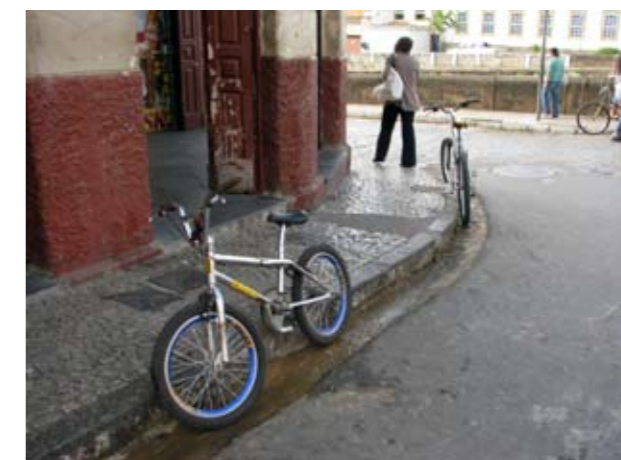


Locais e detalhes construtivos de sítios com grande potencial de aproveitamento dentro e no entorno imediato do Centro Histórico. Esses logradouros, atualmente quase abandonados, poderiam ser valorizados com projetos específicos voltados para o uso cotidiano dos moradores e visitantes, ampliando assim os seus potenciais como atrativo turístico da cidade.





Conflito visual no ambiente urbano do Centro histórico e do circuito turístico da cidade com a utilização inadequada de vários critérios adotados de poluição visual do Conjunto. As imagens resultantes deste cenário sugerem descaso, abandono e conferem a ausência de uma política de preservação que contemple o conjunto dos bens simbólicos como todo. Essa situação afasta tanto o morador como o turista do Centro histórico.



Trânsito confuso com sinalização precária que conurba de maneira acentuada e desordenada os diversos modais de transporte público e privado existentes.



Estacionamento em locais impróprios, geralmente ao lado e no entorno dos principais monumentos e em áreas fundamentais do circuito turístico do centro histórico. Registra-se a ausência dos estabelecimentos voltados para tal fim o que prejudica a circulação e a permanência dos visitantes e usuários cotidianos do Centro Histórico.



Antes



Depois



Antes



Depois

Modelos de intervenção que buscam qualificar os imóveis do Centro Histórico a partir da leitura crítica correta do edifício e do seu papel no ambiente urbano. Essas ações por consequência, valorizam o conjunto arquitetônico e pontuam o percurso turístico do Centro histórico.



Antes



Depois



Antes



Depois



Antes



Depois



Antes



Depois



Antes



Depois

5.6. RECOMENDAÇÕES DE INTERVENÇÃO PARA A MELHOR QUALIFICAÇÃO TURÍSTICA DA ÁREA DELIMITADA DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOÃO DEL-REI

1 AÇÕES EXCLUSIVAS DO PODER PÚBLICO

A) Manter totalmente preservado sob os aspectos arquitetônicos e urbanísticos o trajeto de circuito turístico já estudado e desenvolvido do Plano de Placas de Informações Turísticas, executado pela Fundação Otávio Neves, com financiamento da Embratur, assim como criar outros específicos para cada parte da cidade. O circuito principal já desenvolvido, está estruturado dentro do seguinte roteiro: Praça da Estação, Rua Maria Teresa, Praça dos Expedicionários, Rua Balbino da Cunha, Rua da Prata, Rua Santo Antônio, Largo do Rosário, Largo das Mercês, Largo da Cruz, Largo do Carmo, Rua Getulio Vargas, Rua Artur Bernardes, Avenida Eduardo Magalhães, associado com Placas agrupando informações sobre os seguintes conjuntos: (Praça da Estação),(Praça dos Expedicionários e conjunto da Santa Casa), (Largo de São Francisco e arredores), (Rua da Prata e arredores), (Rua Santo Antônio e arredores), (Largo do Rosário e arredores), (Largo das Mercês e arredores),(Largo da Cruz e arredores), (Largo do Carmo e arredores),(Rua Direita, do Comercio e Museu do IPHAN e arredores), (Av. Eduardo Magalhães , HermílioAlves e arredores), além de um mapa geral do circuito com a posição das Placas e a listagem dos principais atrativos do circuito. Esse mapa, que deverá ser incorporado a um guia turístico sobre a cidade, já foi editado em folheto auto-explicativo de forma a facilitar a interpretação do percurso pelo turista.

B) Bloquear os acessos de ônibus de turismo dentro do Centro Histórico, transformar as linha que passam dentro do Centro Histórico para microônibus e minimizar o uso de carros de passeio dentro do Centro Histórico nos fins de semana. Para isso deve auxiliar um convênio entre a UFSJ e a Prefeitura Municipal para viabilizar o uso do seu novo estacionamento na rua Frei Estevão nos finais de semana para os ônibus de Turismo, que deverão utilizar o acesso da rua João da Mata para entrada e saída. Potencializar o uso como estacionamento da região da Biquinha. O Largo Tamandaré deverá ter um projeto especial para requalificação do entorno, pois é uma área fundamental dentro do circuito do Centro Histórico. O estacionamento e o acesso aos setores do Hospital das Mercês devem ser direcionados para a grande área na parte posterior do terreno. Os estacionamentos na Rua Direita, Largo do Rosário, Largo da Cruz e Largo de São Francisco devem ser desautorizados, intensificando-se a fiscalização para autuação.

(C) Retirar o recapeamento de asfalto e substituir por paralelepípedo das seguintes ruas que compõem o trajeto Turístico da cidade: Rua Ribeiro Bastos (ultimo quarteirão) Maria Teresa, Praça Duque de Caxias ,rua Comendador Bastos, Praça dos Expedicionários, rua Balbino da Cunha, rua Artur Bernardes (da Prefeitura ate a rua Balbino da Cunha) e rua Luís Baccarine (da rua Balbino da Cunha até a rua João Manoel de Faria). Avenida Tancredo Neves (da Ponte da Cadeia até a edificação colonial que é ocupada pela eletrônica N.S.Aparecida) Rua General Osório (da Ponte do Rosário até o estacionamento do Supermercado Fredezam)

D) A separação entre as superfícies de asfalto e de paralelepípedo devem ser feitas através de faixas de pedestres usando calcário branco em forma de paralelepípedo paginado com o granito conforme o modelo dos Centros Históricos Portugueses e compatibilização de caixas de luz, telefone, água e esgoto, a fim de não perturbar ou mesmo degradar a visibilidade do conjunto urbano.

E) Padronizar os passeios de toda a área do circuito com um só tipo de pavimentação regularizada como o cimento grosso desempenado de modo a proporcionar maior comodidade ao pedestre sem prescindir da valorização estética do

conjunto. O objetivo dessa padronização é melhorar a leitura ambiental promovendo o ordenamento do conjunto mesmo que com custo de execução baixo. As juntas de dilatação são imprescindíveis para o bom desempenho técnico da solução e mesmo para sua durabilidade. A estética fica protegida por muitos anos se os reparos necessários forem executados de uma junta de dilatação à outra, nem menor nem maior que a área que delimitam.

F) Implementar e instalar todo o mobiliário urbano que aqui se propõe: pontos de ônibus, bancos, lixeiras, cabines telefônicas, bicicletários e balisadores. O conceito desenvolvido neste trabalho compatibiliza o desenho de equipamentos de mobiliário urbano ao conforto ergométrico e às questões contemporâneas que envolvem a linguagem desse tipo de projeto, sendo essencialmente uma solução de pouca interferência na visibilidade dos monumentos do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São João del Rei.

G) Transformação da atual Praça Severiano de Resende em uma grande Praça Cívica que, pela sua proximidade ao Centro Histórico, escala e localização, tem o potencial se tornar um grande palco cultural no coração da cidade. Sugere-se também o estudo de viabilidade da implementação de uma ciclovia no leito do lenheiro, que se articula com essa praça e que ligaria a região do Tijuco à da Rodoviária. Essa solução tiraria partido da planície que caracteriza o traçado da cidade e das vias coletoras valorizando o grande tráfego de bicicletas que se observa na cidade.

H) Aprimorar o projeto paisagístico de todas as praças, incluindo o mobiliário urbano e a pavimentação propostos por este trabalho. Requalificá-las, quando necessário, em observância à sua relação com a comunidade e aos usos que se lhe percebem. Entregar esse benefício à comunidade, esclarecendo a importância de sua participação na conservação desses elementos.

I) Criar pontos de apoio para o turista com sanitários, informações e folheteria em alguns edifícios públicos ao longo do circuito proposto para visita do Centro Histórico. Os locais considerados ideais para a instalação desses serviços são: Museu Regional do IPHAN, Casa de Barbara Heliodora, Casa do Barão de São João Del-Rei, Cerem e Centro Cultural Feminino, Fortim dos Emboadas, Museu de Arte Sacra, Memorial Natividade, Casa mais antiga da cidade, Solar da Baroneza e Casa do Damae.

F) Criar um projeto especial de arborização de médio prazo para as encostas e entornos degradados de monumentos, feito por profissionais especializados, de forma a não criar obstáculos na visualização da paisagem e atingir a necessária compatibilidade de texturas e acabamentos com os elementos do desenho urbano.

I) Formatar uma Lei especial relativa ao Código de Obras da região do Centro Histórico e Entorno (Plano IPHAN - Brasileiro e Dangelo, 2007). Implementar Leis Urbanísticas que proibem terraços metálicos, balanço sobre o alinhamento

frontal e lateral do lote, exigir o telhado cerâmico e o revestimento com reboco pintado em cores coerentes com o conjunto, além de esquadrias preferencialmente de madeira. Proibir qualquer revestimento de superfície externa com qualquer tipo de cerâmica ou pedra colada à parede. Produzir uma manual de orientação de obras no Centro Histórico nos moldes do que foi feito para o Programa do Corredor Cultural no Rio de Janeiro.

J) Formatar uma Lei especial de Posturas Municipais, específica para a região do Centro Histórico e Entorno legislando sobre: Placas Comerciais, Pinturas Comerciais e Colocação de toldos e marquises. Cartazes, Trailers e Outdoors devem ser contemplados por essa legislação, a exemplo do Corredor Cultural no Rio de Janeiro.

K) Providenciar sistema de coleta de lixo compatível com o uso turístico do Centro Histórico, preferencialmente de 5:30 as 6:30 da manhã.

L) Fomentar, conjuntamente com as Instituições Culturais e o Sistema Municipal e Estadual de Educação, políticas de educação patrimonial nos ensinso fundamental e médio assim como a profissionalização de agentes ligados às atividade de Turismo. Negociar com o poder público municipal que o ICMS Cultural seja reinvestido na área cultural do município.

M) Criação de um Escritório Técnico Municipal em parceria com o executivo para aprovar e gerenciar todos os projetos e obras civis relativos à área do Centro Histórico e entorno além de vistoriar e cumprir a rotina de manutenção freqüente. A equipe qualificada composta de arquitetos, engenheiros, historiadores, profissionais do serviço social e da construção civil, vinculados ao Escritório através de CLT, atuará ao lado dos Conselhos Municipais de Turismo e Patrimônio, IPHAN, UFSJ, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal e suas demais Secretarias, criando uma rede de trabalho entre comunidade e Poder Executivo que represente a sociedade e vote as diretrizes a serem trabalhadas e desenvolvidas anualmente pelo Escritório, como também as atividades de fiscalização.

(N) Aproveitar a ampliação e modernização do aeroporto municipal realizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais para fortalecer o turismo receptivo na região, já que São João del Rei é hoje a única cidade do Circuito do Ouro que possui Aeroporto. Seguindo o exemplo de Porto Seguro, pacotes turísticos semanais podem ser montados, provenientes das diversas regiões do país, para explorar o potencial e estimular a estruturação de uma política de turismo micro-regional e regional tendo como parceiros todos os municípios da região ligados à AMVER.

AÇÕES EXCLUSIVAS DO PODER PRIVADO E INSTITUCIONAL

A) Incentivar empresários e proprietários de certas áreas do Centro Histórico a constituírem ou reestruturarem atividades comerciais que aliem a preservação dos conjuntos aos atrativos turísticos. Dentre essas áreas, selecionamos algumas potencialmente interessantes e sub-ocupadas:

Largo de São Francisco: Incentivar o uso já freqüente de restaurantes mais diversificados

Rua da Cachaça: Fechar o trânsito da via. Fomentar a vocação musical e cultural, criando um Complexo da Música, apoiado por bares e restaurantes de alto nível, salas de exposições, utilizando a rua como espaço para espetáculos, além de utilizar seu potencial para lojas especializadas em artesanato e suvenires da região. A criação de um local especial para apresentações musicais ao ar livre é possível e recomendável, sendo necessária umas poucas desapropriações de edifícios em mau estado de conservação.

OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS

A) Criar um calendário de eventos culturais aproveitando o potencial da cidade e região, como também espetáculos de toda natureza, que possam ser realizados no circuito do Centro Histórico, usando os Monumentos como cenário como é feito na Europa. Nessas ocasiões, o trânsito e o movimento de pedestres devem ser dimensionados com antecipação para que não prejudiquem os monumentos e o caráter de localidade do contexto em que se insere.

B) Melhorar os Museus da cidade, com ênfase principalmente na implementação do Museu do Sino na área da Estação, atualização do de Arte Sacra no Largo do Rosário e abrir discussão se a Casa de Barbara Heliadora não deveria ser uma réplica de sua residência, transferindo-se a Secretaria de Cultura para a o Casarão do DAMAE.

C) Qualificar os guias e aumentar a publicação sobre as igrejas, monumentos e museus da cidade. Mantê-los abertos de suma importância. Explorar a beleza do Centro Histórico à noite com visitas guiadas e temáticas. A história de São João del Rei e de seus ilustres habitantes ao longo da história rendem muitos passeios interessantes.

D) Valorização como evento turístico de todo o calendário Religioso Barroco da cidade, com suas tradições religiosas e procissões e música sacra. Também buscar alternativas de reestruturação do carnaval como importante evento cultural e turístico da cidade.

E) Criar marcos de informações turísticas nos três principais acessos da cidade vindos de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, distribuindo informações sobre como visitar e conhecer a cidade e a sua região, como a parada obrigatória para ônibus de turismo com mapa indicativo dos pontos de estacionamento. Um grande estacionamento pode ser construído em comodato com o Esporte Club Bonfim em seus terrenos na região.

F) Cobrar dos órgãos estaduais a conservação e sinalização atualizada das principais vias de acesso à cidade, que hoje encontra-se em péssimo estado de conservação. Implementar a sinalização adequada, proposta por este trabalho, para quem se dirige ao Centro Histórico.

G) Produzir um guia de qualidade sobre os diversos percursos e atrações turísticas da cidade, com informações complementares sobre o trajeto e as atrações culturais dos bens; móveis, imóveis e intangíveis da cidade já selecionadas no material do Projeto de sinalização turística feito pela fundação Octávio Neves, mencionado anteriormente.

H) Contratar a elaboração de um Manual de Regras e Procedimentos Técnicos de Conservação e Restauro dos edifícios que constituem o núcleo Tombado do Centro Histórico de São João Del Rei.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NORMATIVAS

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. São Paulo: DP&A Editora, 2003.

ACHARYA, Shrawan Kumar. *Urban development in post-reform China: insights from Beijing*. Norwegian Journal of Geography, v. 59, n.3, p.228-236, Sept2005.

ALBERS, Gerd. Urban development, maintenance and conservation: planning in Germany - values in transition. *Planning Perspectives*, v.21, n.1, p.45-65, Jan2006.

ALLEN, Peter K.; TROCOLLI, Alejandro; SMITH, Benjamin; MURRAY, Stephen; STAMOS, Ioannis; LEORDEANU, Marius. New Methods for Digital Modeling of Historic Sites. *IEEE Computer Graphics & Applications*, v.23, n.6, p.32-41, Nov/Dec2003.

ANAGNOSTOPOULOS, George L. Tourism and historic landscape management. *Ekistics*, v.61, n.368/369, p317, Sept/Oct-Nov/Dec94.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan*: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184p. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. 355p.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984. 255p.

ARAÚJO, Márcia Maria Pereira. *As relações entre a comunidade local e a área histórica de Tiradentes - MG*: uma contribuição para a preservação culturais em áreas urbanas. 2004. 136f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

ARGAN, Giulio C. *Clássico anticlássico*: o Renascimento de Brunelleschie a Bruegel.

ASHWORTH, G. J. Conservation designation and the revaluation of property: the risk of heritage innovation. *International Journal of Heritage Studies*, v. 8, n.1, p.9-23, Mar2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. *NBR9050 - 1994*: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.

AZEVEDO, Laura Novo de. *Patrimônio x qualidade visual do cenário urbano: um caso para avaliação ambiental em Pelotas/RS*. 2000. 136f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre.

BARTER, Marion. The value of historic buildings in english planning - an exploration of cultural attitudes: reflections from practice. *Planning Theory & Practice*, v. 4, n.4, p.471-476, Dec2003.

BARTHEL, Diane. Historic preservation: a comparative analyses. *Sociological Forum*, v.4, n.1, p.87-103, Mar1989.

BARTHEL-BOUCHIER, Diane. Authenticity and Identity. *International Sociology*, v. 16, n.2, p221, Jun2001.

BAXTER, Ian. Auditing the historic environment: measurements, datasets and english heritage's state of the historic environment report 2002. *Cultural Trends*, v.12, n. 46, p.1-31, 2002.

BEAZLEY, Elisabeth. *Design and detail of the space between buldings*. London: [s.n.], c1960.

BELLEN, Hans Michel van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

BIAZIN, Cristiane Galhardo. *Cor e lugar*: uma contribuição para projetos cromáticos em recuperação de sítios e centros históricos. 2004. 170f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

BOMENY, Helena Maria Bousquet, CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio*: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. 79p. (Debates; 2).

BOSI, Vera. *Núcleos históricos*: recuperação e revitalização, a experiência de Olinda. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.21, p.134-145, 1986.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. n. 2. Cotia: Ed. Ateliê Editorial, 2005.

BRASILEIRO, Vanessa Borges. *Proposta metodológica para a elaboração de políticas de preservação do patrimônio ambiental urbano das cidades setecentistas mineiras* - o caso de São João Del Rei. 1999. 162f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

BRITO, Marcelo José Santos de. *Gestión de suelo urbano em ciudades protegidas*: experiencias de preservación urbana em Portugal, Espana y Brasil. 1990. 108p. Monografia (Especialização) - Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona.

CABRITA, António Reis, AGUIAR, José, APPLETON, João. *Manual de apoio a reabilitação dos edifícios do Bairro Alto*. Lisboa: Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, 1992.

CAMPOS, Heleniza Avila. *A conservacao dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos*. Um recorte no centro expandido da cidade do Recife. 1995. 130f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Desenvolvimento Urbano, Recife.

CANTACUZINO, S. *Re/architecture*: old buildings/new uses. New York: Abbeville, 1989.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima. *Preservação de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da cidade do Rio de Janeiro*: contribuição aos estudos e relexões sobre o tema. 1997. 88f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

CARMONA, M.; HEAT, T., Taner, O. C.; TIESDELL, S. *Public places*: urban spaces. London: Architectural Press, 2006.

CARR, Stephen. *Public space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Patrimônio cultural nas cidades contemporâneas*: o caso de Belo Horizonte. Belo Horizonte: EAUFMG, 1991.

CASTRO, Elza Helena Camargo do Canto e. *Conservação e sustentabilidade em cidades históricas de pequeno porte*: gestão da conservação urbana integrada a partir do diagnóstico de Amparo - SP. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

CERVELLATI, Pier Luigi, SCANNAVINI, Roberto, DE ANGELIS, Carlo. *La nuova cultura delle città*: la salvaguardia dei centri

storici, la riappropriazione sociale degli organismi urbani e l'analisi dello sviluppo territoriale nell'esperienza di Bologna. Milão: Mondadori, 1977.

CESCHI, Carlo. *Storia e teoria del restauro*. Milão: Mario Bulzone Editore, 1970.

CHIAVARI, Maria Pace. *Rio de Janeiro: preservação e modernidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001. 282p. Título original: L'allégorie du patrimoine.

CLARK, Kate. Planning for the Past: heritage services in local planning authorities in England. *Cultural Trends*, v. 11, n. 43/44, p.61-94p, 2001.

COENTE, Ana Carolina Papacosta. *A proteção do patrimônio cultural brasileiro em face do Direito Ambiental: o centro da cidade de São Paulo e sua tutela jurídica*. 2002. 200f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo.

COOPER, Charlie; MORPETH, Nigel. The impact of tourism on residential experience in central-eastern Europe: the development of a new legitimation crisis in the Czech Republic. *Urban Studies*, v.35, n.12, p.2253-2275, Dec98.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís*. 2001. 258f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ciências Sociais, São Paulo.

CRUZ, Andrea Borges de Souza. *O uso habitacional e a identidade cultural na revitalização de sítios históricos urbanos: o bairro Cruz Vermelha - RJ*. 2000. 120f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa; Rio de Janeiro: 1983. 202p.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: PINI, 1990.

DOCTOROFF, D. L.; GASTIL, R. W.; RYAN, Z. *Open new designs for public space*. New York: Princeton Press, 2004.

EDSON, Gary. *Heritage: pride or passion, product or service?* *International Journal of Heritage Studies*, v.10, n.4, p.333-348, Sept2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história de costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ELKADI, Hisham; PENDLEBURY, John. Developing an information model to support integrating conservation strategies in urban management. *Journal of Urban Technology*, v.8, n.2, p75-93, Aug2001.

FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FENELON, Dea Ribeiro. *Cidades – pesquisa em História I*. São Paulo: Olho d'Água, 2000. 282 p

FERNANDES, Carolina Freire. *Análise do processo de revitalização de exemplares arquitetônicos de caráter representativo para as cidades*. 2004. 212f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura

e Urbanismo, Porto Alegre.

FERRARE, Josemary Omena Passos. *A política de preservação do patrimônio histórico em Alagoas: uma revisão crítica sobre a experiência do município de Marechal Deodoro*. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador.

FERREIRA, Rachel Sfair da Costa. *Estudos dos impactos de modificações de usos do solo na preservação do centro histórico de Belém (CHB)*. 2003. 225f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. 1993. 100f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciências Sociais, Belo Horizonte.

FITCH, James Marston. *Preservação do patrimônio arquitetônico*. São Paulo: FAUUSP, 1981.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro*. J. Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Circuito do ouro – Campo das Vertentes* – diretrizes para o desenvolvimento da estrutura urbana e preservação do centro histórico de São João del Rei. Belo Horizonte: FJP, 1982. 2v.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *São João del Rei: como entender, proteger e viver a cidade*. Belo Horizonte: FJP, 1984.

GALVÃO JÚNIOR, José Leme. *Patrimônio cultural urbano - preservação e desenvolvimento*. 2001. 261f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília.

GARDEN, Mary-Catherine E. The heritagescape: looking at landscapes of the past. *International Journal of Heritage Studies*, v. 12, n.5, p.394-411, Sep2006.

GAZANEO, Jorge O. A quest for preservation . . . for what identity? *Journal of Architecture*, v.8, n.4, p411-419, Winter2003.

GINDROZ, R. (Ed.). *The urban design handbook: thechiques and working methods*. New York: W. W. Norton & Co., 2003.

GOERLICH, Bettina Marion Collaro Goerlich. *A harmonia da cor no espaço urbano: Santa Teresa - um estudo de caso*. 1999. 95f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1996?]. 152p.

GRIMWADE, Gordon; CARTER, Bill. Managing small heritage sites with interpretation and community involvement. *International Journal of Heritage Studies*, v. 6, n.1, p.33-48, Mar2000.

GUIMARÃES, Cristiana Maria de Oliveira. *O verso e o reverso da preservação: o caso de Ouro Preto*. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.

GUY, Julier. Urban designscapes and the production of aesthetic consent. *Urban Studies*, v.42, n.5/6, p.869-887, May2005.

HAUSMANN, Andrea. Cultural tourism: marketing challenges and opportunities for german cultural heritage. *International Journal of Heritage Studies*, v.13, n.2, p.170-184, Mar2007.

HOBSON, Edward. Value and control: perceptions of conserving the built environment in local planning authority. *Environment & Planning B: Planning & Design*, v.28, n.3, p461-472, May2001.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. n. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUAISHENG, Chang; JIANHONG, Li. Viewing urban development from the evolution of the social environment. *International Journal of Heritage Studies*, v.7, n.1, p.25-35, Mar2001.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Tradução: Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116p.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS – INDI. *Fábrica de produtos para mobiliário urbano*. Belo Horizonte: INDI/ACESITA, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural: Cadernos Técnicos 1*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Projeto-piloto – sítio histórico de Tiradentes – fundamentos e proposta de critérios e normas de intervenção*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LAGES, Adriana Maia Gomes. *O turismo como instrumento de preservação do centro histórico de Penedo, Alagoas*. 1999. 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

LANG, Erika Gelber. *A preservação do Centro Histórico de Limón através do desenvolvimento da atividade turística, Costa Rica*.1998. 144f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades: conversações com Jean Lebrun*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. Título Original: Pour l’amour des villes.

LEÇA, Renata Eskinazi. *Avaliação da legislação de preservação dos sítios históricos*. 1998. 220f. Dissertação (Mestrado) –

Universidade Federal de Pernambuco, Desenvolvimento Urbano, Recife.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LEMOS, C.B. (COORD.) *Guia do Mobiliário Urbano das Cidades Históricas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG – ACHMG, Rona, 2009.

LIMA, Evelyn, MALEQUE, Miria, (org.). *Cultura, patrimônio e habitação: possibilidades e modelos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

LOPES, Bárbara. *Homens e pedras: a identidade a reencontrar*. Lisboa: Pelouro da Reabilitação Urbana de Núcleos Históricos, 1993.

LOWE, Michelle. The regional shopping centre in the inner city: a study of retail-led urban regeneration. *Urban Studies*, v.42, n.3, p.449-470, Mar2005.

LOWENTHAL, David. Natural and cultural heritage. *International Journal of Heritage Studies*, v.11, n.1, p.81-92, Mar2005.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1988. 205p.

MACEDO, Mirela Arcangelo da Motta. *Projeto corredor cultural: um projeto de preservação para a área central do Rio de Janeiro (1979-1993)*. 2004. 206f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo/São Carlos, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos.

MAGEEAN, Andrea. Assessing the impact of urban conservation policy and practice: the Chester experience 1955-96. *Planning Perspectives*, v. 14, n.1, p.69-97, Jan1999.

MAGNUS, Dieter. *Art nature landscaps – contributions on urbam repair and residential enviroment design from an artist's point of view*. Mains: Goethe Instituto n German Commisional; UNESCO, 1988.

MARKWELL, Kevin; STEVENSON, Deborah; ROWE, David. Footsteps and memories: interpreting an Australian urban landscape through thematic walking tours. *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n.5, p.457-473, Dec2004.

MARTINS, Angela Maria Moreira, CARVALHO, Mirian de. (org) *Novas visões: fundamentando o espaço arquitetônico e urbano*. Rio de Janeiro: Booklink; PROARQ, 2000.

MATHEUS, C. E.; MORAES, A. J.; CAFFAGNI, C. W. A. *Educação ambiental para o turismo sustentável: vivências integradas e outras estratégias metodológicas*. São Carlos: RiMa, 2005.

MCKERCHER, Bob; HO, Pamela S. Y., Assessing the tourism potential of smaller cultural and heritage attractions, *Journal of Sustainable Tourism*, v. 14, n. 5, p.473-488, 2006.

MEDEIROS, Aldaliene Sobreira. *A importânica da recuperação e revitalização de áreas centrais tradicionais no contexto do desenvolvimento sustentável*. 2002. 120f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Desenvolvimento e Meio Ambiente, João Pessoa.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. *O passado no futuro da cidade*. Políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação

do patrimônio cultural em Porto Alegre nas décadas de 70 a 90. 2001. 150f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre.

MELLO, Suzy de. *Barroco mineiro*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENICONI, Evelyn Maria de Almeida. *Monumento para quem?: a preservação do patrimônio nacional e o ordenamento do espaço urbano de Ouro Preto (1937-1967)*. 2004. 178f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Gestão das Cidades, Belo Horizonte.

MENICONI, Rodrigo Otávio De Marco. *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. 156f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.

MOBILIÁRIO URBANO. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 1939.

MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). *Georg Simmel*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

MOREIRA, Clarissa da Costa.; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (BRASIL). *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação*: cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo: ANPUR: UNESP, 2004. 142 p.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social*: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural: 1975 a 1990. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Rio de Janeiro, Memória Social e Documento, Rio de Janeiro.

MOUGHTIN, C; MERTENS, M. *Urban design*: street and square. London: Architectural Press, 2006.

MOURE, Laura Bahia Ramos. *Mobilidade social e apropriação do espaço de Parati*: de 1997 a 2000. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. *Interpretar o patrimônio*: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002 282 p.

NASCIMENTO, Maria Evany do. *Patrimônio e memória da cidade*: monumentos do centro histórico de Manaus. 2003. 146f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus.

NELSON, Arthur C.; BURBY, Raymond J.; FESER, Edward; DAWKINS, Casey J.; MALIZIA, Emil E.; QUERCIA, Roberto. Urban Containment and Central-City Revitalization. *Journal of the American Planning Association*, v. 70, n.4, p.411-425, Autumn2004.

NOBRE, Maria Ivanilde Ferreira. *No reino de “pedra e cal”*: o centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna. 2001. 230f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Jorge dos Santos. *Subsídios visando a elaboração de um plano diretor para o município de Tiradentes/MG*. 2004. 250f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Engenharia Civil, Niterói.

OLIVEIRA, Lysie dos Reis. *A história da vitrine*: novas estratégias e convenções no ritual de preservação do espaço urbano. 1998. 151f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador.

PAULA, João A. de. *Raízes da modernidade*. Belo Horizonte:Autêntica, 2000.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

PELEGRINI, Ana Carolina dos Santos. *Monumento e cidade*: construções sociais. 2003. 300f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre.

PEREIRA JÚNIOR, Clodomir de Barros. *A conservação da cobertura vegetal como componente do patrimônio cultural em centros históricos urbanos*. Estudo de caso: a cidade de Olinda. 2004. 200f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Desenvolvimento Urbano, Recife.

PEREIRA, Márcia Custódia. *Patrimônio histórico-cultural e gestão urbana*: os casos de Itaúna e Ouro Preto. 2003. 100f. Dissertação (Mestrado) – Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Ciências Sociais, Belo Horizonte.

PEREIRA, Paulo (org.). *Intervenções no patrimônio*: nova política. Lisboa: Ministério da Cultura; IPPAR, 1997.

PESSOA, José. *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999. 328p.

PIO, Leopoldo Guilherme. *A cidade como patrimônio*: revitalização e preservação no centro histórico do Rio de Janeiro. 2001. 128f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

Plano para o Desenvolvimento Turístico de São João del-Rei. Universidade Federal de São João del- Rei, 2003.

PORTELLA, Adriana Araújo. *A qualidade visual dos centros de comércio e a legibilidade dos anúncios comerciais*. 2003. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre.

PRIOR, Alan; RAEMAEKERS, Jeremy. Does planning deregulation threaten the environment? The effect of ‘permitted development’ on the natural heritage of Scotland. *Journal of Environmental Planning & Management*, v. 49, n.2, p.241-263, Mar2006.

REICHL, Alexander J. *Historic preservation and progrowth politics in u.s. cities*.

RENGER, F. E. Origem histórica das estradas reais nas Minas setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia L. de; VILATA, Luiz Carlos (Org.). *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. IHistória de Minas Gerais. Coordenação Geral da Coleção: Maria E. Lage de Resende. p. 127-137.

RIOARTE, Instituto Pereira Passos. *Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural*. Rio de Janeiro: O Instituto: RIOARTE, 1985.

RIOARTE, Instituto Pereira Passos. *Corredor cultural*. Rio de Janeiro: O Instituto: RIOARTE, 2002.

ROGERS, Peter; COAFFEE, Jon. Moral panics and urban renaissance. *City*, v.9, n.3, p.321-340, Dec2005.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RYKWERT, Joseph. *A sedução do lugar*: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 399p.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. *Forma urbana*: cidade real & cidade real. Contribuição ao estudo urbanístico de

Salvador. Salvador: Quarteto Editora / PPG-AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SANT'ANNA, Márcia Genésia de. *A cidade atração*: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. 350f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*: a trajetória da norma de pres ervacao de areas urbanas no Brasil (1937-1990). 1995. 268f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Salvador.

SANTOS NETO, Adelino Francisco dos. *Releituras de Santa Ifigênia*: diretrizes de renovação urbana. 2000. 164f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy C. *Revitalização urbana e (re)invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa (1987-2002)*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2004.

SEBRAE/MG. *Resgate cultural*: Estrada Real. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2006.

SERRA, Josep M. *Elementos urbanos*: mobiliario y micro arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 1998

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil*: uma trajetória. Brasília: SPHAN; Pró-Memória, 1980. (Série: Brasil. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicações, 30-Seminários.)

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Restauração e revitalização de núcleos históricos*. Análise face à experiência francesa. Brasília: SPHAN; Pró-Memória, 1980. (Série: Brasil. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Publicações, 30-Seminários.)

SILVA, Armando. *Imagínarios urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SILVA, Heitor Andrade. *Revitalização urbana de centros históricos*: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso. 2002. 165f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Natal.

SILVA, M. Beatriz N. da. *Vida privada e cotidiano no Brasil – na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Stampa, 1993.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 31-45.

SIQUEIRA, Daniela Sherring. *A paisagem e o patrimônio cultural do entorno da Lagoa da Pampulha*. 2002. 153f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: 1992. 239p.

SLATER, Tom. The eviction of critical perspectives from gentrification research. *International Journal of Urban & Regional*

Research, v.30, n.4, p.737-757, Dec2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos . 3. ed., rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 556 p.

SPENCE, Jaqueline. Preserving the cultural heritage, *Aslib Proceedings*. v.58, n.6, p513-524, 2006.

TIESDELL, Steven, OC, Taner, HEATH, Tim. *Revitalizing historic urban quarters*. Oxford: Oxford Architectural Press, 1996.

TOFANI, Frederico de Paula. Os desafios do desenvolvimento sustentável em comunidades frágeis sob o impacto do turismo. *Topos* – revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.1, n.2, jul/dez, 2003.

TORRES, F. P. T. *Guia de acessibilidade em edificações*. Belo Horizonte: SEDH, CREA-MG, PBH, 2006.

TORRES, F. P. T. *Guia de acessibilidade urbana*. Belo Horizonte: SEDH, CREA-MG, PBH, 2006.

TOWNSHEND, Tim; PENDLEBURY, John. Public participation in the conservation of historic areas: case-studies from north-east England. *Journal of Urban Design*, v. 4, n.3, p.313-331, Oct99.

TURNPENNY, Michael. Cultural heritage, an ill-defined concept? A Call for Joined-up Policy. *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n.3, p.295-307, Jul2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ. *Plano para o desenvolvimento turístico de São João del-Rei*. São João del Rei: UFSJ, 2003.

Urban Affairs Review, v.32, n.4, p.513-535, Mar97.

VARGAS, Heliana Comin, CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em Centros Urbanos*. s.l.: Manolo, 2005.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação das povoações em Minas. In: LEMOS, C. B. (Org.). *Sylvio de Vasconcellos*: arquitetura, arte e cidade – textos reunidos. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2004. p. 145-148.

VENÂNCIO, Renato P. Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 181-198.

VENÂNCIO, Renato P.; ARAÚJO, Maria M. (Org.). *São João del-Rey, uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

WIPFLI, Mônica. *Intervenções urbanas em centros históricos*. Estudo de caso do Pelourinho - Maciel, Salvador. 2002. 251f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

WORSKETT, Roy. *The character of towns* – an approach to conservation. Londres: The Architectural Press, 1969.

YUN, Shun Susie Chung. Seoul, Korea: its concept of culture and nature in heritage planning. *International Journal of Heritage Studies*, v. 11, n.2, p.95-111, May2005.